



**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS**  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

# **A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA –**

AS SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-  
APRENDIZAGEM

**ANA LUÍSA BIBE PICANÇO**

LISBOA, maio de 2012





**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS**  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

# **A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA –**

AS SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-  
APRENDIZAGEM

**ANA LUÍSA BIBE PICANÇO**

Relatório de Mestrado apresentado na Escola Superior de Educação João de Deus,  
para a obtenção do Título de Mestre em Supervisão Pedagógica, sob a orientação  
do Professor Doutor José Maria de Almeida

**LISBOA, maio de 2012**

## EPÍGRAFE

*"...Os vossos filhos não são vossos.  
São filhos do apelo que a vida faz a si própria.  
Nascem através de vós mas não de vós.  
E ainda que estejam convosco, não vos pertencem.  
Podeis dar-lhes o vosso amor,  
mas não os vossos pensamentos,  
porque eles têm os seus próprios pensamentos..."*  
KHALIL GIBRAN

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração e participação de algumas pessoas, muito importantes, que direta ou indiretamente contribuíram para a sua concretização.

Primeiramente, quero expressar um muito obrigado a todos os professores que me acompanharam nestes dois anos de Mestrado.

Ao meu orientador, o Professor Doutor José Maria de Almeida, o meu enorme obrigado, pela sua orientação científica, apoio permanente, disponibilidade, sábios conselhos, coordenação e essencialmente uma evolução permanente desde o início.

À Professora Doutora Mariana Cortez, coordenadora do Mestrado, pela sua alegria, simpatia, espontaneidade e pela sua amizade para com todos nós, o meu agradecimento.

Às minhas colegas de Mestrado, pelo seu apoio, amizade, companheirismo e uma grande troca de ideias e saberes.

À minha amiga Ana Silva, agradeço a sincera e honesta amizade, o apoio nas horas mais difíceis, os ótimos conselhos e acima de tudo pelo seu carinho e paciência em mais uma etapa.

A todos os professores e diretores de turma que me apoiaram e que se demonstraram livres para poder realizar as entrevistas, assim como a todos os pais e encarregados de educação que responderam aos meus inquéritos por questionário, agradeço a sua confiança e o apoio nesta tão importante etapa do estudo.

A toda a minha família sem exceção (mãe, pai, avós, irmã, tio, primos, João) pela exemplar forma de encorajamento e o nunca desistir nem baixar os braços em alturas menos boas. Agradeço as palavras de interesse, disponibilidade e apoio manifestado, assim como as palavras de força, Um obrigado muito especial pela vossa ajuda e compreensão durante todo este processo Um obrigado por tudo o que me proporcionaram e ensinaram ao longo da vida.

Deixei para o fim, aqueles que não estando presentes neste momento, tiveram um contributo igual nas minhas conquistas.

A todos, um muito obrigado por serem quem são e por terem entrado na minha vida!  
Bem Hajam!

## RESUMO

No enfoque sociológico a relação escola-família é vista em função de determinantes quer sejam ambientais ou culturais. A relação entre a educação e a classe social mostra um certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola (valores coletivos) e a educação familiar (valores individuais), ou seja, entre a organização da própria família com os objetivos da escola.

Para este trabalho foram traçados objetivos como, a compreensão dos conceitos de organização escolar, escola, relação escola-família, envolvimento parental, potenciando práticas de envolvimento parental que têm maior impacto na qualidade de aprendizagem dos alunos, relacionando as práticas de envolvimento parental e o sucesso educativo dos alunos, de forma a conhecer alguns instrumentos potenciadores de uma relação escola-família e família-escola satisfatória e aceitável. Apesar de a família e a escola serem os principais contextos de desenvolvimento humano, poucos estudos científicos têm-se dedicado a compreender de forma sistemática a relação existente entre ambas.

O problema em estudo tenta dar algumas respostas relativamente ao que se referiu em cima, onde se tenta compreender a relação existente entre a escola com a família e quais as implicações que esta parceria trará para o processo de ensino-aprendizagem das próprias crianças e jovens, numa determinada escola.

Foram efetuados inquéritos por questionário aos encarregados de educação dos alunos das turmas escolhidas, e ainda entrevistas a quatro diretores de turma escolhidos aleatoriamente, tendo estes turmas de anos diferentes, de modo a conseguirmos obter uma maior diversificação de resultados.

Os professores e a escola aparecem aqui como parceiros insubstituíveis no “transporte” de responsabilidades, unindo esforços, partilhando objetivos, reconhecendo a existência de um mesmo bem comum para os alunos, onde todos (professores, pais e alunos) têm a ganhar com uma colaboração genuína e educada.

Ajudar os pais e encarregados de educação a ultrapassar alguns obstáculos, e ainda ajudando toda a comunidade educativa, acreditando nos benefícios que esta envolvimento trará à escola, tendo a responsabilidade de ajudar as autoridades escolares a perceberem que esta é uma aliança fundamental e cada vez mais urgente sendo de extrema importância criarem-se espaços para receber os pais/encarregados de educação, pedindo colaboração de outros técnicos de educação.

**Palavras-Chave:** Relação escola-família, envolvimento parental, diretor de turma, reuniões de pais, sucesso educativo e comunicação.

## **ABSTRACT**

In the sociological approach to school-family relationship is seen as a function of determining whether environmental or cultural. The relationship between education and social class shows a certain conflict between the purposes of socializing school (collective values) and family education (individual values), in other words, between the organization's own family with school goals.

For this work were plotted as goals, understanding the concepts of school organization, school, school-family relationship, parental involvement, enhancing parental involvement practices that have the greatest impact on the quality of student learning, linking the practice of parental involvement and success education of students in order to meet some instruments enhancers of a school-family and family-school satisfactory and acceptable. Although family and school are the main contexts of human development, few scientific studies have been devoted to understand systematically the relationship between both.

The problem under study attempts to provide some answers as to what is stated above, where one tries to understand the relationship between school and family and what implications this partnership will bring to the process of teaching and learning of children and young people themselves, a particular school. Questionnaire surveys were carried out to parents of students in selected classes, plus interviews with directors of four randomly chosen classes, and these classes of different years, so that we can get a greater variety of results.

Teachers and school appear here as irreplaceable partners in the "transport" of responsibilities, joining forces, sharing objectives, recognizing the existence of a common good even for students, where everyone (teachers, parents and students) have to gain a genuine collaboration and polite.

Helping parents and carers to overcome some obstacles, and even helping the whole school, believing in the benefits that this involvement will bring to school, taking responsibility for helping school officials realize that this is a fundamental alliance and increasingly urgent it is extremely important to create space to receive parents / guardians, asking cooperation of other education professionals.

**Key-Words:** school-family relationship, parental involvement, class director, parent meetings, educational success, and communication.

# Índice Geral

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1. Atualidade do tema	2
2. Motivação e justificação do tema	3
3. Objetivos e questão central do estudo	4
4. Apresentação da estrutura do trabalho	5
<b>1.ª PARTE – REVISÃO DA LITERATURA</b>	
<b>Capítulo 1 – A família, a escola e o seu envolvimento no processo de ensino-aprendizagem</b>	
1. Família	8
2. A relação escola-família: <i>uma aliança fundamental</i>	13
3. A relação escola-família na Legislação Portuguesa	17
4. Diretor de turma: <i>uma ajuda preciosa</i>	35
5. O envolvimento parental na escola	
5.1. Educar para a parentalidade	40
6. Os pais e a educação dos filhos	
6.1. A importância da participação da família na educação do aluno	42
7. O papel dos pais no estudo	45
8. As desigualdades no/do sistema educativo	
8.1. A criança e o interculturalismo	47
<b>2.ª PARTE – ESTUDO EMPÍRICO</b>	
<b>Capítulo 2 – Metodologia de Investigação</b>	
1. Investigação Qualitativa	
1.1. Problema em estudo	53
2. Objetivos do Estudo	53
3. Instrumentos de recolha de dados	
3.1. Entrevista	56
3.1.1. Entrevistas estruturadas	56
3.1.2. Entrevistas semi-estruturadas	56
4. Inquérito por questionário	58
5. Descrição do estudo	62
6. Procedimento das entrevistas	64
7. Procedimento dos inquéritos por questionário	67
8. Análise de dados	68

### **Capítulo 3 – Âmbito do estudo**

1. Caracterização do meio	72
2. Caracterização da escola em estudo	72
3. Caracterização da população discente	73
4. Caracterização da população docente	74
5. Caracterização da população não-docente	75
6. Organização e gestão da escola	
6.1. Estruturas de gestão	76
6.2. Gestão pedagógica	76
7. Ligação à comunidade	
7.1. Articulação e participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola	77

### **Capítulo 4 – Apresentação e análise de resultados**

1. Introdução	80
2. A relação escola-família com os encarregados de educação/família	81
3. Diretor de turma	90
4. Reunião de pais	96
5. Desafios dos diretores de turma	97

### **Conclusões**

1. Síntese dos resultados	100
2. Propostas de ação	103
3. Limitações do estudo	105
4. Questões em estudo para o futuro	106

### **Referências Bibliográficas**

108

### **Anexos**

Anexo A – Guião da entrevista semi-estruturada	115
Anexo B – Grelha de análise das entrevistas	116
Anexo C – Questionário aos pais e encarregados de educação	117

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Enumeração dos direitos e deveres dos alunos	<b>25</b>
Quadro 2 – Questionário: preparativos de construção	<b>58</b>
Quadro 3 – Técnicas e recolha de informação	<b>61</b>
Quadro 4 – Codificação de dados	<b>63</b>
Quadro 5 – Apresentação de dados do estudo	<b>64</b>
Quadro 6 – Categorização das entrevistas	<b>67</b>
Quadro 7 – Conjunto de qualidades das categorias	<b>69</b>
Quadro 8 – Indicador “famílias”	<b>81</b>
Quadro 9 – Indicador “participação dos pais”	<b>82</b>
Quadro 10 – Indicador “reuniões”	<b>85</b>
Quadro 11 – Indicador “vida escolar”	<b>87</b>
Quadro 12 – Indicador “projeto educativo”	<b>88</b>
Quadro 13 – Indicador “ajuda”	<b>90</b>
Quadro 14 – Indicador “disponibilidade”	<b>93</b>
Quadro 15 – Indicador “apoio em casa”	<b>95</b>
Quadro 16 – Indicador “aproximação”	<b>96</b>
Quadro 17 – Indicador “reuniões”	<b>97</b>
Quadro 18 – Indicador “horas semanais e relação escola-meio”	<b>98</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 – Número médio de pessoas por família (1920-2001)	<b>10</b>
Figura 2 – Diretor de turma na organização da escola pública	<b>37</b>
Figura 3 – Componentes de um modelo interativo de análise de dados	<b>55</b>
Figura 4 – Conhecimento das atividades oferecidas pela escola aos alunos	<b>84</b>
Figura 5 – Idas à escola do encarregado de educação	<b>86</b>
Figura 6 – Participação nas reuniões de pais	<b>86</b>
Figura 7 – Conhecimento do Regulamento Interno da Escola	<b>90</b>
Figura 8 – Frequência da comunicação entre a escola e a família	<b>92</b>
Figura 9 – Motivos que dificultam a participação dos encarregados de educação na escola	<b>92</b>
Figura 10 – Tipo de acompanhamento e aconselhamento para os educandos	<b>94</b>
Figura 11 – Aconselhamento extra-pedagógico	<b>94</b>

# INTRODUÇÃO

---

## 1. ATUALIDADE DO TEMA

A intervenção dos pais na educação dos filhos é indiscutivelmente essencial. Dar apoio e cuidados adequados ao filho é uma responsabilidade bastante exigente. Muitas vezes, os pais estão preocupados/envolvidos com os outros problemas (profissionais, pessoais, económicos, financeiros) que se esquecem de dar atenção aos seus filhos, o que leva muitas vezes a um afastamento entre pais e filhos, e é precisamente isso que não se quer. Consideramos fundamental nos dias de hoje, e com a constante evolução da sociedade que as escolas devam acima de tudo ser promotoras de políticas/estratégias que promovam uma maior aproximação dos pais à escola.

Este trabalho de investigação é resultado de um conjunto de circunstâncias e participação em trabalhos anteriores junto de diversas escolas, em que a relação entre a escola e a família era praticamente inexistente. Certos que esta é uma vantajosa parceria, considerámos oportuno, entrar de forma um pouco mais profunda neste campo pedagógico, onde possamos tentar perceber como é que os pais acompanham o progresso dos filhos na escola e se por parte da escola é feito algum acompanhamento e, por sua vez, como é feita a inserção dos pais na escola e na vida escolar dos seus filhos/encarregados de educação.

Este estudo com o título “A Relação entre a Escola e a Família – as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem”, insere-se numa temática muito falada, mas ainda com grandes discrepâncias e lacunas por resolver. É fundamental que os pais se integrem na vida escolar ativa dos seus educandos, de forma a conseguirem dar todo o apoio que eles necessitam no seu crescimento escolar. A escola é um local onde os pais confiam a educação dos seus filhos e encontram nela um tipo de apoio para as suas vidas, sendo mesmo um elemento indispensável para os pais e encarregados de educação.

Na escola existe todo um conjunto de professores capazes de poder ajudar e acompanhar não só os alunos como também os encarregados de educação, podendo neste caso, dar pistas educativas, com vista a que os pais possam e consigam perceber as dificuldades e lacunas a preencher nas mais variadas disciplinas. Tudo isto tornaria a relação entre escola-família um pouco mais próxima e promotora de uma saudável construção relacional.

A escolha desta escola teve a ver com o facto de ser um agrupamento que apesar de ir tentando promover esta relação ao longo dos anos letivos, ainda não conseguiu implementá-la de forma eficaz e convincente. Apesar disto, consideramos que é uma escola com potencialidades, visto que, existem pessoas que pretendem aguçar e moldar toda uma construção de saberes e ideias entre as famílias e a escola.

Ao longo do tempo, a relação escola-família foi sofrendo algumas transformações, evoluindo de uma relação assimétrica, onde era atribuído um maior poder à escola e um papel mais passivo aos pais, para uma relação mais simétrica, de maior proximidade e onde a colaboração estreita entre família e escola é desejável (Diogo, 1998, p.20).

No contexto Português, um estudo realizado por Davies e colaboradores (1989) mostrou que, no caso das escolas do 1.º ciclo, a extensão dos contatos escola-família era diminuta, resumindo-se praticamente ao envio de mensagens pelos professores quando as crianças tinham algum problema a duas ou três reuniões por ano caracterizadas por baixa assiduidade por parte dos progenitores, e por poucas atividades na escola que envolviam a participação dos pais. As maiores dificuldades nesta relação surgiam no caso das famílias de baixo estatuto socioeconómico, em que os progenitores, embora se mostrassem interessados em colaborar na educação dos filhos em casa, segundo os autores, não tinham competências nem conhecimentos para “fazer mais”.

É de extrema importância que se comece a dar mais atenção a esta parceria entre a escola e a família, por é a partir dela que estão uns alicerces seguros para que os educandos e conseqüentemente alunos consigam desempenhar o seu papel de uma forma mais segura e motivada, tendo em vista o seu bom percurso e progresso na vida escolar e familiar.

## **2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

Nos dias de hoje, a problemática do envolvimento parental é umas das mais importantes temáticas neste momento, visto que o desenvolvimento das crianças na escola é extremamente importante, porque se as crianças forem bem acompanhadas no seu processo escolar em parceria com os pais, estas crianças serão com certeza uns cidadãos com uma perspectiva de vida e também escolar muito melhor, sendo profissionalmente exemplares. O ambiente familiar, a relação com a escola e a descontinuidade entre ambas são na minha opinião aspetos fundamentais para a problemática da participação dos pais na escola.

No entanto, e de acordo com outros autores (Bloom, 1982, e Colgan 1997, citados por Pereira, 2008, p.27), surge a ideia de que o ambiente familiar pode ser favorável ou desfavorável ao desenvolvimento da capacidade geral para aprender. Ou seja, para que um ambiente familiar fosse favorável à aprendizagem, o que era importante era o tipo de atividades e atitudes dos pais, e não o seu estatuto sócio-económico ou os seus conhecimentos, ou seja, aquilo que os pais faziam com os seus filhos e não necessariamente aquilo que eram ou sabiam. Partindo desta ideia, pretendemos entre

muitas outras coisas verificar como é que esta questão acima enumerada é colmatada no dia-a-dia entre família e escola.

### **3. OBJETIVOS DO ESTUDO**

É objetivo deste estudo responder às seguintes questões, sem afastar a condição de abordar uma outras que poderão surgir no decurso do trabalho:

- Em que medida a escola, em parceria com os pais, atenua as assimetrias sociais, proporcionando condições para que cada aluno desenvolva o seu próprio percurso?
- Que estratégias são desenvolvidas pela escola para lidar com a adversidade e despertar em todos, interesse e motivação, respeitando os ritmos e diferentes capacidades de aprendizagem?
- Quando estamos perante um processo de ensino aprendizagem, o que valorizar: relação com as famílias, a relação existente entre eles ou os conteúdos programáticos?
- De que forma o professor/diretor de turma pode apoiar e ajudar numa construção de uma maior proximidade entre escola-família?

Partindo destas questões anteriores, elaborámos um trabalho, com o intuito de conseguir clarificar algumas questões pertinentes que têm surgido na comunidade educativa, sendo de extrema importância clarificá-las.

É fundamental compreender como é a relação existente entre professores e alunos, alunos com alunos, professores com encarregados de educação, encarregados de educação com educandos, existindo desta forma várias “relações” entre toda a comunidade escolar. É ainda importante identificar, que papel é dado ao diretor de turma na escola e qual o seu relacionamento com os alunos e com as famílias da sua direção de turma, assim como, o tipo de envolvimento parental existente na escola e que tipo de atividades são desenvolvidas pela escola para envolver pais, encarregados de educação, alunos, professores, diretores de turma.

Todo o ambiente familiar, a relação com a escola e a intermitência entre ambas são aspetos fundamentais para a problemática da participação dos pais na escola, pretendendo acima de tudo conseguir compreender e conhecer toda esta envolvência, de modo a que os maiores beneficiários sejam os alunos, conseguindo chegar a todas as metas e finalidades traçadas no início do ano.

Com base em tudo o que foi referido anteriormente, os objetivos principais para este estudo são:

- Compreender os conceitos de organização escolar, escola, relação escola-família, relação família-escola, educação reflexiva;
- Analisar as práticas de envolvimento parental que têm maior impacto na qualidade de aprendizagem dos alunos;
- Refletir sobre a importância da relação escola-família e vice-versa;
- Conhecer a legislação existente em Portugal sobre esta temática;
- Relacionar as práticas de envolvimento parental e o sucesso educativo dos alunos;
- Perceber qual o grau de importância que o diretor de turma tem para a comunidade escolar, e mais propriamente para os alunos;
- Apreender que tipo de comunicação existe entre a escola e a família, assim como as atividades que nela se desenrolam;
- Alcançar de que forma as famílias podem cooperar, para uma relação mais efetiva e permanente com o professor e a escola.
- Conhecer instrumentos potenciadores de uma relação escola-família e família-escola satisfatória.

#### **4. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO TRABALHO**

Ao nível da organização do trabalho, este estrutura-se através primeiramente em duas partes: Revisão da Literatura e o Estudo Empírico. A Revisão da Literatura está dividida em oito temas principais, onde todos eles focam a relação da escola com a família e vice-versa; quais as vantagens que as crianças tiram desta parceria; como o diretor de turma consegue ajudar os alunos e conseqüentemente os encarregados de educação, na superação dos objetivos diários, assim como os pais podem e devem ajudar os filhos e educandos no estudo em casa.

A segunda parte diz respeito ao Estudo Empírico, onde aborda os diferentes aspetos da sua concetualização, sendo o segundo capítulo intitulado de Metodologia de Investigação. Nestes capítulos iremos analisar o problema em estudo e os seus objetivos; será feita uma pequena fundamentação teórica acerca dos instrumentos de recolha de dados, assim como todos os seus procedimentos ao longo do estudo. O terceiro capítulo remete-nos para as características do âmbito do estudo, onde iremos caracterizar o meio onde a escola se insere, o seu corpo docente, a população discente, o pessoal não-docente e a organização e gestão da escola em causa, assim como a sua ligação à comunidade.

No capítulo quatro faremos toda a apresentação e análise dos resultados obtidos através dos instrumentos de recolha de dados e toda a sua intensa análise através de quadros-síntese e gráficos ilustrativos. São apresentados os principais resultados do estudo de modo a poderem serem comparados e é realizada a integração desses mesmos resultados na revisão da literatura efetuada anteriormente. Por fim, iremos apresentar uma síntese dos resultados obtidos e analisados; a nossa proposta de ação, que consideramos ser importante na contribuição de ideias que ajudariam toda a comunidade em estudo a desenvolver de forma mais justa e eficaz do seu leque de trabalhos, para que a relação escola-família seja uma importante forma de promover o sucesso escolar. Serão ainda enumeradas algumas das limitações que tivemos ao longo do estudo, assim como questões em estudo para o futuro, com vista a diminuir esta “tensão” existente entre a escola e as famílias.

# **1.<sup>a</sup> Parte – Revisão da Literatura**

## **CAPÍTULO 1 – A família, a escola e o seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem**

---

# 1. FAMÍLIA

*“A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado”*

Declaração Universal dos Direitos do Homem,  
Art.º 16, al. 3, 1948, citado por Leandro (2001, p.15)

O termo *família* é derivado do latim *famulus*, que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e também escravidão legalizada. No direito romano clássico a “família natural” cresce de importância, esta família é baseada no casamento e no vínculo de sangue.

A família natural é o agrupamento constituído apenas dos cônjuges e dos seus filhos. A família natural tem por base o casamento e as relações jurídicas deles resultantes, entre os cônjuges, pais e filhos. Se nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe, nos tempos medievais (Idade Média), as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias. Dessas novas famílias fazia também parte a descendência gerada que, assim, tinha duas famílias, a paterna e a materna. Com a Revolução Francesa surgiram os casamentos laicos no Ocidente e, com a Revolução Industrial, tornaram-se frequentes os movimentos migratórios para cidades maiores, construídas em redor dos complexos industriais. Estas mudanças demográficas originaram o estreitamento dos laços familiares e as pequenas famílias, num cenário similar ao que existe hoje em dia.

À semelhança do que se passa nas outras sociedades ocidentais, embora mais tardiamente, a família tem sido, em Portugal, objeto de profundas transformações, mercê de aspetos tão variados que decorrem do económico, do social, do político, da organização do trabalho e do emprego, do jurídico, da cultura, da religião e das mentalidades Leandro (2001, p.92).

A família tem vindo a ser transformada através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, económicas e sócio-culturais do contexto em que se encontram inseridas. Esta é um espaço sócio-cultural que deve ser continuamente renovado e reconstruído. Por outro lado, nas palavras de Sacareno (1992):

Defende que a afetividade é um forte elemento na base de trocas parentais e constitui talvez, mais do que a causa, a sua legitimação ideal (...) que se baseia agora a continuidade das gerações de pertença a uma parentela comum. Desde o dia em que nascem, as crianças vivem numa família que dá forma às suas crenças, atitudes e

ações. Ao tentar compreender e respeitar a família de cada uma delas, é fundamental encorajá-las a verem-se, a si próprias e aos outros, como sendo pessoas de valor e membros participantes da sociedade. (p.73)

De acordo com Philips (citado por Hohmann & Weikart, 2003), “define um sistema ou uma cultura familiar como algo que envolve todas as coisas que as famílias fazem para levar as suas crianças a conhecer a compreender as ideias partilhadas pelo grupo familiar quanto a valores, crenças e comportamentos” (pp. 46-47).

A oportunidade e atualidade desta noção são apoiadas por Swap (citado por Pereira, 2008, p.38), que considera ser necessário que os pais e os professores se ajudem mutuamente: por um lado, os professores pelas dificuldades acrescidas com o ensino de massas e com o aumento do ensino obrigatório, e por verem pouco reconhecido o seu estatuto profissional bem como o apoio da comunidade e, por outro lado, os pais por se confrontarem, cada vez mais, com situações de divórcio, desemprego, isolamento e problemas com os filhos.

Para Diogo (1998):

A família, espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerada o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. Lugar em que as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres. A família revela-se, portanto, um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os factos do quotidiano individual recebem o seu significado. (p.37)

De acordo com Walters (citado por Diogo, 1998, p.38), “a heterogeneidade das propostas apresentadas em torno do conceito leva-nos a pensar que a definição de família deve assumir um carácter operativo tendo em vista os problemas de investigação a que está associada”.

A definição do Instituto Nacional de Estatística que define a família como o “conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento”. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. O número médio de pessoas da família tem vindo a diminuir progressivamente, como nos mostra o gráfico seguinte:

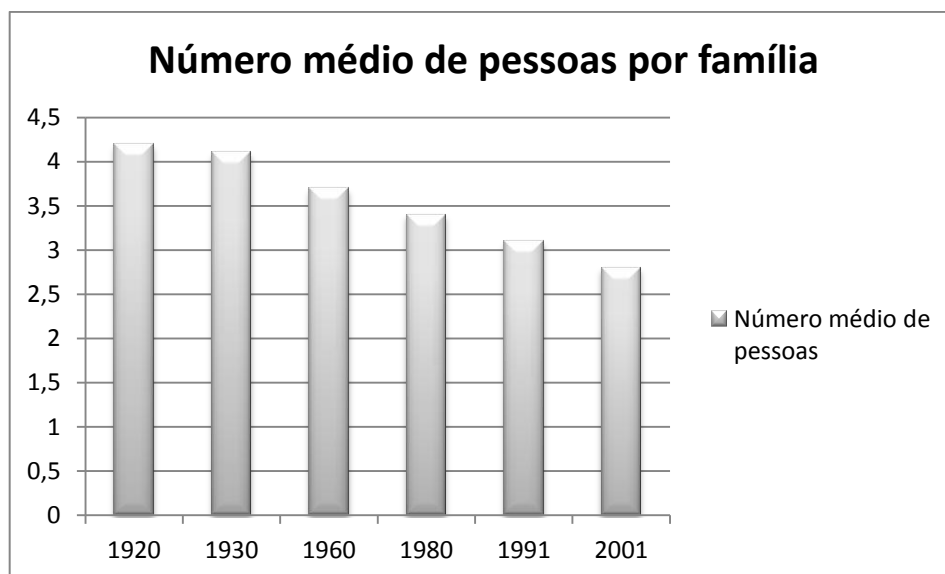


Figura 1 – Número médio de pessoas por família (1920-2001)

Em 1920, o número médio de pessoas era de 4,2; em 1930 baixou para 4,1; em 1960 era já de 3,7; baixou para 3,4 em 1980; em 1991 era de 3,1 e, no último censo de 2001, situava-se em 2,8.

De acordo com Pereira (2008):

A Família é considerada a instituição social básica a partir da qual todas as outras se desenvolvem, a mais antiga e com um carácter universal, pois aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1984, refere a Família como o elemento de base da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros. (p.43)

Para Félix (citado por Pereira, 2008):

A Família é, o primeiro e o mais marcante espaço de realização, desenvolvimento e consolidação da personalidade humana, onde o indivíduo se afirma como pessoa, o habitat natural de convivência solidária e desinteressada entre diferentes gerações, o veículo mais estável de transmissão e aprofundamento de princípios éticos, sociais, espirituais, cívicos e educacionais, o elo de ligação entre a consistência da tradição e as exigências da modernidade. (p.45)

Félix (citado por Pereira, 2008) aponta alguns fatores que atualmente atingem e condicionam a estrutura familiar:

- A *horizontalização da comunicação* entre as pessoas, que hoje caracteriza as sociedades modernas favorecendo a relação entre membros da mesma geração e desfavorecendo a produzida verticalmente de uma geração para a seguinte;

- *A administração do tempo* que jamais se fará do mesmo modo das gerações que nos antecederam, pois o tempo familiar é alternado não só com o tempo de trabalho como também com os tempos de lazer e formação;
- O *trabalho* e a consagração de igualdade entre o homem e a mulher que origina grandes transformações na existência, formação, vivência e até dissolução familiares passando a existir uma maior partilha das responsabilidades familiares, designadamente no que se refere à educação dos filhos e à orientação e desempenho das atividades domésticas;
- Os *fatores demográficos* como a queda da nupcialidade, fecundidade e crescimento natural, o aumento dos nascimentos fora do casamento, o retardamento do nascimento do primeiro filho e diminuição da dimensão média das famílias, o aumento da esperança de vida e da taxa de dependência dos idosos, têm vindo a provocar adaptações importantes no desenvolvimento da instituição familiar. (pp.45-46)

O território da família foi invadido pelo sistema escolar, tanto no plano afetivo como no plano instrumental: a escola preocupa-se cada vez mais com o desenvolvimento da criança em domínios que não apenas o cognitivo e cada vez mais deixa uma menor margem de intervenção familiar face, por exemplo, às escolhas da criança no domínio da atividade profissional, uma vez que os projetos profissionais que os pais alimentam para os seus filhos são frequentemente contrariados pela escolaridade Diogo (1998, p.51).

A função que a família desempenha, não só não é nada fácil como deve ser exigida a responsabilidade a todos os que convivem com a(s) criança(s), desde os pais, irmãos, outros familiares, aos adultos que a rodeiam, papel esse que a maior parte das vezes, as famílias não estão preparadas para o exercer. Nunes (citado por Pereira, 2008, p.39), reforça a necessidade e a premência de que as famílias devam receber ajuda de instituições adequadas, através de programas de informação e de formação, para as ajudar na formação de hábitos, no desenvolvimento de atitudes que preparem favoravelmente a criança para a aprendizagem escolar e a apoiem ao longo da sua escolaridade.

Os processos educativos familiares variam não só em função do estatuto sociocultural das famílias, como também consoante os papéis atribuídos a cada membro da família, às suas expectativas e necessidades: “certos comportamentos maternos são favoráveis, como a sensibilidade, a aceitação, a cooperação com a criança, a capacidade de

expressar emoções. Como consequência positiva, a criança torna-se mais aberta socialmente, mais independente, capaz de uma atenção sustentada” Pourtois, Desmet e Barras, (citado por Diogo, 1998, p.41).

Ainda na mesma linha do autor Diogo (1998, p.52), a família desempenha, conseqüentemente um papel importante na adaptação da criança a esses novos *environnements*. No entanto, poucas famílias têm a capacidade para o fazerem sozinhas, sendo essencial a cooperação com os professores. As escolas deverão, assim trabalhar no sentido de um maior relacionamento recíproco, tendo em vista a produção de melhores contextos de aprendizagens para os jovens.

Nas últimas décadas a família sofreu transformações profundas e que têm posteriormente implicações para a sua definição. Segundo Canavarro et al. (citado por Pereira, 2008, p.48), “no último século, as formas de co-habitação e a estrutura familiar têm vindo a mudar, consequência da industrialização e da urbanização da sociedade e de alterações culturais, económicas, tecnológicas; profissionais, urbanísticas e sociais”.

Ainda nas palavras de Canavarro et al. (citado por Pereira, 2008), além de todas estas mudanças ainda podemos encontrar umas outras transformações que alteraram o conceito família:

- 1– Maior urbanização e isolamento da família nuclear;
- 2– Emancipação da mulher e o seu acesso ao mundo do trabalho, que veio provocar mudanças nos papéis tradicionais e no funcionamento da família;
- 3– Adiamento do casamento e do primeiro filho;
- 4– Maior esperança de vida e maior número de idosos;
- 5– Maior número de divórcios; Possibilidade de escolha – com quem casar, onde viver, quantas crianças ter, etc. (p.48)

A família é o primeiro suporte vital que temos nos primeiros anos de vida, é nela que temos que nos apoiar e conseqüentemente teremos que apoiar, pois cada elemento da família (seja ela grande ou pequena), necessita do nosso apoio, da nossa companhia, do nosso carinho, da nossa sabedoria, da nossa alegria, das nossas palavras de conforto, resumindo, é na família que está todo o equilíbrio que o ser humano necessita à boa integração na sociedade e fundamentalmente à sua sobrevivência.

Exemplo disso é o que nos diz Gervilla (citado por Pereira, 2008, pp.49-50), quando apresenta a imagem do “comboio ferroviário” para explicar qual é o seu conceito de família, e que pessoalmente acho que está perfeito, porque família é isso mesmo: uma grande

viagem (que começa quando nascemos e termina quando morremos). Segundo esta metáfora, a nossa família forma-se ao longo da vida, assemelhando-se a uma viagem num comboio, onde se partilha o espaço com diversas pessoas nas diferentes carruagens. Nos primeiros anos viajamos ao lado dos nossos pais e mais à frente juntam-se os nossos amigos e familiares próximos. À medida que o comboio alcança outras estações (fim da escola, fim do secundário, primeiro emprego, casamento, etc.) as pessoas que nos acompanham vão mudando. Umas saem e outras entram, e como consequência disso mudam as pessoas que nos proporcionam apoio; nem todas as pessoas que nos acompanham nessa viagem têm igual importância para a nossa vida, ou seja, o tipo de pessoas que estão na carruagem e a sua proximidade connosco nem sempre é igual.

Para Fernandez (citado por Pereira, 2008, p.49), “família é um termo que não é possível definir, sendo apenas possível a sua descrição, família é um conjunto de pessoas que gostam umas das outras”, o que vem reforçar a importância das relações afetivas que se estabelecem entre as pessoas que acompanham o dia a dia da criança contribuindo de forma decisiva para o seu desenvolvimento.

A definição apresentada por Relvas e Alarcão (1989) é abrangente e ao mesmo tempo delimitadora. Para estas autoras, a família é “um sistema social natural e, por isso, aberto e autorregulado; sendo um conjunto de pessoas, unidas por laços sanguíneos e/ou afetivos, em interação contínua”. (p.88)

Seja qual for o motivo que está na base da constituição da família, na maior parte das vezes são os laços de consanguinidade que estão na sua origem mas seja qual for essa origem, o que realmente interessa é que existam afetos, interesses, valores comuns a todos os elementos que a compõem e que as relações que estabelecem entre si sejam fortes e verdadeiras, permitindo um bom ambiente familiar (Pereira, 2008, p.51). Ou seja, as redes familiares que criamos ao longo da nossa vida são fundamentais para o nosso sucesso a curto, médio e longo prazo.

## **2. RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA “UMA ALIANÇA FUNDAMENTAL”**

*Uma das profissões mas difíceis é de ser pai, e é a única para a qual não há formação (cit. In Ausloos, 1996, p.153).*

Quando se fala das escolas do passado, o modelo de referência é o que vigorou até às vésperas do 25 de abril, modelo este marcado fortemente pela disciplina. Nas escolas desta época, não era apenas a existência de um Reitor nomeado pelo poder central que

garantia um funcionamento sem grandes sobressaltos, era também um regime de ditadura que refletia o estilo de vida daquele período.

Nesse tempo, havia padrões de comportamento para cada grupo que determinavam até a maneira de vestir. Os estudantes não eram exceção. Formavam um grupo específico que se desejava “uniformizado”. E essa uniformização passava, por exemplo, pelo uso obrigatório da bata no caso das raparigas, pelo uso obrigatório de gravata no caso dos rapazes que frequentavam o liceu, pela proibição absoluta de usar calças no caso das raparigas e de deixar crescer o cabelo no caso dos rapazes.

A simples infração de regras tão superficiais como estas anteriores, podiam ter como consequência o aluno ser suspenso ou até expulso. Reprimir radicalmente os desvios fazia parte integrante do sistema educativo, onde raras eram as famílias que se atreviam a reclamar mesmo contra castigos que considerassem despropositados ou excessivos.

Desta forma, e apesar de tudo não há nada nas escolas do regime que possamos aproveitar e transportar para as escolas do século XXI, pois estas pretendem encontrar o modelo certo de gestão e administração que assegure em simultâneo disciplina e liberdade, autoridade e cooperação, exigência e tolerância, tradição e inovação, identidade histórica e multiculturalidade, tutela de poder central e autonomia.

Estudos recentes mostram que em vários países, nas últimas décadas, que se os pais se envolverem na educação dos filhos, eles por ora, obtêm melhor aproveitamento escolar. De muitas variáveis que se estudaram, o envolvimento dos pais no processo educativo foi a que obteve maior impacto, estado este impacto presente em todos os grupos sociais e culturais (Marques, 2001). A comunicação entre professor e pais do aluno aparece como o primeiro, constituindo a forma mais vulgar de colaboração.

Perrenoud (citado por Pereira, 2008, p.39), refere que a educação precisa de mudar e que as mudanças podem ser negociadas entre os diferentes agentes educativos, cabendo à escola o papel de as tornar mais visíveis e reais, ficando as famílias mais interessadas, próximas e conscientes da sua importância.

Hoje em dia existe cada vez mais a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de todos.

A educação constitui uma das componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena no seu ambiente. A escola não deveria viver sem a família nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objetivo, qualquer um que seja, porque um melhor futuro para os alunos é, automaticamente, para toda a sociedade.

De acordo com Perrenoud & Montandon (citado por Diogo, 1998, p.47), “as famílias

preocupam-se, também cada vez mais com o desabrochar e a felicidade dos seus filhos, esperando que a escola os discipline sem os anular e os instrua sem os privar da sua infância”. Consequentemente, a Escola é, com frequência, atentamente vigiada pelos pais que lhe confiam os seus filhos com uma mistura de confiança e de desconfiança. Para estes autores que referem que o diálogo com a Escola não se instaura numa base de igualdade e que, individualmente, os pais não se relacionam numa base de igualdade, facto que se acentua ainda mais quando em presença dos lugares mais elevados na hierarquia escolar.

A escola não deve ser só um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva que deverá existir a 100% em casa. É na escola que se deve conscientizar a respeito dos problemas do planeta: destruição do meio ambiente, desvalorização de grupos menos favorecidos economicamente, etc. Na escola deve-se falar sobre amizade, sobre a importância do grupo social, sobre questões afetivas e respeito ao próximo. É de extrema importância o estudo da relação família/escola, onde o educador/professor se esmera em considerar o educando, não perdendo de vista a globalidade da pessoa, percebendo que, o jovem, quando ingressa na rede escolar, não deixa de ser filho, irmão, amigo, etc.

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planear, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola. De acordo com Pereira (2008, p.29), “a Relação entre a Escola e a Família tem vindo a ser alvo de todo um conjunto de atenções: através de notícias nos meios de comunicação, de discursos de políticos, da divulgação de projetos de investigação e de nova legislação”.

Ainda na perspetiva do mesmo autor acima referido:

O desenvolvimento da criança deve ser compreendido de forma holística e a compreensão das diferenças individuais no desenvolvimento saudável e patológico implica a consideração das transações que ocorrem ao longo do tempo entre indivíduo e contextos sociais e ecológicos. Segundo esta autora o contexto é constituído por diferentes níveis, uns mais próximos e outros mais distantes, que sofrem influências múltiplas entre si (p.27).

Não existe uma única forma correta de envolver os pais. As escolas devem procurar oferecer um «*menu*» variado que se adapte às características e necessidades de uma comunidade educativa cada vez mais heterogénea. A intensidade do contacto é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunidade escrita, mas sobretudo os encontros a dois. Intensidade e diversidade parecem ser as características mais marcantes dos programas eficazes (Marques, 2001, p.20).

Para Estrela (citado por Villas-Boas, 2001, p.119), a relação escola-família parece encontrar-se, atualmente numa encruzilhada: por um lado, a vida urbana e tudo o que esta

implica tem levado à crescente demissão das responsabilidades familiares e conseqüentemente, a escola terá de servir de “abrigo”, tendo, por isso, incumbências educativas que competem à família; por outro lado, e felizmente, cada vez existem mais pais que tentam participar na vida escolar dos filhos.

Desta forma e nas palavras de Marques (citado por Villas-Boas, 2001, p.119), parece caber à escola dar o primeiro passo no sentido de preencher a lacuna existente em termos de comunicação “positiva” não só entre a escola e a família, mas também entre estas e a comunidade, mas esta comunicação não deverá fazer-se num sentido único, sendo desta forma fundamental que os professores sintam necessidade de “ouvirem os pais e partilharem com eles algum poder de decisão”.

A educação “move-se” como um processo de socialização com duas dimensões distintas:

- Social, onde a herança cultural é transmitida às novas gerações através do trabalho de várias instituições;
- Individual, onde a aquisição de conhecimentos, as habilidades, as competências e os valores estão em constante desenvolvimento.

No entanto, a dimensão individual está subordinada à social no contexto de interesses, objetivos e relações de poder dependentes da idade, seja na família ou na escola (Carvalho, 2004, p.37).

Ao longo da história e em diferentes sociedades, os modos de educação e de reprodução social variaram entre os grupos e classes de uma mesma sociedade. Educar, no sentido geral de criar crianças, não é atribuição exclusiva quer dos pais /mães biológicos, quer da família, quer da escola. O cuidado dos mais jovens, a transmissão da cultura do grupo social (conhecimento, produção, relação e participação) e a preparação para os papéis de adultos (na guerra, no trabalho, na sexualidade, na família e na cidadania) eram tarefas assumidas por vários indivíduos, grupos e instituições (mães, pais, avós, professores, famílias extensas, clãs, tribos, vizinhança, comunidade, igrejas e escolas) que tratavam da sua organização e manutenção Gonzalez (1996, pp.98-99).

Para Pereira (2008, p.67), havia diversas maneiras de transmitir sentimentos, valores, conhecimentos, desenvolver habilidades e competências que depois fossem socialmente valorizadas (o currículo), podendo variar em relação à organização e práticas (onde, quando, como, por quanto tempo), em relação ao conteúdo (quais os saberes que se devem tornar hábitos, habilidades, matérias escolares), agências e agentes encarregados (quem é responsável pela organização e ensino) e sujeitos alvo (de acordo com categorias,

como idade, sexo, classe e raça). Mulheres, pessoas pobres, negras e indígenas foram excluídas durante muito tempo, ou tiveram acesso a escolas e currículos diferenciados.

Monroe (citado por Pereira, 2008, p.67) esclarece sobre a confusão que se gerou quando educação passou a ser sinónimo de escola. “Ela deve ser distinguida da escolarização. A educação escolar tornou-se o modo de educação predominante nas sociedades modernas democráticas, a partir da escolarização compulsória nos finais do século XIX com uma organização específica: currículo seriado, sistema de avaliações, níveis, diplomas, professores, professoras e outros profissionais especializados”. Esta organização funciona como um processo multifacetado de aprendizagem e de desenvolvimento humano, baseado na experiência e participação nas várias práticas e espaços sociais ao longo da vida. O facto de ser tornado sinónimo de escola é, por sua vez considerado um fenómeno histórico.

Para (Marques, 2001):

O Estado-educador tem vindo a substituir-se à família, às restantes comunidades naturais e à sociedade civil no desempenho das funções de apoio ao desenvolvimento integral do educando. À medida que a família foi recuando nas suas funções educativas, o Estado foi ocupando o espaço vaio e, nas últimas décadas, essa intervenção estatal transformou-se num perigoso monopólio que urge quebrar, sob a pena de a escola pública de massas se tornar num mecanismo de propaganda ideológica e de controlo político dos cidadãos. (p.14)

É muito importante que família e escola se unam na criação de uma “aliança” com vista a conseguirem ajudar educandos e conseqüentemente alunos, de forma a que os consigam tornar cidadãos ativos e capazes de agir na sociedade dos nossos dias.

### **3. A Relação Escola-Família na Legislação Portuguesa**

A escola sofreu nos últimos anos o efeito da descompressão da vida política nacional, o que, se levou a saudáveis atitudes de destruição de estruturas antigas. Diogo (1998) salienta que em Portugal, como noutros países:

A produção legislativa descentralizadora e autonomizante sobre os estabelecimentos de ensino reconheceu a importância e criou condições para um maior envolvimento e participação das famílias na vida escolar, assim como para a emergência de uma conceção de escola que deixou de ser encarada como um serviço local do Estado e passou a ter a capacidade de se auto dirigir.(p.25)

Nas palavras de Pereira (2008, p.54), até ao 25 de abril de 1974, o movimento associativo dos pais era quase inexistente. Apenas alguma movimentação nesse sentido acontecia só no ensino particular. “Durante a ditadura, o desenvolvimento educacional foi

bastante limitado. A escolaridade obrigatória foi reduzida, de início, para três anos e só muito lentamente se eleva primeiro para quatro anos e bastante depois para seis anos, no fim da década sessenta”. O sistema educativo era inteiramente centralizado e estritamente controlado/fiscalizado.

Após o 25 de abril de 1974, seguiu-se um período bastante tumultuoso e, existiram mudanças em todas as áreas da vida social, incluindo a educação.

Consideramos que é de fundamental importância que se faça um breve resumo sobre a legislação portuguesa em Portugal desde a Constituição da República Portuguesa em 1976 até aos dias de hoje, de modo a pudermos compreender como esta se foi alterando e modificando ao longo dos anos. Pretendo desta forma, sistematiza a legislação que de um modo se relaciona com a problemática da relação entre escolas e famílias numa evolução que começa no final da década de 70 (1976) e que vem até aos dias de hoje.

O envolvimento das famílias na escola remonta ao ano de 1976, ano esse em que a Constituição da República, consagra a necessidade de colaboração/cooperação entre o Estado e as famílias portuguesas, tendo como ponto fulcral a educação/ensino dos jovens portugueses. Já no artigo 74.º dedicado à educação, é notório a preocupação do Estado em apoiar a escolaridade e ensino dos jovens portugueses, tendo como pontos fundamentais:

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.
2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:
  - a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
  - b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
  - c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
  - d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
  - e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
  - f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;
  - g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;

- h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
- i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
- j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.

Este Decreto-Lei passou ainda a permitir a participação dos pais na vida académica dos seus filhos e encarregados de educação:

1. Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.

2. A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino.

No que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro, foi uma lei bastante importante em termos de decisões, este, iniciou a fase de institucionalização da gestão democrática das escolas em termos formais e que garantiu o retorno do poder aos serviços centrais do ministério Este decreto refere ainda que, “a escola sofreu nos últimos anos o efeito da descompressão da vida política nacional, o que, se levou a saudáveis atitudes de destruição de estruturas antigas, também fez ruir a disciplina indispensável para garantir o funcionamento de qualquer sistema educativo. Muito especialmente o vazio legal criado pelo não cumprimento do Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro, que impunha a sua própria revisão até 31 de agosto de 1975, provocou prejuízos incalculáveis (...)” Este exige a atribuição de responsabilidades aos docentes, discentes e pessoal não docente na comunidade escolar.

A definição entre competência deliberativa e funções executivas é essencial para uma gestão que acautele os interesses coletivos. Todavia, não poderá esquecer-se que toda a organização se destina a permitir alcançar objetivos de ordem pedagógica, o que anteriormente não foi regulamentado e agora se considera fundamental.

Na ótica de Lima (2008):

Quanto à abertura da escola às famílias e à comunidade, sabe-se, de há muito, como é diversa a situação no país e pouco dependente, aliás, do maior ou menor número de representantes comunitários nos órgãos escolares. Em qualquer dos casos, a solução

para ultrapassar aquele problema residirá numa mudança radical do sistema de fechamento da escola ao entorno comunitário: a mudança da centralização política e administrativa da educação escolar, que garante o exclusivo do governo das escolas aos serviços centrais e pericentrais (desconcentrados) do ministério, consagrando uma direção de cada escola que, de facto, e independentemente da retórica da autonomia, se situa acima e para além de cada escola concreta.

Em 1977, foi criada a primeira Lei (Lei n.º 7/77, de 1 de fevereiro), sobre a participação das associações de pais e encarregados de educação no sistema nacional de ensino.

O Artigo 1.º, deste mesmo decreto-lei, diz-nos que:

1. A colaboração entre o Ministério da Educação e Investigação Científica e as associações de pais e encarregados de educação dos alunos do ensino preparatório e secundário integra-se nas obrigações do Estado de cooperar com os pais na educação dos filhos consignada no artigo 67.º da Constituição da República;
2. Às associações de pais e encarregados de educação referidas no número precedente, quando legal e democraticamente constituídas, é reconhecido o direito de dar parecer sobre as linhas gerais da política de educação nacional e da juventude e sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino, obrigatoriamente quanto às iniciativas legislativas relativas àqueles graus de ensino que revistam a forma de proposta de lei, e facultativamente nos restantes casos.

A 1 de junho de 1979, com o Despacho Normativo n.º 122/79, veio impor a realização regularmente de reuniões com as associações de pais ao Conselho Diretivo, e veio ainda conceder aos encarregados de educação a participação nos concelhos de escola e nos concelhos pedagógicos. Em 1982 (Decreto-Lei n.º 125/82, de 2 de abril), foi criado o Conselho Nacional de Educação (órgão consultivo) com a participação das universidades, sindicatos de professores, centros de investigação, associações de juventude e associações de pais. O governo decreta através do artigo da alínea a) do 1.º do Artigo 201.º, o seguinte:

Artigo 2.º – 1. Compete ao Conselho Nacional de Educação emitir pareceres, propostas e recomendações, bem como estudos ou informações sobre todas as questões que lhe sejam solicitadas pelo Ministro, nomeadamente em relação às seguintes matérias:

- a) Sistema Educativo;
- b) Orientação Escolar;
- c) Planos de Estudo;
- d) Critérios de frequência e avaliação de conhecimentos;
- e) Criação, organização e reestruturação de estabelecimentos de ensino superior;

- f) Programas de ensino;
- g) Descentralização de serviços e regionalização do sistema educativo;
- h) Critérios gerais de rede escolar;
- i) Meios de garantir a liberdade de aprender e ensinar;
- j) Formação e promoção técnico-profissional;
- k) Planos plurianuais de investimento;
- l) Aplicação da pena de demissão a pessoal dirigente do Ministério

Em 1984, o Decreto-Lei n.º 315/84, de 28 de setembro, regulamenta a criação das associações de pais com as escolas pré-primárias e escolas do 1.º ciclo.

Com a entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) o protagonismo dos pais nas escolas veio reforçar-se. É de salientar que a implementação da RGSE aponta para um reforço do papel das famílias e da comunidade na direção e gestão dos estabelecimentos de ensino.

A Lei de Bases garante práticas democráticas e processos participativos na definição das políticas educativas nos planos nacional e escolar, definindo desta forma um novo quadro geral do sistema e estabeleceu grandes princípios gerais e organizativos que vieram a ter uma influência decisiva na conceção dos edifícios escolares e na configuração de uma nova rede educativa.

Considerámos pertinente, analisar um pouco mais a lei de bases do sistema educativo português, onde garante as práticas e processos participativos na definição das políticas educativas nos planos nacional e escolar. No Artigo 5.º, 7.º, 9.º e 11.º são referidos os objetivos da educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e ensino universitário, respetivamente. Irei retirar alguns dos objetivos referentes ao meu tema, da lei de bases. No **artigo 5.º – educação pré-escolar**<sup>1</sup> – “tem como objetivos fundamentais: e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade”. No **artigo 7.º – ensino básico**<sup>2</sup> – “os objetivos são: b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano; h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante; (...), uns dos mais importantes objetivos, que permitirá uma aproximação positiva entre pais, escola e alunos, que é: m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias”;

---

<sup>1</sup> O destaque a *bold* é da minha autoria

<sup>2</sup> O destaque a *bold* é da minha autoria;

No **artigo 9.º – ensino secundário**<sup>3</sup> – “alguns dos objetivos fundamentais são: d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional”;

Por fim, é referido claramente que o “sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico (artigo 43.º)”. Já no artigo 45.º, ponto 2, é referido explicitamente que em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino. Sendo assim, os encarregados de educação, tal como refere Diogo (1998, p.34), “porque atores implicados no processo educativo, se passam a considerar parceiros na direção das escolas”.

Continuando com a análise dos decretos-lei, a seguir à Lei de Bases, saiu em 1989 o (Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro), fundamenta esta que concretiza Lei de Bases acima referida, que visa a participação de todos os interessados no processo educativo e na vida escolar, onde os pais não só têm lugar no Conselho Pedagógico, mas também no conselho de turma. O Despacho n.º 8 SERE/89, estabelece o regulamento do «conselho pedagógico», cria o Conselho de Diretores de Turma e os Diretores de Turma as principais pilares de orientação educativa, no que toca às relações família-escola e escola-família. Quanto às atribuições do *conselho de diretores de turma*, (Diogo, 1998, pp.28-29) faz um breve resumo do mesmo. Especifica-se então no ponto 34.3: “*promover e planificar formas de atuação junto dos pais e encarregados de educação*”, no ponto 34.4: “*promover a interação entre a escola e a comunidade*”. No que toca aos diretores de turma, especifica-se no ponto 41 que:

São atribuições do diretor de turma: 41.1 – *desenvolver ações que promovam e facilitem a correta integração dos alunos na vida escolar*; 41.2 – *garantir aos professores da turma a existência de meios e documentos de trabalho e a orientação necessária ao desempenho das atividades próprias da ação educativa*; 41.3 – *garantir uma informação atualizada junto dos pais e encarregados de educação acerca da integração dos alunos na comunidade escolar, do aproveitamento escolar, das faltas a aulas e das atividades escolares.* (pp.28-29)

---

<sup>3</sup> O destaque a *bold* é da minha autoria.

Em 1990, através do Despacho Conjunto n.º 60/SERE/SEAM/90, de 14 de outubro, saiu uma publicação de um indicador para os encarregados de educação onde é conferida aos pais a possibilidade de escolha de escola, sempre que possível, mas está instaurado em muitas escolas.

Um novo Sistema de Avaliação dos Alunos do Ensino Básico, é em 1992, proposto através do Despacho Normativo n.º 98-A/92 (Sistema de avaliação dos alunos do ensino básico). A avaliação dos alunos do ensino básico é uma exigência decorrente dos princípios e objetivos definidos para este nível de ensino no artigo 7.º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (LBSE), permitindo aferir, a cada momento, do estágio de realização dos mesmos. Entre aqueles princípios e objetivos sobressaem, para efeitos do modelo de avaliação a adotar, o da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, bem como o dever de assegurar uma formação geral, comum a todos os portugueses, e de criar condições de promoção e sucesso escolar a todos os alunos.

Segundo Silva (1994, citado por Pereira, 2008):

Os alunos e os encarregados de educação são uma fonte de informação na avaliação formativa; em caso de avaliação sumativa extraordinária deverão os alunos e encarregados de educação serem avisados com cinco dias de antecedência, a avaliação especializada será feita com conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação, contribuindo a informação prestada por estes para a elaboração da programação individualizada; e, finalmente, a retenção repetida carece do parecer dos encarregados de educação, os quais poderão apelar para o Diretor Geral de Educação em caso de discórdia. (p.56)

O Decreto-Lei n.º 172/91, presumivelmente o mais importante no que se refere ao envolvimento dos pais na Escola, permite que estes possam ter representantes no Conselho de Turma, no Conselho Pedagógico e no Conselho da Escola onde passa a existir um apoio e uma participação alargada da comunidade na vida escolar. De acordo com Marques (citado por Pereira 2008, p.56), no que se refere aos processos de avaliação, os pais ficaram com mais direitos e deveres com a provação do Sistema de Avaliação Nacional de Estudantes, onde se afirma que os professores devem informar os pais em relação a todos os aspetos e tipos de avaliação dos estudantes.

A atualização das associações de pais, aconteceu com o Decreto-Lei n.º 372/90, anulando desta forma o Decreto-Lei n.º 80/99 de 16 de março. O presente diploma define, ainda, os direitos dos pais e encarregados de educação enquanto membros dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário e respetivas estruturas de orientação educativa. A diferença essencial diz respeito à Educação Pré-Escolar e ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, passando agora as associações de pais (ou na sua ausência, pais eleitos para o efeito) a terem um representante, respetivamente, no Conselho Pedagógico e no Conselho Escolar, daqueles níveis de ensino.

As associações de pais visam a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados em, tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico ou secundário, público, particular ou cooperativo. É ainda de salientar que os encarregados de educação, desde 1989, detinham representação no conselho pedagógico das escolas de Ensino Básico 2, 3 e do Ensino Secundário e nas escolas com o novo Regime de Gestão. Segundo Silva (citado por Pereira 2008):

O movimento associativo é predominantemente de classe média ou pelo menos a sua liderança. Esta classe média é culturalmente mais próxima da cultura escolar. No entanto, a categoria pais é uma categoria heterogénea, em termos de raça, etnia, classe, género, faixa etária, profissão, etc.”. (p.56)

O Decreto-Lei n.º 172/91 define o regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. A estrutura de gestão dos estabelecimentos de ensino em que, nos termos da lei, se lecionem, conjuntamente, o 1.º e 2.º ciclos ou os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico será definida em decreto regulamentar.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 veio implementar e fazer algumas mudanças no que toca ao antigo Decreto-Lei n.º 172/91. Foi então criado um renovado sistema de direção, gestão e administração dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente na Assembleia de Escola, no Conselho Pedagógico e no Conselho de Turma, que apontam para uma maior autonomia e conseqüentemente uma maior diversidade. Neste sentido, veio fortalecer-se a participação particularmente das famílias, ao atribuir alguns lugares aos encarregados de educação no Conselho de Escola a que atualmente chamamos Assembleia de Escola, no Conselho Pedagógico e nos Conselhos de Turma (tendo um representante na Associação de Pais e outro como representante dos encarregados de educação de turma), “os quais passam a ter oportunidade de intervenção e participação direta nas orientações e políticas educativas a incrementar pelo estabelecimento de ensino ao nível local” (Diogo, 1998, p.29).

Considerámos de extrema importância analisar o estatuto do aluno, visto que ao longo dos anos, este tem sofrido algumas mudanças significativas. A Lei n.º 30/2002 “aprova o Estatuto do Aluno do Ensino não Superior, adiante designado por Estatuto, no desenvolvimento das normas da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, relativas à administração e gestão escolares” (Lei n.º 30/2002). No artigo 6.º é **mencionado o papel dos pais e encarregados de educação**<sup>4</sup>, onde estes têm o direito e dever de: 1– “Aos pais e encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem ativamente

---

<sup>4</sup> O destaque a *bold* é da minha autoria.

o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos. 2– Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, deve cada um dos pais e encarregados de educação, em especial: a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando; b) Promover a articulação entre a educação na família e o ensino escolar; c) Diligenciar para que o seu educando beneficie efetivamente dos seus direitos e cumpra pontualmente os deveres que lhe incumbem, com destaque para os deveres de assiduidade, de correto comportamento escolar e de empenho no processo de aprendizagem; d) Contribuir para a criação e execução do projeto educativo e do regulamento interno da escola e participar na vida da escola; e) Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos; f) Contribuir para a preservação da disciplina da escola e para a harmonia da comunidade educativa, em especial quando para tal forem solicitados; g) Contribuir para o correto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando e, sendo aplicada a este medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade; h) Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida da escola; i) Integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando-se, sendo informado e informando sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos; j) Comparecer na escola sempre que julgue necessário e quando para tal for solicitado; k) Conhecer o regulamento interno da escola e subscrever, fazendo subscrever igualmente aos seus filhos e educandos, declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral”.

Nos Artigos 13.º e 15.º, são mencionados os direitos e deveres dos alunos, respetivamente, para tal, elaborei um quadro (**Quadro 1**), de modo a que a sua leitura e análise fossem mais fáceis:

**Quadro 1** – Enumeração dos direitos e deveres dos alunos

<b>Artigo 13.º – Direitos do Aluno</b>	<b>Artigo 15.º – Deveres do Aluno</b>
a) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso, de forma a propiciar a realização de aprendizagens bem sucedidas;	a) Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral;

<p>b) Usufruir do ambiente e do projeto educativo que proporcionem as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico, para a formação da sua personalidade e da sua capacidade de autoaprendizagem e de crítica consciente sobre os valores, o conhecimento e a estética;</p>	<p>b) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito do trabalho escolar;</p>
<p>c) Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;</p>	<p>c) Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino e aprendizagem;</p>
<p>d) Ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido;</p>	<p>d) Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa;</p>
<p>e) Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;</p>	<p>e) Ser leal para com os seus professores e colegas;</p>
<p>f) Beneficiar, no âmbito dos serviços de ação social escolar, de apoios concretos que lhe permitam superar ou compensar as carências do tipo sócio-familiar, económico ou cultural que dificultem o acesso à escola ou o processo de aprendizagem;</p>	<p>f) Respeitar as instruções do pessoal docente e não docente;</p>
<p>g) Beneficiar de outros apoios específicos, necessários às suas necessidades escolares ou às suas aprendizagens, através dos serviços de psicologia e orientação ou de outros serviços especializados de apoio educativo;</p>	<p>g) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;</p>
<p>h) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa;</p>	<p>h) Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;</p>
<p>i) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral;</p>	<p>i) Respeitar a integridade física e moral de todos os membros da comunidade educativa;</p>
<p>j) Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;</p>	<p>j) Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e moral dos mesmos;</p>
<p>k) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar;</p>	<p>k) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correto dos mesmos;</p>

l) Participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respetivo projeto educativo, bem como na elaboração do regulamento interno;	l) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
m) Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do regulamento interno da escola;	m) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direção da escola;
n) Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;	n) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;
o) Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;	o) Conhecer as normas de funcionamento dos serviços da escola e o regulamento interno da mesma e cumpri-los pontualmente;
p) Participar na elaboração do regulamento interno da escola, conhecê-lo e ser informado, em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente sobre o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objetivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar, e os processos e critérios de avaliação, bem como sobre matrícula, abono de família e apoios sócio-educativos, normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, incluindo o plano de emergência, e, em geral, sobre todas as atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo da escola;	p) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
q) Participar nas demais atividades da escola, nos termos da lei e do respetivo regulamento interno.	q) Não transportar quaisquer materiais, instrumentos ou engenhos passíveis de, objetivamente, causarem danos físicos ao aluno ou a terceiros;
	r) Não praticar qualquer ato ilícito.

Por fim, no Artigo 51.º é mencionado a intervenção dos pais e encarregados de educação, tendo os pais e encarregados de educação, “no decurso de processo disciplinar que incida sobre o seu educando, contribuir para o correto apuramento dos factos e, sendo aplicada medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da formação cívica do educando, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração

na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens”.

No que toca à Lei n.º 3/2008, esta veio alterar algumas coisas relativamente à última lei relativa ao estatuto do aluno. O Estatuto prossegue os princípios gerais e organizativos do sistema educativo português, conforme se encontram estatuídos nos artigos 2.º e 3.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo, em especial, a assiduidade, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, o cumprimento da escolaridade obrigatória, a sua formação cívica, o sucesso escolar e educativo, e a efetiva aquisição de saberes e competências.

Por fim, no que toca ao estatuto do aluno, a última lei em vigor, a Lei n.º 39/2010. O estatuto aplica-se aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede pública. Os princípios que enformam o Estatuto aplicam-se ainda aos estabelecimentos de ensino das redes privada e cooperativa, que devem adaptar os respetivos regulamentos internos aos mesmos. As alterações que foram feitas ao longo dos anos a este estatuto reforçam a autoridade dos professores e a autonomia das escolas, ao mesmo tempo que simplificam e agilizam procedimentos, conferindo maior responsabilidade aos pais e encarregados de educação.

Em suma, e resumindo um pouco os três estatutos do aluno, nos últimos anos e com a aplicação do primeiro estatuto, podemos verificar em vários aspetos, que o papel dos docentes não era valorizado, ou era muito pouco, e não existia qualquer contributo eficaz para um desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade de alunos, pais e encarregados de educação. Por ora, as alterações que por último foram introduzidas são orientadas por alguns princípios: 1– Reforço da autoridade dos docentes e da autonomia das escolas; 2– Maior responsabilização e envolvimento dos pais e encarregados de educação na verificação da assiduidade dos seus educandos; 3– Distinção clara e precisa entre medidas corretivas, de cariz dissuasor, preventivo e pedagógico, e ainda algumas medidas disciplinares sancionatórias (Lei n.º 39/2010; Capítulo V; Secção I e II; artigos 23.º, 24.º, 25.º, 26.º e 27.º).

Reforçar a autoridade dos professores e a autonomia das escolas significa transferir maior poder de decisão para os docentes e para os órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino. Passará a ser da responsabilidade dos conselhos executivos das escolas o juízo de valor relativamente à eventual aplicação de medidas disciplinares sancionatórias. As medidas disciplinares sancionatórias, que podem ser aplicadas, cumulativamente, com alguma ou algumas das medidas corretivas, têm em vista, para além dos aspetos educativos e pedagógicos, a punição de comportamentos no espaço escolar com maior gravidade. Para tal, deve-se ter em consideração a idade do aluno, o grau de culpa, o seu aproveitamento escolar, o meio familiar e social em que se insere e ainda os seus

antecedentes disciplinares.

Ao nível dos procedimentos tendentes à aplicação das medidas corretivas atrás mencionada, simplificaram-se e agilizaram-se as formalidades, assegurando-se, a necessária informação aos pais e encarregados de educação e ainda a salvaguarda do direito de defesa dos alunos. Tudo isto, teve como grande e principal objetivo uma maior eficiência, eficácia e oportunidade na exequibilidade das decisões tomadas.

Relativamente ao reforço da responsabilidade dos pais e dos encarregados de educação passa pela maior exigência com o controlo, a prevenção e os efeitos da falta de assiduidade dos alunos. Neste sentido, aumenta-se a frequência da informação a prestar aos encarregados de educação relativamente às faltas dadas pelos seus educandos, independentemente de as mesmas terem ou não sido justificadas. Foi ainda instituído a realização de uma prova de recuperação por parte do alunos que atingir um determinado número de faltas, independentemente de as mesmas serem justificadas ou injustificadas, competindo ao Conselho Pedagógico fixar os termos e as condições para a realização das provas.

Todas estas leis, relativas ao Estatuto do Aluno, têm como objetivo definir com clareza os direitos e os deveres dos alunos, a fim de criar condições para garantir a segurança, a tranquilidade e a disciplina indispensáveis ao ensino, à aprendizagem e ao bom clima de trabalho e de respeito na escola.

Para Diogo (1998):

A participação dos encarregados de educação e dos seus representantes em órgãos de direção testemunha a emergência de um novo paradigma de escola que, dotado de autonomia, define e incrementa as suas políticas educativas locais em parceria com as famílias e agentes comunitários. No terreno, porém, estes princípios não passam de algo que ainda está distante de encontrar eco no quotidiano da grande maioria dos nossos estabelecimentos de ensino, pelo que urge compreender as razões que condicionam essa realidade. (p.33).

Pareceu-nos bastante importante ainda analisar alguns decretos-lei, referentes à avaliação nas escolas. O Despacho Normativo n.º 1/2005 aplica-se a todos os alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclo básico, onde estabelece princípios e alguns dos procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e competências. No contexto desta diversidade, a avaliação, enquanto parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, constitui um instrumento regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

O Decreto-Lei n.º 1/2005 menciona ainda que “a avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade

das aprendizagens”. Ainda de acordo com o Decreto-Lei em análise, a avaliação visa acima de tudo:

a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projetos curriculares de escola e de turma, nomeadamente quanto à seleção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;

b) Certificar as diversas aprendizagens e competências adquiridas pelo aluno, no final de cada ciclo e à saída do ensino básico, através da avaliação sumativa interna e externa;

c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.

A avaliação das aprendizagens e competências assenta em alguns princípios, tais como: a consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas; utilização diversificada de técnicas e instrumentos de avaliação; valorizar a evolução do aluno, e por último, mas tão ou mais importante que os outros princípios acima referidos, a transparência e rigor do processo de avaliação, através da clarificação dos critérios adotados.

Os processos de avaliação competem ao conselho pedagógico da escola, e são definidos no início do ano, para cada ciclo e conseqüentemente para cada ano de escolaridade. Tudo isto terá que ser divulgado aos alunos e encarregados de educação através de um órgão de direção executiva da escola ou agrupamento, visto que é de extrema importância tanto os pais/encarregados de educação, como alunos, saberem que tipo de avaliação e seus critérios poderão se guiar. Existem então a avaliação diagnóstica, a avaliação formativa, a avaliação sumativa, a avaliação sumativa interna e a avaliação sumativa externa. De acordo com o Decreto-Lei em estudo estes tipos de avaliação têm como principal função/objetivo:

**AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:** este tipo de avaliação conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o projeto curricular de turma, facilitando a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e vocacional. Pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa. (ponto 18)

**AVALIAÇÃO FORMATIVA:** A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Fornece ainda ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho. (pontos 19-20)

É ainda da responsabilidade de cada professor, em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores e, ainda sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e os encarregados de educação.

**AVALIAÇÃO SUMATIVA:** Consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno e das competências definidas para cada disciplina e área curricular. Esta divide-se ainda em avaliação interna e externa. (ponto 24-25)

- De acordo com o ponto 26-29, a **avaliação sumativa interna** ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo. É da responsabilidade do professor titular da turma em articulação com o respetivo conselho de docentes, no 1.º ciclo, e dos professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, reunindo, para o efeito, no final de cada período. No final do 3.º ciclo, no 3.º período, o conselho de turma reúne para a atribuição da classificação final. Tem ainda como finalidades:
  - a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada disciplina e área disciplinar;
  - b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.
  
- A **avaliação sumativa externa** é da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação e compreende a realização de exames nacionais no 9.º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, os quais incidem sobre as aprendizagens e competências do 3.º ciclo. São admitidos aos exames nacionais do 9.º ano todos os alunos, exceto os que, após a avaliação sumativa interna, no final do 3.º período, se enquadrem nas seguintes situações:
  - a) Tenham obtido classificação de frequência de nível 1 simultaneamente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;

b) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 em duas disciplinas e de nível 1 em Língua Portuguesa ou Matemática;

c) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de Não satisfaz na área de projeto, desde que nenhuma delas seja Língua Portuguesa e Matemática;

d) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 numa disciplina, a menção de Não satisfaz na área de projeto e nível 1 em Língua Portuguesa ou Matemática. (ponto 41-44)

A classificação final a atribuir a cada uma destas disciplinas, na escala de 1 a 5, é calculada de acordo com a seguinte fórmula, arredondada às unidades:

$$CF = \frac{7Cf + 3Ce}{10}$$

Em que:

CF = classificação final;

Cf = classificação de frequência no final do  
3.º período;

Ce = classificação da prova de exame.

As normas e os procedimentos relativos à realização dos exames nacionais são objeto de regulamento a aprovar pelo Ministério da Educação.

Por fim, nos Artigos 75º e 76º, que mencionam a situação especial de classificação, estes artigos referem que, se por motivo da exclusiva responsabilidade da escola ou agrupamento, ou por falta de assiduidade motivada por doença prolongada, ou por impedimento legal devidamente comprovado, não existirem em qualquer disciplina/área disciplinar ou área curricular não disciplinar elementos de avaliação sumativa interna respeitantes ao 3.º período letivo, a classificação desta é a que o aluno obteve no 2.º período letivo, se o conselho de turma assim o decidir. Nas disciplinas sujeitas a exame final nacional é obrigatória a prestação de exames, salvo quando a falta de elementos de avaliação nas referidas disciplinas for da exclusiva responsabilidade da escola, a situação deve ser objeto de análise casuística e sujeita a despacho de membro do Governo.

Um outro despacho sobre a avaliação é o Despacho n.º 50/2005, que define, no âmbito da avaliação sumativa interna, “princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos do ensino básico”.

Para efeitos do presente Despacho Normativo:

Entende-se por plano de recuperação o conjunto das atividades concebidas no âmbito curricular e de enriquecimento curricular, desenvolvidas na escola ou sob a sua orientação, que contribuam para que os alunos adquiram as aprendizagens e as competências consagradas nos currículos em vigor do ensino básico. O plano de recuperação é aplicável aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina, área curricular disciplinar ou não disciplinar.

O plano de recuperação pode integrar, entre outras, as seguintes modalidades:

- a) Pedagogia diferenciada na sala de aula;
- b) Programas de tutoria para apoio a estratégias de estudo, orientação e aconselhamento do aluno;
- c) Atividades de compensação em qualquer momento do ano letivo ou no início de um novo ciclo;
- d) Aulas de recuperação;
- e) Atividades de ensino específico da língua portuguesa para alunos oriundos de países estrangeiros.

Todos os alunos que, no decurso do 2.º período, nomeadamente até à interrupção das aulas no Carnaval, denunciem dificuldades de aprendizagem que possam comprometer o seu sucesso escolar futuro são, igualmente, submetidos a um plano de recuperação. Este plano de recuperação é planeado, realizado e avaliado, quando necessário, em articulação com outros técnicos de educação, envolvendo os pais ou encarregados de educação e os próprios alunos.

Por último, analisaremos o Decreto-Lei n.º 3/2008, publicado no dia 7 de janeiro de 2008, pelo Ministério da Educação, define o âmbito da educação especial, assim como o processo de referência, avaliação e a elegibilidade e a tipologia dos alunos a beneficiarem de educação especial, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.

O XVII Governo Constitucional visa promover a igualdade de oportunidades, a valorização da educação e acima de tudo, promover a melhoria da qualidade do ensino, onde acima de tudo:

Um aspeto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida importa planejar um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos.

Todos os alunos têm necessidades educativas, trabalhadas no quadro da gestão da diversidade acima referida. Existem casos, porém, em que as necessidades se revestem de contornos muito específicos, exigindo a ativação de apoios especializados.

No artigo 1.º define-nos o âmbito e os objetivos deste mesmo decreto, onde:

Os apoios especializados a prestar na educação pré -escolar e nos ensinos básicos e secundário dos setores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

A educação especial tem por objetivos:

- A inclusão educativa e social;
- O acesso e o sucesso educativo;
- A autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades;
- A preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas.

Um dos artigos mais importante no meu estudo é o artigo 3.º, pois este fala-nos da participação dos pais e encarregados de educação na vida escolas dos seus educandos, pois esta participação é fundamental, visto que se a participação dos pais e encarregados de educação é um “ pilar ” fundamental no bom desenvolvimento e progresso escolar das crianças sem necessidade de educativas especiais (N.E.E.), é ainda mais importante e fundamental que os pais e encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais se envolvam ainda mais no dia a dia escolar dos seus educandos:

Os pais ou encarregados de educação têm o direito e o dever de participar ativamente, exercendo o poder paternal nos termos da lei, em tudo o que se relacione com a educação especial a prestar ao seu filho, acedendo, para tal, a toda a informação constante do processo educativo. Quando, comprovadamente, os pais ou encarregados de educação não exerçam o seu direito de participação, cabe à escola desencadear as respostas educativas adequadas em função das necessidades educativas especiais diagnosticadas. (artigo 3.º, ponto 1 e 2)

O Decreto-Lei em estudo ainda nos diz no seu artigo 5.º que quando os pais ou encarregados de educação não concordem com as medidas educativas propostas pela

escola, podem recorrer, mediante documento escrito, no qual fundamentam a sua posição, aos serviços competentes do ME (Ministério da Educação):

A educação especial pressupõe a referenciação das crianças e jovens que eventualmente dela necessitem, a qual deve ocorrer o mais precocemente possível, detetando os fatores de risco associados às limitações ou incapacidades. Efetua-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou jovem ou que tenham conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais.(artigo 5.º)

Esta referenciação é feita aos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas da área da residência, mediante o preenchimento de um documento onde se explicitam as razões que levaram a referenciar a situação e se anexa toda a documentação considerada relevante para o processo de avaliação.

Este Decreto explicita ainda a obrigatoriedade da elaboração de um Programa Educativo Individual (PEI) para os alunos com N.E.E. permanentes. O PEI deve refletir as necessidades do aluno a partir de avaliações em contexto (sala de aula) e de outras informações disponibilizadas por outros agentes intervenientes. Remete a responsabilidade da coordenação do PEI para os docentes titulares de turma no 1.º Ciclo do Ensino Básico e para os diretores de turma no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário.

Em suma, o Decreto-Lei acima analisado faz referências à inclusão e todos os alunos, à diversidade, à flexibilidade e adequabilidade das respostas educativas. Refere ainda a possibilidade da criação de projetos de transição da escola para a vida profissional, consagra o princípio da participação dos pais e o direito dos mesmos acederem a toda a informação produzida sobre os seus filhos. Permite todavia avançar com respostas adequadas aos alunos quando os pais não exercerem o seu direito/dever de participação. Institui legalmente as unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e as unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência. São criadas ainda superiormente escolas de referência para a educação de alunos cegos e surdos.

#### **4.Diretor de Turma: “Uma ajuda preciosa”**

Os pais são os primeiros educadores da criança, quanto a isso não restam dúvidas, e ao longo da sua escolaridade, continuam a ser os principais responsáveis pela educação e bem-estar. Os professores são parceiros insubstituíveis na assunção dessa responsabilidade. Como parceiros, devem unir esforços, partilhar objetivos e reconhecer a

existência de um mesmo bem comum para os alunos, logo encarar os pais como rivais é algo que impede a união de esforços e a partilha e objetivos, tendo graves prejuízos para o aluno (Marques, 2001, p.12).

O Diretor de Turma é, antes de mais, um Educador. Ele é o professor que acompanha, apoia e coordena os processos de aprendizagem, de orientação, de maturação dos alunos e de orientação e de comunicação entre os docentes, alunos, Pais/encarregados de educação e restantes agentes da ação educativa.

Contudo, e embora tenha sido inicialmente previsto um maior reconhecimento dos papéis do DT (Diretor de Turma), designado por “orientador educativo de turma” (*OET*) (Formosinho et al., citado por Diogo 1998, p. 30), este parece continuar a ser ignorado: A direção de turma ocupa um lugar vital na comunidade escolar, tendo como principal preocupação o desenvolvimento pessoal de cada aluno e a sua plena socialização. Através de leituras de algumas legislações posso inferir que além da sua posição essencial na estrutura intermédia de gestão da escola, o DT deverá desempenhar funções de natureza pedagógica sendo elas:

- Aproximar a escola da comunidade através de um crescente envolvimento dos EEs (Encarregados de Educação) na vida escolar;
- Dinamizar a equipa pedagógica tendo em vista promover a convergência de atitudes necessária ao sucesso dos alunos, numa perspetiva de igualdade;
- Favorecer o desenvolvimento global da personalidade dos alunos.

Nas palavras de Diogo (1998, p.32), “as relações da criança com a escola são racionais, transitórias e impessoais, enquanto que as relações do DT com a criança podem ser personalizadas e emocionais”. Ou seja, “as práticas de direção de turma podem contribuir para que a escola deixe de ser gradualmente uma agência de promoção de um desenvolvimento desigual, isto é do desenvolvimento do subdesenvolvimento das crianças mais desfavorecidas” Diogo (1988, p.32).

O diretor de turma surge com uma peça fundamental e determinante na ligação escola-família, porque é no diretor de turma que se centraram tarefas tão importantes como: justificação de faltas, comunicações para os encarregados de educação, marcação de reuniões, informações aos alunos, ou seja, o diretor de turma surge como intermediário entre os alunos e as famílias, com vista a um melhor relacionamento familiar e consequentemente escolar. Assim sendo, Diogo (1998, p.31), no seu livro “Parceria Escola-Família – A Caminho para uma Educação Participada” ilustra um esquema de como um

Diretor de Turma é e tem que ser uma pessoa polivalente, pois tal como já foi referido atrás, surge como intermediários entre os vários serviços escolares, ou seja o Diretor de Turma “move-se” na comunidade escolar da seguinte forma:

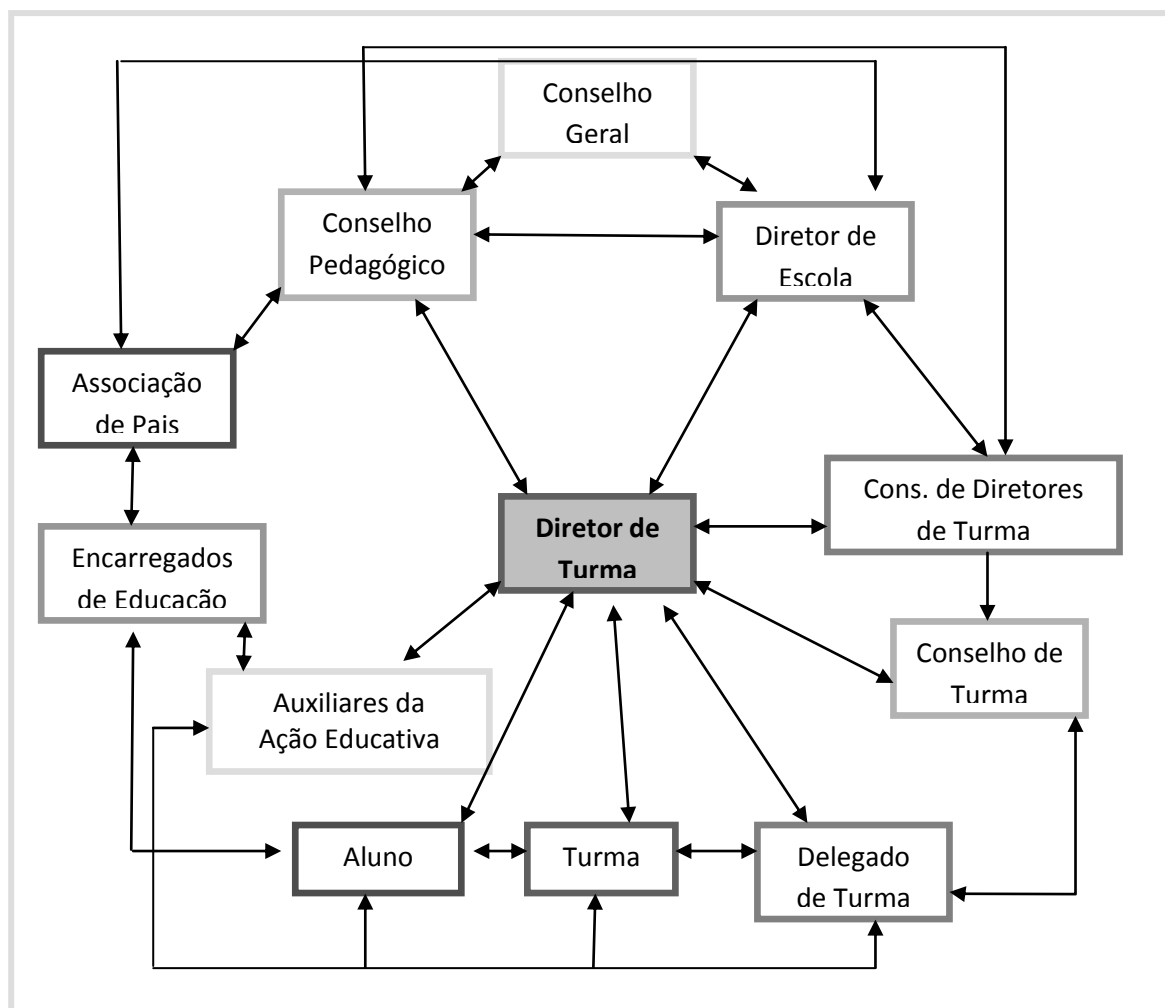


Figura 2 – Diretor de Turma na Organização da escola pública

Encaramos as ações enquadradas no campo da direção de turma como um dos palcos de interação escola-família, capazes de proporcionar às crianças um ambiente educativos mais adequado, adaptado e moldado em particular às crianças e jovens “desfavorecidos socialmente”, que, tantas vezes manifestam um insuficiente aproveitamento e abandono precoce da escola. Portanto, a direção de turma constitui um espaço de relação direta entre o educador e a criança, centrado nas suas preocupações pessoais e no seu desenvolvimento afetivo. As relações da criança com a escola são racionais, transitórias e impessoais, enquanto as relações do Diretor de Turma com a criança podem ser “pessoalizadas” e emocionais (Diogo, 1998, p.32).

Num estudo que Diogo (1994) realizou, procurando investigar e por sua vez

compreender algumas razões que existiam no afastamento entre escola e família. Nesse estudo foram destacadas algumas conclusões, assim como:

- A maior parte dos Diretores de Turma referem que veem com bom agrado o envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;
- Reconhecem que este traz vantagens para os alunos, encarregados de educação e professores;
- Maioritariamente indicam que estão satisfeitos com o “relacionamento” entre escola-família e ainda que existem suficientes oportunidades para o diálogo entre os diretores de turma e encarregados de educação;
- Relativamente às dificuldades de comunicação atribuem as “culpas” quer aos encarregados de educação, quer ao contexto organizacional da escola. Apenas 26% dos inquiridos respondeu que são insuficientes os esforços que desenvolvem no papel de diretores de turma;
- Quando questionados com o papel dos encarregados de educação na educação dos seus educandos, os encarregados de educação referem que raramente se preocupam com as tarefas escolares dos alunos e que raramente ajudam os seus educandos na realização de trabalhos de casa, raramente realizam um bom trabalho na educação dos seus filhos e por fim, raramente encorajam os seus educandos a desenvolverem atitudes positivas perante situações de aprendizagem. (p.33)

Ou seja, este é um quadro bastante débil, que ilustra o estado de desconfiança e insatisfação que existe na interação diretores de turma e encarregados de educação. Ainda de acordo com Diogo (1994), são competências e deveres dos Diretores de Turma:

- Esclarecer os alunos acerca das funções do diretor de turma e informá-los, assim como aos encarregados de educação, do seu horário de atendimento;
- Estimular a participação do aluno na vida da escola e da comunidade;
- Promover a eleição do delegado e sub-delegado de turma e fornecer o nome destes ao Conselho Executivo, a fim de ser elaborado o caderno para a eleição dos representantes dos alunos ao Conselho Pedagógico;
- Criar e desenvolver um diálogo aberto com a turma;

- Facilitar aos encarregados de educação a comunicação com a escola, mantendo-os informados e esclarecidos, quer através de reuniões, quer através de correspondência e dos contactos semanais;
- Garantir uma informação atualizada e esclarecer sobre:
  - Assiduidade;
  - Pontualidade;
  - Regime de faltas;
  - Regras internas da escola;
  - Disciplina e regras de procedimento disciplinar;
  - Importância e funções do delegado e subdelegado de turma;
  - Avaliação e orientação escolar;
  - Organizar e garantir a funcionalidade do dossier de turma;
  - Verificar semanalmente as faltas dadas pelos alunos nas diferentes disciplinas, relevar as devidamente justificadas e informar, por escrito, os encarregados de educação sempre que o número de faltas dos respetivos educandos atinja metade ou o total do limite legalmente estabelecido, elucidando-os das consequências caso esse limite seja ultrapassado;
  - Estar atento às informações dadas pelos professores e comunicá-las aos encarregados de educação, sempre que a situação do aluno o aconselhar;
  - Exigir aos professores da turma que comuniquem, sempre e por escrito, as infrações disciplinares, cometidas pelos alunos que impliquem falta de presença;
  - Verificar o registo das datas de marcação das fichas de avaliação sumativa, para que não seja marcada mais do que uma prova de avaliação no mesmo dia (ponto 3 do art. 152.º do Regulamento Interno);
  - Presidir às reuniões de Conselho de Turma, que deverão ser previamente preparadas;
  - Apresentar ao Conselho Executivo um relatório crítico anual do trabalho desenvolvido.

O diretor de turma (...), enquanto coordenador do plano de trabalho da turma, é particularmente responsável pela adoção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos professores da turma e dos pais e encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem (Lei n.º 30/2002, artigo 5.º, n.º 2, DR n.º 294, de 20 de dezembro, 2002, p. 7942).

O diretor de turma é o elo de ligação entre Escola/Aluno, Escola/Pais-Encarregados de Educação, Alunos/Escola. Na perspectiva de Marques (2002, p.15), “ele é o eixo em torno do qual gira a relação educativa”.

## **5. O envolvimento parental na escola**

### **5.1. Educar para a parentalidade**

Brandão (citado por Pereira, 2008, p.71) “define envolvimento como um leque de interações entre a Escola e a Família desde a simples participação dos encarregados de educação em reuniões mais ou menos formais, até à execução de tarefas específicas na escola, em colaboração com os professores”.

O primeiro contexto ambiental que o indivíduo conhece e com o qual interage é a sua família. A organização familiar é feita tendo em conta um conjunto de valores sociais e culturais, transmitidos por gerações anteriores que influenciam as relações interpessoais e as competências individuais. As necessidades do aluno não podem ser encaradas só em função das aprendizagens académicas, mas numa perspectiva globalizante, onde aluno, escola e família se adaptam mútua e progressivamente. As práticas de envolvimento parental compreendem não só a comunicação e o trabalho voluntário na escola, mas também o apoio educativo em casa, a participação em grupos de consulta e a participação na tomada de decisões. (Marques, 2001, p.12). Ainda nas palavras de Marques (2001, p.14) a aproximação dos professores aos pais e o envolvimento destes no apoio educativo aos filhos pode contrariar aquela nefasta tendência, libertando o professor de exigências irrealistas e fazendo com que os pais voltem a assumir as suas funções tradicionais de primeiros educadores das crianças e adolescentes.

Continuando ainda na mesma linha de pensamento de Marques (2001, p.15), este considera que ainda que existam práticas de envolvimento parental que tragam benefícios diretos à aprendizagem dos alunos e que outras práticas que são irrelevantes em termos da melhoria do rendimento escolar. Por exemplo, a participação dos pais nos órgãos da escola, podendo ser importantes, não traduzem benefícios concretos na aprendizagem dos alunos, embora possam ter efeitos positivos no aumento da segurança, na melhoria dos transportes escolares, na ocupação dos tempos livres dos alunos. Muitas vezes e em muitos casos, as práticas de comunicação, o envolvimento dos pais no apoio educativo aos filhos e a sua participação em grupos de consulta trazem, regra geral, mais benefícios para a aprendizagem dos alunos do que a própria tomada de decisão.

Todos esses benefícios são indiscutíveis, mas continuam a ser muito mais difícil

envolver no processo educativo os pais que estão mais afastados da cultura escolar. As razões são conhecidas: falta de tempo, baixas expectativas educacionais, afastamento cultural e pobreza. Os professores não podem, sozinhos, ultrapassar esses obstáculos ao envolvimento parental, mas podem dar uma ajuda mudando de atitude, acreditando nos benefícios, pressionando as autoridades escolares para criarem espaços para receber os pais/encarregados de educação e pedindo a colaboração de outros técnicos de educação. Apesar de tudo, as práticas de envolvimento mais conscientes e mais benéficas continuam a ser as práticas de comunicação e essas passam, quase sempre pelo professor (Marques, 2001, p.16).

A vivência na escola de uma cultura participativa entre pais/encarregados de educação e professores depende, em grande parte, da relação que estes protagonistas desencadeiam e que se torna determinante para o eficaz desenvolvimento do aluno. A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar. O envolvimento dos pais com a escola deve favorecer a reflexão de diferentes aspectos pedagógicos e psicológicos dos seus filhos, com vista a melhorar, de modo efetivo, o seu desempenho escolar. A importância da participação ativa da família com a escola tem sido alvo de diversos estudos, tendo em conta fatores como o comportamento dos alunos em sala de aula e os problemas de adaptação.

Confrontados muitas vezes, com grandes descontinuidades entre a casa e a escola, as crianças são incapazes de compreenderem a cultura escolar e de aplicarem as suas experiências passadas aos novos contextos, estes alunos rejeitam e chegam mesmo a ignorar toda a nova informação. Quando isso acontece, estão criadas as condições para que o aluno rejeite a cultura escolar, podendo esta assumir várias formas: indisciplina, violência, abandono escolar e passividade. Todavia os sinais dessa rejeição devem ser interpretados pelo professor, cabendo-lhe traçar um plano de ação que inclua a comunicação com os pais (Marques, 2001, p.22). Todo este envolvimento entre a escola e as famílias, traz benefícios aos próprios professores, isto porque os professores vêm o seu trabalho e esforço apreciado pelos pais e encarregados de educação.

Em suma e de acordo com Marques (2001):

Olhamos para o envolvimento parental como uma variável importante no processo de melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos (...), embora tenhamos presente os benefícios do envolvimento parental na vida na escola, consideramos que há zonas que devem estar reservadas aos professores e que devem ficar privadas da interferência exterior. Essas zonas incluem todas as decisões que dizem respeito aos modelos pedagógicos, metodologias de ensino e avaliação dos alunos. (p.13)

De acordo com, Davies (citado por Pereira, 2008, p.41):

- *Pais e família* – estes termos apresentam neste estudo uma grande proximidade. O termo, Pais, no plural, refere-se aos adultos que têm responsabilidade legal sobre a criança, e o termo, Família, refere-se ao grupo de adultos e crianças no qual a criança se insere e a que está ligada por laços de parentesco ou adoção;
- *Envolvimento dos pais* – esta designação cobre todas as formas de atividade dos pais na educação dos seus filhos – em casa, na comunidade ou na escola. Por vezes, é usada a expressão *participação dos pais* exclusivamente para referir aquelas atividades dos pais que supõem algum poder ou influência em campos como os do planeamento, gestão e tomada de decisões nas escolas.

Independentemente da terminologia adotada parece importante salientar que a influência da família, da comunidade e da escola na aprendizagem das crianças é universal e aceite por todos. Para além deste aspeto, há que juntar a influência de teorias ecologistas na Educação que nos levam a falar na diminuição das descontinuidades entre as instituições, explicando a importância de todos os ambientes que envolvem as crianças.

Conner (citado por Pereira, 2008) afirma que é preciso:

Trabalhar cuidadosamente com os pais até termos a certeza de que os primeiros projetos são bem-sucedidos. O sucesso traz o sucesso e a autoconfiança e, como resultado, os pais ficam motivados para participarem ainda mais. Quando os pais têm uma relação positiva com os professores, eles podem ajudar os filhos a terem um comportamento correto na escola.

A qualidade das relações familiares determina em larga medida, a vontade e a capacidade da criança para explorar o seu mundo e estabelecer relações sociais fora da família. Deste modo, e de acordo com o autor acima referido, crianças oriundas de famílias estruturadas (pai, mãe, irmãos) têm mais possibilidades de sucesso do que as crianças oriundas de famílias monoparentais.

## **6. Os pais e a educação dos filhos**

### **6.1. A importância da participação da família na educação do aluno**

Na primeira infância os principais vínculos, bem como os cuidados e estímulos necessários ao crescimento e desenvolvimento, são fornecidos pela família. A qualidade do cuidado, nos aspetos físico e afetivo-social, decorre de condições estáveis de vida, tanto socioeconómicas quanto psicossociais.

A família desempenha ainda o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização, elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil. Sendo um sistema aberto que se desenvolve na troca de relações com outros

sistemas, tem sofrido transformações, as quais refletem mudanças mais gerais da sociedade. Dessa maneira surgem novos arranjos, diferentes da família nuclear anteriormente dominante, constituída pelo casal e filhos. Qualquer que seja a sua estrutura, a família mantém-se como o meio relacional básico para as relações da criança com o mundo.

Os pais devem envolver-se na educação dos filhos também na escola. Foi-se o tempo em que os pais abandonavam filhos na escola dizendo que a partir daí a escola era responsável pela educação deles. A educação dos filhos é uma preocupação dos pais e educadores. A influência que os filhos sofrem junto aos meios de comunicação, junto aos amigos e junto a escola leva-nos a concluir que este processo educativo é um componente importante na formação de cada filho. Os pais têm uma ferramenta que, se for bem direcionada, poderá resultar em dividendos para todos-filhos, escola, amigos e pais

O papel de um professor é variado, complexo mas motivador. Pretende-se que um professor seja inovador, dinâmico, comunicativo, crítico e “eficaz.” Ele deve ensinar mas também educar, transmitir conhecimentos mas também inculcar métodos, instrumentos de trabalho e alguns valores fundamentais nos alunos, como, por exemplo, a compreensão e o respeito pelo outro, a ajuda ou a responsabilidade. E ainda desenvolver o espírito crítico, a reflexão mas também a criatividade e a curiosidade em termos de aprendizagem.

Não nos restam dúvidas de que os pais são os primeiros educadores da criança e que, ao longo de toda a sua escolaridade, continuam a ser os principais responsáveis pela sua educação e bem-estar. Os professores aparecem como parceiros insubstituíveis no “transporte” dessa responsabilidade. Como parceiros que são (pais-professores), devem unir esforços, partilhar objetivos e reconhecer a existência de um mesmo bem comum para os alunos. Por ora, encarar os pais como rivais é algo que impede a união de esforços e a partilha de objetivos, com graves prejuízos para o aluno, onde tanto os professores como os pais têm muito a ganhar com uma colaboração genuína.

É neste aspeto que nos parece que o papel mais importante dos pais é o que é realizado em casa, durante o desenvolvimento da criança e que o papel mais importante da escola é o pedagógico (inerentemente relacional e técnico) estabelecendo estratégias operacionais e eficazes para fazer face ao projeto pedagógico da criança, que é esse o objetivo da frequência do aluno na escola.

Neste sentido, “parece-nos, também, que a melhor colaboração entre a família e a escola é precisamente o veicular à criança confiança acerca da escolarização e ocorrências escolares, suportando e apoiando os anseios da criança e guardando para local próprio reações relativas à própria escola” (Pereira, 2008, p.60).

Segundo Kaloustian (citado por Pereira, 2008):

A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais”. (p.61)

É fundamental que os pais ajudem os seus filhos a alcançar um melhor desempenho na vida escolar, para isso é necessário:

1. Ter livros em casa;
2. Reservar um lugar tranquilo para os estudos;
3. Zelar pelo cumprimento de fazer os trabalhos de casa;
4. Orientar, mas jamais dar a resposta certa;
5. Preservar o tempo livre das crianças;
6. Comparecer a todas as reuniões de pais;
7. Conversar sobre a escola;
8. Ver com frequência a caderneta de aluno;
9. Não fazer pressão em véspera de testes.

Para além de ser necessário que a escola tome a iniciativa de fomentar o envolvimento de todas as famílias, também é necessário, então, utilizar outras estratégias de aproximação entre a escola e a família. Para Seeley (1989, citado por Pereira 2008, p.75), “o interesse renovado pela família, pelo bairro, pela comunidade e por outras estruturas de mediação é significativo, em primeiro lugar, por refletir a crescente consciencialização da importância dos grupos de dimensão humana”.

A escola deve oferecer uma maior variedade de modalidades de envolvimento parental, uma vez que a participação de algumas famílias se apropriará melhor a um tipo ou outro de modalidade. Sabendo-se que a maioria dos programas de envolvimento das famílias é mais acessível aos pais de classe média, é necessário e urgente ir ao encontro de estratégias que facilitem a participação de famílias pertencentes a classes sócio-económica baixas, pois são estas crianças que necessitam de muito apoio na escola, porque muitas vezes em casa, não têm amparo, ajuda, auxílio, assistência no estudo e nas tarefas diárias, tais como os trabalhos de casa, e muitas vezes estas crianças abandonam a escola, por não terem outra alternativa. A família deverá favorecer um bom ambiente familiar e assegurar as condições básicas da vida humana (saúde, alimentação, vestuário, habitação, afeto, segurança e conforto), que são também as condições básicas para que a aprendizagem e o desenvolvimento humano se processem. A criança não pode aprender sem suficientes

horas de sono, espaço para estudar e regras de comportamento.

Quando a família não consegue cumprir estas obrigações básicas, a escola deverá acionar os mecanismos de ação social e juntamente com estes ajudar a família a construir os seus próprios recursos. Ou seja, e de acordo com Pereira (2008):

De acordo com a literatura revista a relação Escola-Família na vida escolar das crianças é de extrema importância. Não se pode desistir, e a procura de novas soluções e respostas deve continuar mas de uma forma integradora e global, que permita a continuidade entre as escolas, os valores e as culturas das famílias (p.77).

## **7. O papel dos pais no estudo**

O papel dos pais no estudo dos filhos é fundamental, senão o mais importante, porque o acompanhamento sistemático, metódico e constante permite que as crianças e jovens tenham uma organização e desempenho muito mais coerentes e lógicos, pois o apoio parental é fulcral para o “crescimento” académico, a criança sente-se “protegida” e acompanhada. Frequentemente os pais pensam que não podem ajudar os filhos, porque têm menos estudos do que eles. É uma ideia errada. Os pais têm um papel muito importante no apoio ao processo educativo, realizado em casa. Este conceito significa não só o envolvimento direto dos pais no ensino da leitura e da escrita, mas também na fixação de rotinas de estudo. Hábitos de trabalho, atitudes favoráveis à aprendizagem e criação de um ambiente favorável ao estudo e á curiosidade intelectual.

As razões que justificam o envolvimento dos pais no apoio ao processo educativo, são que em primeiro lugar nota-se uma melhoria nos resultados escolares sempre que os pais apoiam os filhos em casa. Em segundo lugar, os pais passam a compreender e a valorizar melhor os professores; os pais e os professores aprendem a apoiar-se mutuamente na tarefa comum que é a educação dos alunos; por último e em quarto lugar, os pais aprendem a comunicar melhor com os filhos e a valorizar, ainda mais, o seu esforço e todo o seu trabalho (Marques, 2001, p.104).

A grande maioria dos pais deseja envolver-se no apoio ao processo educativo, realizado em casa. Contudo, há muitos pais que não sabe, o que devem fazer, e ainda a falta de tempo é um grande entrave. O problema da falta de tempo dos pais para estarem com os filhos é tal como nos refere Marques (2001, p.105) um sintoma de uma doença civilizacional que ameaça o bem-estar e o direito à felicidade. Este autor disponibiliza um conjunto de sugestões que ajudam a implementar boas práticas de envolvimento parental no apoio educativo, em casa: os pais são encorajados a dedicarem meia hora por dia a falarem com os filhos acerca dos estudos e a ajudá-los a realizar tarefas de aprendizagem; os pais são informados, periodicamente dos progressos dos filhos; os professores distribuem trabalhos de casa interativos que exigem algum envolvimento dos pais; os professores

distribuem folhas informativas sobre como é que os pais podem ajudar os filhos casa.

Uma das tarefas mais importantes que os pais podem realizar para ajudarem os filhos é criarem condições ambientais favoráveis à aprendizagem, comprando livros, lendo histórias, visitando bibliotecas e museus.

A aquisição ou a modificação de hábitos e rotinas não é fácil para adultos nem para crianças. Se o gosto pelo estudo não existe e se a família, ainda por cima, não o valorizar, será difícil que ele se transforme num hábito “bom”. Quando um estudante muda de ciclo de ensino precisa de se adaptar às especificidades da nova situação a todos os níveis, incluindo no que diz respeito à organização do seu estudo individual. Talvez a dificuldade seja maior entre o 1.º ciclo onde um professor determina as tarefas de casa para o dia seguinte, e o 2.º ciclo onde cada professor determina as tarefas para a próxima aula, que pode não ser no dia seguinte.

A articulação entre a escola e a família podem ajudar a ultrapassar as dificuldades e a contribuir para a aquisição ou a melhoria dos hábitos de estudo ao longo de toda a escolaridade. Valorizar a escola, demonstrar interesse pelas atividades lá realizadas, ajudar a organizar o espaço e o tempo de estudo, elogiar os pequenos/grandes sucessos obtidos e não deixar criar desânimo perante as dificuldades, estar em contacto permanente com a escola, são diversas formas de os pais ajudarem os seus filhos a sentirem-se valorizados e acompanhados e a adquirirem hábitos e gosto pelo estudo. De acordo com Villas-Boas (2001):

Todas as crianças num momento ou noutro sentem dificuldade, quer no processo de aprendizagem escolar, quer nas tarefas que lhes são exigidas, existe a necessidade de que alguém apoie a criança nesses momentos e lhe restitua a confiança nas suas capacidades. (p.55)

Para Peng e Lee (citado por Villas-Boas, 2001):

Quando este apoio aparece relacionado com um melhor rendimento escolar, ele é operacionalizado através de (a) conversas entre pais e filhos, (b) existência de materiais de aprendizagem em casa, (c) participação dos pais nas Reuniões de Pais, (d) conversas sobre a escola, (e) participação dos filhos em atividades educativas fora da escola.

Com tudo isto, é possível concluir que existem enormes vantagens no envolvimento dos pais no apoio educativo realizado em casa. Essas vantagens são evidentes tanto para os alunos como para os próprios pais. Os alunos ficam motivados para dedicarem mais tempo ao estudo e os pais ficam a compreender e a apreciar melhor todo o trabalho dos professores ao mesmo tempo que melhoram a sua função educativa. Assim, e continuando na mesma linha de pensamento de Marques (2001, p.108), “os pais podem ter um papel determinante na fixação de expectativas realistas e de normas de conduta corretas, no

desenvolvimento da curiosidade intelectual e no aumento do gosto pela aprendizagem”.

Muitos foram os estudos que estabeleceram relações com as características do ambiente familiar e a aprendizagem dos alunos. Bloom (1982) fez o balanço de vinte e cinco anos de investigação em educação numa obra cujo título é significativo “*All our children learn?*”. Segundo este autor, os pais e o ambiente familiar representam a chave principal na aprendizagem da criança. As crianças trazem para a escola uma série de aprendizagens que devem ser aproveitadas, os chamados pré-requisitos referidos por Vigostky (1989), devendo-se partir das suas vivências para as aprendizagens, tornando-as significativas Pereira (2008, p.72).

Ainda na linha de pensamento de Pereira, (2008):

A qualidade das relações familiares determina em larga medida, a vontade e a capacidade da criança para explorar o seu mundo e estabelecer relações sociais fora da família. Assim sendo, (...) crianças oriundas de “famílias intactas” têm mais possibilidades de sucesso do que as crianças oriundas de famílias monoparentais, ou as que passaram por uma situação de divórcio tendem a ter uma menor supervisão e um menor apoio da parte do progenitor que não detém a sua custódia, e, os filhos de pais solteiros tendem a viver experiências inconsistentes de educação, a passar menos tempo com o progenitor e a ser sujeitos a um menor controlo social do que as crianças oriundas de famílias intactas (...) (de referir que se encontram meritórias exceções noutros modelos de família) (p.73)

A mesma autora acima citada, refere ainda, que:

Na perspetiva da criança, os sentimentos de abandono, traição, ressentimento e culpa associados ao divórcio são facilmente superados ou estão mesmo ausentes em caso de morte. Paralelamente, a criança cria no seu imaginário uma idealização da figura do pai ausente, que utiliza para consolação e superação da dor. Não é demais salientar que um dos fatores mais importantes no desempenho escolar das crianças e dos jovens prende-se com o envolvimento dos pais. (p.73).

A articulação entre a escola e a família podem ajudar a ultrapassar as dificuldades e a contribuir para a aquisição ou a melhoria dos hábitos de estudo ao longo de toda a escolaridade.

## **8. As desigualdades no Sistema Educativo**

### **8.1. A criança e o interculturalismo**

*“We also need to imagine possible worlds, create new languages, new modes of sociality, new institutional and social practice”*

*Peter McLaren, 1993 citado por Villas-Boas, 2001, p.160*

As expressões “educação multicultural” e “educação intercultural” têm significações diferentes e usadas com diferentes sentidos por diversos autores. Educação multicultural é usada por Banks (citado por Leite 2001, p.146), para referir programas e práticas concebidas para contribuir para a melhoria do rendimento académico dos grupos étnicos

ou de migrantes e/ou instruir os estudantes dos grupos majoritários sobre as culturas e experiências dos grupos étnicos minoritários. Estão então, subjacentes a esta concepção princípios educativos que:

- Reconhecem a existência de uma experiência social diversificada;
- Procuram que a escola seja um lugar de sucesso para todos;
- Consideram que este tipo de educação se deve dirigir a todos os alunos e não apenas aos que pertencem às ditas minorias;
- Reconhecem a importância de um conhecimento mútuo das culturas em presença.

Para Gollnick & Chinn (citado por Leite, 2001), alegam que a educação multicultural deve impregnar o meio escolar total, dirigindo-se a todos os estudantes, tendo como objetivos:

- Promover o vigor e valor da diversidade cultural;
- Promover os direitos humanos e o respeito por aqueles que são diferentes de nós;
- Promover alternativas de escolha de vida para as pessoas;
- Promover a justiça social e igualdade para todas as pessoas;
- Promover equidade na distribuição do poder e das rendas entre grupos. (p.147)

Para C. Clanet (citado por Leite 2001, p.148), “o termo intercultural” introduz as noções de reciprocidade nas trocas e de complexidade nas relações entre culturas. Ou seja, a educação intercultural pressupõe um processo de diálogo interativo entre diferentes culturas, que acreditamos que tem efeitos, ao nível do respeito de cada sujeito pela sua cultura e pelas suas raízes, quer pela dos outros.

É quase um lugar-comum dizer que não é possível pensar a educação sem, simultaneamente pensar a cultura e as relações existentes entre ambas. A educação, enquanto processo dialógico, formativo e transformativo, supõe necessariamente um contato, uma transmissão e uma aquisição de conhecimentos e um desenvolvimento de competências, hábitos e valores que constituem aquilo que Forquin (1993, p.10), citado por Leite 2002, p.126), designa por “conteúdo da educação”. Supõe, portanto, não apenas uma reprodução do saber e da(s) cultura(s) mas também uma produção. Na opinião de Perestrelo (2001):

A cultura escolar revela os saberes e saberes-fazer, hábitos e atitudes que não pertencem propriamente à escola ou às pessoas da escola. A definição de cultura escolar, de acordo com Perrenoud (1984), ultrapassa o sistema de ensino, ainda que o mesmo seja um lugar privilegiado, não apenas para a sua transmissão, mas para a sua formalização. (p.32)

Para Villas-Boas (2001, p.160), “o insucesso escolar é um problema social mas é, também, um problema cultural na medida em que este tem, muitas vezes, origem na família que, de algum modo, não incute na criança a valorização da escola e o necessário interesse pelo estudo”.

A educação multicultural implica o respeito pelo desenvolvimento pessoal dos alunos, assim como a intervenção dos pais nos programas escolares e a utilização de materiais e recursos educativos. A escola multicultural aceita e defende o pluralismo das famílias e das comunidades dos alunos e estrutura-se para acolher a diversidade dos seus alunos. A sociedade portuguesa, à semelhança da maioria das sociedades desenvolvidas, caracteriza-se por uma crescente diversidade, a origem da educação multicultural está relacionada, em Portugal, com o facto de recebermos, a partir de determinado momento, grandes contingentes de povos de outros países, com diferentes costumes, tradições, religiões, crenças e, línguas.

Perestrelo (2001, p.37) considera que todos os alunos possuem uma cultura que influi na sua maneira de perceber o mundo e no modo como realizam a sua escolarização, pois uma grande parte do que somos é a cultura em que nascemos e a cultura que circula em nossa volta, abrangendo valores, normas, crenças e modelos, sendo estas as bases culturais responsáveis pelas nossas opções de vida e de modos de representar e interpretar o mundo. Esta autora refere, que não é só na sociedade que encontramos diversos grupos com uma cultura própria, mas também na escola, independentemente da etnia, cor de pele ou classe social a que pertençam, pois nenhum destes grupos é culturalmente homogéneo.

Compete à própria escola prevenir deficientes interpretações culturais ou manifestações de racismo no contato com as minorias. Com o passar do tempo e devido a diversas ações de mudança, a multiculturalidade deixou de ser percecionada como um problema para passar a ser entendida como um fator potenciador de um enriquecimento pessoal e social. Em Portugal e no resto do mundo, começam a empreender-se novos processos de reforma educativa.

Assim, discute-se a educação para os valores, para a igualdade de oportunidades, para a tolerância, para a paz, para a educação inter/multicultural, para a educação ambiental e antirracista, muito embora estejamos ainda confrontados com manifestações de intolerância, preconceito, racismo e xenofobia. Estas demonstrações são igualmente visíveis no contexto escolar.

A escola deve organizar-se de forma multicultural, envolvendo nos seus órgãos os

pais dos alunos das minorias e criando projetos multiculturais que unam os esforços de todos os intervenientes do processo educativo. Este tipo de educação implica a intervenção, para além da dos alunos e do professor, de outros agentes exteriores ao cenário da sala de aula, como os pais. Implica, ainda, que o ambiente da escola seja favorável à diversidade e que os currículos, as interações e as estratégias sejam ajustados a todos os alunos, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades educativas. Neste sentido Perestrelo (2001) afirma que:

A aprendizagem terá efeitos cognitivos relevantes na escolaridade básica, pois o modo descontextualizado de ensinar, centrado nas formas de linguagem escrita, como meio de representação simbólica do pensamento, imposto pelo Estado, leva a criança, explícita ou implicitamente, a ter que abstrair as condições locais, singulares e pragmáticas de construção da mente cultural do seu grupo social. (p.34)

Como tal, e ainda na mesma linha de pensamento que ao autor imediatamente acima referido, “a escola ensina o que «deve ser» (norma) como se fosse a única realidade possível, através de um processo que se concretiza sobretudo numa relação de dominação/subordinação, e não numa relação de autonomização do aluno. Ou seja, daqui resulta (...) que mais importante que levar os alunos a refletir é (...) difundir um tipo de conhecimento que tenda a diminuir e a desvalorizar as culturas de origem de grupos sociais que não partilham da cultura legítima”. Logo são muitas as crianças das nossas escolas que enfrentam diariamente, e nem sempre com sucesso, o problema de ter que lidar com conhecimentos e normas que não reconhecem como sendo seus, porque são exteriores ao seu contexto cultural no seu quotidiano Perestrelo (2001, p.35).

O sistema educativo vê-se, cada vez mais, confrontado com a necessidade de responder de forma adequada, tanto em termos de materiais educativos como no que se refere a valores e atitudes. Não está em causa apenas o sucesso escolar mas, sobretudo, o sucesso educativo, o que pressupõe a formação de um cidadão participativo e cooperante. Como afirmam Stoer e Cortesão (1999, p.98), a *escola deve* “constituir um espaço democrático para a construção da cidadania”. Ou seja, “aprender a viver em comum” representa é um aspeto fundamental da educação, conjuntamente com os três outros: aprender a conhecer, a fazer e a ser (Azevedo et al. 1999, p.10).

Neste contexto, “a escola absorve todas as diferenças com o fim de se apresentar como uma entidade homogénea, excluindo das formas hegemónicas de representação cultural a emergência de novas subjetividades, novos géneros, novas etnicidades” Perestrelo (2001, p.35).

Numa Exortação Apostólica de João Paulo II, sobre o tema família retirou-se a seguinte frase, que mostra uma outra perspetiva:

A família possui vínculos vitais e orgânicos com a sociedade porque constitui o seu fundamento e alimento contínuo mediante o dever de servir a vida: de facto, é da família que saem os cidadãos e é na família que encontram a primeira escola daquelas virtudes sociais que são a alma da vida e desenvolvimento da mesma sociedade.

Nos dias de hoje, cada vez se sente mais a necessidade de preparar cidadãos para essas mesmas diversidades, e neste sentido, a escola tem um papel fundamental, constituindo um ponto de encontro dessa mesma diversidade.

## **2.<sup>a</sup> Parte – Estudo Empírico**

### **Capítulo 2 – Metodologia de Investigação**

---

# 1. INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

## 1.1. Problema em Estudo

A necessidade de se construir uma relação de intervenção na própria instituição escola, e a busca de uma proposta de aproximação dela com a família, para "... planejar e estabelecer compromissos e acordos mínimos, que levem ao fim do bloqueio criado nesta situação" (Bassedas, 1996, p.35). Refere-se à construção de uma parceria que possa substanciar o papel da família no desempenho escolar dos filhos e o papel da escola na construção de personalidades autónomas moralmente e intelectualmente falando.

Conforme o sentido piagetiano, a relação escola-família prevê o respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de exporem as suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de serem avaliados, criticados, trocando pontos de vista. Tal parceria implica em colocar-se no lugar do outro, e não apenas enquanto troca de favores, mas " (...) a cooperação, no seu sentido mais prodigioso: o de supor afetos, permitir as escolhas, os desejos, o desenvolvimento moral como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estruturas lógicas e as relações de confiança". (Tognhetta, 2002, p.98).

O objetivo mais relevante desta proposta é tentar conscientizar as escolas do papel que possuem na construção dessa parceria: a intervenção pedagógica a estas questões deve ser no sentido de considerar a necessidade da família vivenciar reflexões que lhes possibilitem a reconstrução da autoestima, a fim de que se sintam primeiramente compreendidos e não acusados, rececionados e não rejeitados, pela instituição escolar, além de que esta última possa fazê-los sentir-se reconhecidos e fortalecidos enquanto parceiros nesta relação, que é tão fundamental nos dias de hoje, e que está tão "apagada".

Este trabalho estrutura-se então a partir da seguinte pergunta de partida: Como é que a escola cria condições para que cada aluno desenvolva o seu próprio percurso, atenuando assimetrias sociais? Como tudo isto, pretendemos, acima de tudo, compreender se esta relação escola-família é realmente benéfica e importante para o desenvolvimento tanto escolar como social para todos os alunos/educandos.

## 2. OBJETIVOS DO ESTUDO

Com o início do trabalho e do estudo de investigação, pretendemos ao longo do trabalho, responder aos vários objetivos que delimitámos logo no início do estudo. Um dos primeiros objetivos é **compreender** os conceitos de organização escolar, escola, relação escola-família, relação família-escola, educação reflexiva, o segundo objetivos, é tentar

**analisar** as práticas de envolvimento parental que têm maior impacto na qualidade de aprendizagem dos alunos, tentando de certo modo **refletir** sobre a importância da relação escola-família e vice-versa, um outro objetivo muito importante é **conhecer** a legislação existente em Portugal, que aborde todo este assunto de uma forma um pouco mais aprofundada. Um dos últimos objetivos do estudo, mas não menos importante, é perceber o **relacionar** das práticas de envolvimento parental e o sucesso educativo dos alunos, por fim e ainda muito relevante e necessário, **conhecer** instrumentos potenciadores de uma relação escola-família e família-escola satisfatória.

A pesquisa qualitativa tem como objetivo principal interpretar o fenómeno que observa, sendo que os seus principais objetivos são: a observação, a descrição, a compreensão e o seu significado. Para Bogdan & Biklen (1994) a análise de dados é:

O processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. (p.205)

O foco da investigação qualitativa é a compreensão mais profunda dos problemas, é investigar o que está “por trás” de certos comportamentos, atitudes ou convicções. Não há, em geral, qualquer preocupação com a dimensão das amostras nem com a generalização dos resultados. (...), no paradigma qualitativo, o investigador é o «instrumento» de recolha de dados por excelência; a qualidade (validade e fiabilidade) dos dados depende muito da sua sensibilidade, da sua integridade e do seu conhecimento.

Segundo Stake (2007):

Num projeto de investigação qualitativa, os problemas emergem, crescem e morrem. Na investigação quantitativa, à medida que uma questão problemática se torna mais refinada ou importante, inicia-se um estudo paralelo ou subsequente; o estudo atual mantém intatos os problemas. (p.55)

Designámos a nossa metodologia de qualitativa porque, “a investigação qualitativa é descritiva”, onde os investigadores qualitativos “tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente (...)” (Bogdan & Biklen, 1994, p.48). Ainda, e segundo estes autores, a metodologia qualitativa é aquela que nos permite melhor compreender, descrever e interpretar os factos inerentes ao estudo.

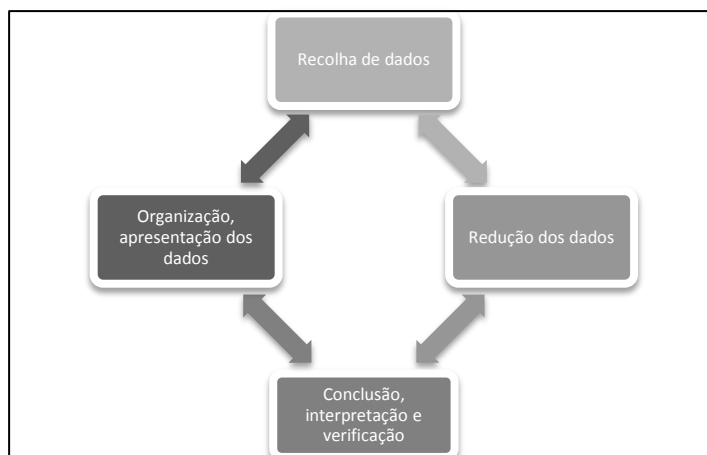
Os instrumentos de avaliação que utilizarei para esta investigação serão a entrevista, o inquérito por questionário e a análise documental.

A escolha recai nestes três **instrumentos de investigação**, devido ao facto de serem o mais direto e completo possível, visto que pretendemos, tal como foi referido

anteriormente, realizar as entrevistas aos docentes que tenham a função de diretores de turma, que poderão ser neste caso os mediadores de conflitos. Os inquéritos por questionário foram aplicados aos encarregados de educação, com vista a poder completar e a fundamentar da melhor forma possível o estudo. A escolha deste instrumento prendeu-se sobretudo pelo facto de ser de fácil aplicação e através dele se intercetarem um número considerável de E.E., num espaço de tempo relativamente curto que nos veio permitir “ (...) obter uma proporção de respostas suficientes para que a análise seja válida” (Quivy, 1992, p.186). O questionário apresentado é constituído por questões abertas e fechadas (inquérito misto), o que permitiu inquirir um grupo representativo da população em estudo e que neste caso foram os encarregados de educação.

Este instrumento, antes de ser distribuído, foi previamente testado por um pequeno grupo de colegas (10) que são encarregados de educação, ou seja, “ (...) antes de o utilizar sistematicamente, de modo a assegurar-se que o seu grau de adequação e precisão é suficiente” (Quivy, 1992, p.205), de modo a que as questões fossem colocadas de uma forma lógica, com uma estrutura simples e principalmente não suscitasse ambiguidades.

No entanto, para conceber as diferentes atividades implicadas no procedimento qualitativo é necessário distingui-las, tal como nos apresenta a **figura 3**, abaixo mencionada:



**Figura 3** – Componentes de um modelo iterativo de análise de dados (M.B. Miles e A. Huberman, 1984, p.23, citado por Digneffe et al. 2005, p.124)

É fundamental o início do processo ser feito com organização e a maior clareza possível, de modo a não comprometer a veracidade de todos os dados obtidos ao longo do desenrolar de todo o estudo de investigação.

### **3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS**

#### **3.1. Entrevista**

De acordo com Afonso (2005, p.97), “a realização de entrevistas constitui uma das técnicas de recolha de dados mais frequentes na investigação naturalista, e consiste numa interação verbal entre o entrevistador e o respondente, em situação de face a face ou por intermédio do telefone”.

As entrevistas são distinguidas entre entrevistas estruturadas, não estruturadas e semi-estruturadas, em função das características do dispositivo colocado para registar todo o conjunto de informação relevante fornecida pelo entrevistado.

##### **3.1.1. Entrevistas estruturadas**

Neste tipo de entrevistas, cada entrevistado responde a um conjunto de perguntas preestabelecidas dentro de um conjunto limitado de categorias de respostas. Nas palavras de Afonso (2005):

As respostas são registadas de acordo com um esquema de codificação também preestabelecido. O entrevistador controla o ritmo da entrevista utilizando o guião como um script teatral que deve ser seguido de forma padronizada e sem desvios. Em geral, as entrevistas estruturadas utilizam-se em desenhos de investigação onde se pretende obter informação quantificável de um número elevado de entrevistados, com o objetivo de estabelecer frequências que permitam um tratamento estatístico posterior. (p.98)

Assim, é inteiramente indispensável garantir que todo o contexto da entrevista e o teor das próprias questões se mantenham inalterados em relação a todos os entrevistados.

##### **3.1.2. Entrevistas semi-estruturadas**

Neste tipo de entrevista, e ainda de acordo com Afonso (2005, p.98), o objetivo principal consiste em compreender o comportamento complexo e os significados construídos pelos sujeitos. Aqui a interação verbal entre entrevistador e entrevistado desenvolve-se em torno de temas ou de grandes questões organizadoras do discurso, não tendo desta forma perguntas específicas e respostas codificadas.

Neste tipo de entrevistas, um ponto forte é que, permite ao entrevistador ter uma boa perceção das diferenças individuais e mudanças, onde as questões podem ser individualizadas para melhor comunicação. Sendo que um ponto fraco tem a ver com, a obtenção de informação sistemática, visto que requer muito tempo de pesquisa e procura e depende bastante das capacidades e treino do entrevistador.

Este tipo de entrevistas obedece a um formato intermédio. Na linha de pensamento de Afonso (2005, p.99), “o modelo global é o da entrevista não estruturada, mas os temas tendem a ser mais específicos. Em geral, são conduzidas a partir de um guião que constitui o instrumento de gestão da entrevista semi-estruturada”. O guião deve ser construído com base nas questões de pesquisa e apoios de análise do projeto de investigação. A sua principal estrutura é organizada por objetivos, questões e itens/tópicos.

Para se planejar uma entrevista é necessário seguir algumas fases importantes, de modo a que esta fique bem estruturada. De acordo com Delgado & Gutiérrez (1995), as fases de planeamento devem seguir a seguinte ordem:

1. Leitura de documentação interna da organização: Ler tanto quanto possível acerca da (cultura da) organização, publicações internas, folhetos publicitários; Linguagem: encontrar um vocabulário comum; Esta fase permite otimizar o tempo gasto com a entrevista (evita perguntas gerais);
2. Estabelecer objetivos para a entrevista: O entrevistador deve ter ideias claras sobre a informação que necessita de um determinado entrevistado. Exemplos: Fontes e formatos de informação e frequência e tipo das tomadas de decisão;
3. Decidir quem entrevistar: Deve começar-se por adquirir uma visão global do sistema, a gestão conhece o sistema e podem indicar quem entrevistar a seguir. É importante garantir e mostrar que a gestão, recolha e análise de Informação, informando, desde o início, sobre a necessidade de entrevistar membros da Organização, respeitando as hierarquias.
4. Preparar o entrevistado: Telefonar antecipadamente para marcar a entrevista, limitando a duração da entrevista entre os 45 e 60 minutos, sem esquecer de pedir autorização para gravar a entrevista ou mesmo para tirar apontamentos;
5. Decidir sobre o tipo de questões e estrutura da entrevista. (p.66)

Um dos principais objetivos da entrevista consiste essencialmente em descobrir “categorias”, ou seja, de classes de objetos, de ações, de acontecimentos ou até mesmo de pessoas, com o intuito de simplificar a organização de dados relevantes.

#### 4. Inquérito por Questionário

Embora nem todos os projetos de pesquisa utilizem o questionário como instrumento de recolha e avaliação de dados, este é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências da educação. Construir questionários não é, contudo, uma tarefa fácil, mas aplicar algum tempo e esforço na sua construção pode ser um fator favorável no “crescimento” de qualquer investigador.

Não existe um método-padrão para se formular um questionário. Porém, existem algumas recomendações, bem como fatores a ter em conta relativamente a essa importante tarefa num processo de pesquisa. Para Deshaies (1992):

Um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo interação direta entre estes e os inquiridos. (p.55)

O questionário é extremamente útil quando um investigador pretende recolher informação sobre um determinado tema. Deste modo, através da aplicação de um questionário a um público-alvo constituído, por exemplo, de alunos, é possível recolher informações que permitam conhecer melhor as suas lacunas, bem como melhorar as metodologias de ensino podendo, deste modo, individualizar o ensino quando necessário.

Este método de investigação, como qualquer outra técnica de investigação, relaciona-se com o método pelo qual se optou, tendo como suporte o modelo de análise construído. De acordo com Pardal & Correia (1995):

Os preparativos de construção de um questionário válido, isto é, capaz de recolher a informação necessária, pressupõem um conjunto de procedimentos metodológicos e técnicos, não necessariamente faseados, mas de preferência interativos, que vão desde a formulação do problema até à aplicação (...). (p.53)

**O Quadro 2** “Questionário: preparativos de construção” revê e sistematiza alguns dos procedimentos na construção de um inquérito por questionário.

**Quadro 2** – Questionário: preparativos de construção (Pardal & Correia, 1995, p.53)

<b>Procedimentos prévios</b>	
<b><i>Formulação do problema</i></b>	A construção do questionário liga-se ao problema – pergunta de partida clara (precisa, concisa e unívoca); exequível (realista, que se revele adequada aos recursos temporais, materiais, técnicos e pessoais); e pertinente

	(neutra e que vise a compreensão).
<b>Definição de Objetivos</b>	Esboçado o quadro teórico de referência e clarificados definições e conceitos, explicitam-se os objetivos da pesquisa.
<b>Revisão Bibliográfica</b>	Se o tema já tiver sido tratado por outros investigadores, é necessário dispor-se de informação essencial. Na teoria ou teorias existentes encontrar-se-ão referências teóricas esclarecedoras que ajudarão a definir, com maior precisão, os contornos e o conteúdo do quadro teórico de referência.
<b>Formulação de Hipóteses</b>	A hipótese, instrumento de trabalho que põe em interação a teoria e a verificação empírica, constitui um excelente guia de trabalho de pesquisa, dando a esta orientação e, paralelamente, orientando a recolha de dados.
<b>Identificação das variáveis e indicadores</b>	A hipótese é operacionalizada, através de variáveis e de indicadores – instrumentos fundamentais de investigação que sustentam a formulação das questões.
<b>Definição da amostra</b>	A amostra é uma decorrência normal do tipo e dos objetivos da pesquisa e, por isso, condicionante da técnica ou técnicas de recolha utilizadas, implicando-se nas características do questionário ou, se for caso considerado mais útil, na opção pela cédula.

A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Nas palavras de Deshaies (1992):

Estes podem ser de natureza social, económica, familiar, profissional, relativos às suas opiniões, à atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema. (p.59)

Sempre que um investigador elabora e administra um inquérito por questionário, e não esquecendo a interação indireta que existe entre ele e os inquiridos, verifica-se que a linguagem e o tom das questões que constituem esse mesmo questionário são de elevada

importância. Assim, é necessário ser cuidadoso na forma como se formulam as questões, bem como na apresentação do questionário.

Na elaboração de um questionário é importante, antes de mais, ter em conta as habilitações do público-alvo a quem ele vai ser administrado. É de salientar que o conjunto de questões deve ser muito bem organizado e conter uma forma lógica para quem a ele responde, evitando-as irrelevantes, insensíveis, intrusivas, desinteressantes, com uma estrutura (ou formato) demasiado confusos e complexos, ou ainda questões demasiado longas. Existem assim, dois tipos de questões: as questões de resposta aberta e as de resposta fechada, tal como menciona Deshaies (1992, p.65): “as questões de resposta aberta permitem ao inquirido construir a resposta com as suas próprias palavras, permitindo de um certo modo a liberdade de expressão”. Já as questões de resposta fechada “(...) são aquelas nas quais o inquirido apenas seleciona a opção (de entre as apresentadas), que mais se adequa à sua opinião. Também é usual aparecerem questões dos dois tipos no mesmo questionário, sendo este considerado misto”.

Ao administrar o questionário, o investigador seleciona o tipo de questão a apresentar de acordo com o fim para o qual a informação é usada, as características da população em estudo e o método escolhido para divulgar os resultados, tendo em conta as vantagens e desvantagens de cada tipo de respostas.

Ou seja, e de acordo com Afonso (2005, pp.101-102), “enquanto as entrevistas se baseiam na interação verbal, os questionários consistem em conjuntos de questões escritas a que se responde também por escrito”.

Contudo, o inquérito por questionário é ainda frequentemente utilizado em estudos de caso, “por exemplo, quando se pretende ter acesso a um número elevado de atores no meio de organização ou em algum contexto social específico” (Afonso, 2005, p.102). Através de todos estes instrumentos, o estudo que desenvolvemos é baseado numa Investigação Qualitativa, visto que pretendemos compreender todo um conjunto de situações, González (1999) refere que:

Na pesquisa qualitativa, os instrumentos deixam de ser vistos como um fim em si mesmo (instrumentalismo positivista) para se tornar uma ferramenta interativa entre o investigador e o sujeito investigado. Noutra perspetiva, o instrumento deixa de ser considerado a via de estudo das respostas do sujeito, para englobar os procedimentos usados pelo pesquisador para estimular a expressão e a construção de reflexões pelo sujeito que estão além das possibilidades definidas *a priori* pelos instrumentos. (p.90)

Todos eles são ferramentas essenciais, para a obtenção de uma investigação de qualidade. É muito importante, que se consiga diversificar ao nível dos instrumentos, pois cada um deles tem várias formas de se ver a investigação e de se perceber as suas várias vertentes.

Meirieu (1987, p.44) distingue, em qualquer instrumento de avaliação, quatro

elementos: o suporte, a estrutura, os materiais e a situação social que nunca é neutra. “O suporte pode ser a escrita, a oralidade, o desenho, a expressão corporal...tendo cada indivíduo preferências diferentes relativamente a estas formas de comunicação”.

O **Quadro 3**, adaptado de TenBrink (Lemos, 1992, p.23), dá conta dessa multiplicidade de instrumentos, das suas características e do tipo de informação que cada um permite recolher. Os diversos instrumentos referidos nesse quadro serão tratados em folhas posteriores:

**Quadro 3** Técnicas de Recolha de Informação (Lemos, p.1992)

	Inquérito	Observação	Análise	Testes
Instrumentos	. entrevistas . questionários . técnicas sociométricas . técnicas projectivas	. registos de incidentes críticos . grelhas de observação . escalas de classificação . escalas de ordenação . listas de verificação	. análise de conteúdos	. testes de aproveitamento . testes de aptidão . medidas de desempenho típico
Tipos de Informação	. opiniões . auto-percepção . juízos subjectivos . domínio afectivo (atitudes) . percepções sociais	. desempenho ou produto final do desempenho . domínio afectivo (reações emocionais) . interação social no domínio psicomotor . comportamento típico	. resultados da aprendizagem durante o processo (objectivos intermédios) . destreza cognitivas e psicomotoras . alguns resultados afectivos	. atitudes e aproveitamentos . objectivos terminais . resultados cognitivos . desempenho máximo
Objectividade	. pouco objectivo . bastante sujeito ao enviesamento e erro	. subjectiva . mais objectiva mediante cuidadosa construção e uso dos instrumentos	. objectiva mas instável ao longo do tempo	. muito objectivo . fiel
Custos	. barato mas demora tempo	. barato mas demora tempo	. muito barato . tempo de preparação longo e crucial	. muito barato . muita informação obtida por unidade de tempo

Algumas dificuldades e limitações, dos instrumentos de avaliação acima mencionados, referidos por Lemos (1992, p.29):

- ❖ Não há instrumento de avaliação que dê uma imagem completa, nítida e definitiva da realidade;
- ❖ À qualidade formal nem sempre corresponde a qualidade real que se associa ao valor de verdade da informação obtida;
- ❖ O mesmo problema apresentado de forma diferente tende a conduzir a níveis de realização diferentes.

## 5. DESCRIÇÃO DO ESTUDO

«A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento por uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais» Bardin (1977, p.115)

Para este trabalho foi estudada uma “sede” de Agrupamento da rede de ensino público, do distrito de Évora, onde se realizou e desenrolou todo o processo ao longo do projeto de investigação. Este Agrupamento tem várias valências (EB1 e Jardins de Infância), distribuídas por vários concelhos, tendo além da escola sede, ainda tem 15 valências escolares, sendo que, em alguns concelhos as escolas têm EB1 e Jardim de Infância.

Numa primeira fase, foi endereçado um pedido de autorização e colaboração da escola neste estudo de investigação, pela autora deste projeto, uma vez que a população-alvo era precisamente alguns diretores de turma, alunos de algumas turmas assim como os seus encarregados de educação. Depois da obtenção da autorização, procedeu-se a uma reunião com a diretora, para a apresentação do estudo, seleção dos diretores de turma entrevistados e turmas intervenientes no estudo.

Numa segunda fase, e depois de toda a primeira fase organizada, entreguei os inquéritos aos diretores de turma, tendo a seleção dos alunos e consequentemente dos encarregados de educação feita de uma forma imparcial.

Foram escolhidos os primeiros 4 alunos (do número 1 ao 4, inclusivé), de cada turma A (5.º A, 6.º A, 7.º A, 8.º A e 9.º A), aos quais o respetivo diretor de turma entregou o formulário do inquérito, para deste modo os encarregados de educação responderem de forma completamente anónima. A entrega dos mesmos aconteceu de uma forma um pouco mais lenta do que o esperado (2 meses até ter todos os questionários), tendo os diretores de turma feito a recolha dos inquéritos, tendo-me sido entregues posteriormente.

Este estudo dos inquéritos foi respondido por 14 encarregados de educação de diferentes níveis de ensino, um inquérito constituído por perguntas abertas e fechadas, sendo que o ano de escolaridade varia entre o 5.º ano e o 9.º ano de escolaridade. A idade dos alunos é compreendida entre os 10 anos e os 15 anos. Já os Encarregados de Educação têm as idades compreendidas entre os 39 anos e os 56 anos.

As entrevistas aos docentes com cargo de diretores de turma foram realizadas em ambiente escolar, depois das aulas da tarde, na sala de professores da escola sede. Os 4 diretores de turma mostraram-se disponíveis para as entrevistas, que foram repartidas por dois dias, tendo todas sido gravadas e tratadas posteriormente.

Antes de entrar em contato com os docentes, tal como referimos anteriormente

tivemos uma pequena reunião com a Diretora do Agrupamento. Esta mostrou-se um pouco reticente e reservada ao estudo que estávamos a fazer, dizendo que era muito complicado, porque não tinha tempo de ajudar no estudo, mas que nos disponibilizava os docentes, alunos e encarregados de educação, para o que pretendêssemos. Tivemos acesso a alguma documentação pública da escola/agrupamento, que também está acessível no site do Agrupamento.

Para recolher todos estes dados para a elaboração do estudo, tivemos que fazer algumas visitas à escola alvo de estudo, para conseguir marcar todas as entrevistas com alguns dos professores e respetiva direção de turma, visto que muitos deles, não quiseram responder à entrevista, alegando falta de tempo para responder à entrevista depois de as aulas terminarem. Os 4 docentes que aceitaram prontamente responder à nossa entrevista, exercem a função de diretores de turma há alguns anos nesta escola, nos níveis de ensino acima referidos, tendo a estes sido realizado entrevistas semi-estruturadas que tiveram a duração média de  $\pm$  30 minutos. No que toca às suas idades estas estão compreendidas entre os 32 e os 54 anos.

Para uma melhor compreensão dos dados obtidos nas entrevistas e nos inquéritos por questionário, estes foram transformados em códigos de forma a tornar todo o conjunto de dados percutíveis, fidedignos, assim como manter toda esta informação confidencial. Deste modo, os entrevistados ficaram com a letra “E”, e como foram quatro as entrevistas, para cada entrevistado foi-lhe dado uma letra e um número (E1, E2, ...). Nos inquiridos no inquérito, o processo foi rigorosamente igual, tendo a estes lhes sido atribuído a letra “I” (I1, I2, ...). Com isto, o **quadro 4** abaixo indicado, demonstra a denominação de cada código:

**Quadro 4** – Codificação de dados

Designação	Códigos
Entrevistados	E
Inquiridos (Inquérito por questionário)	I

Nas palavras de Bardin (1977), a codificação:

(...) Corresponde a uma transformação efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto (...). (p.103)

No **quadro 5** abaixo indicado estão referenciados e esquematizados todos os dados provenientes das entrevistas e dos inquéritos por questionário, assim como a idade, género, a situação profissional e o ano que lecionam no ano letivo 2010/2011:

**Quadro 5 – Apresentação dos dados do estudo**

Entrevistados				Inquiridos por Questionário		
Código	Idade	Situação Profissional	Ano que lecionam no ano letivo 2010/2011	Código	Idade	Género
E1	41	Quadro de Agrupamento	7.º ANO	I1	[26-35 anos]	Feminino
E2	32	Quadro de Agrupamento	5.º ANO	I2	[46-55anos]	Feminino
E3	54	Quadro de Zona Pedagógica	6.º ANO	I3	[36-45 anos]	Feminino
E4	49	Quadro de Zona Pedagógica	9.º ANO	I4	[36-45 anos]	Feminino
				I5	[46-55anos]	Feminino
				I6	[36-45 anos]	Feminino
				I7	[36-45 anos]	Feminino
				I8	[46-55anos]	Masculino
				I9	[26-35 anos]	Feminino
				I10	[36-45 anos]	Feminino
				I11	[36-45 anos]	Feminino
				I12	[46-55anos]	Feminino
				I13	[36-45 anos]	Feminino
				I14	[36-45 anos]	Feminino

## 6. Procedimento das Entrevistas

Para Bardin (1977, pp.103-104), “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

Tendo em conta a importância das entrevistas no presente trabalho, estas, foram elaboradas e organizadas a partir das informações recolhidas nos inquéritos por questionários, e, realizadas posteriormente aos diretores de turma. Optou-se por uma

entrevista semi-estruturada. Nesse sentido, elaborou-se uma entrevista em seis blocos organizados segundo os sub-temas a abordar na entrevista e que, no seu conjunto, poderiam fornecer informação sobre os objetivos desta entrevista.

A maioria das questões foi específica e pré-codificadas em forma de resposta ordenada, visando desta forma reduzir os dados, para que posteriormente pudessem ser agrupados e classificados através de quadros.

De todos os docentes entrevistados, todos aceitaram de forma pronta e espontânea que as entrevistas fossem gravadas, sem colocar qualquer tipo de impedimento ou entrave. No decorrer das mesmas foram-se tomando notas algumas notas breves, de forma a dar mais ênfase a toda a transcrição das entrevistas. Por fim, as entrevistas foram aplicadas pela autora, gravadas em áudio e transcritas na íntegra.

Apresentam-se, de seguida, o tema e os objetivos específicos de cada bloco da entrevista:

**Bloco A** – Legitimação da entrevista e motivação o entrevistado – Pretende-se legitimar a entrevista, motivar o entrevistado para colaborar na entrevista, garantido a confidencialidade das informações prestadas.

**Bloco B** – Relação Escola-Família – Perceber em meio se inserem as famílias; compreender qual o papel que a escola deve ter hoje em dia, entendendo qual a relação que existe entre escola-família depreendendo, de que forma os pais participam na vida escolar dos filhos; Conhecer o tipo de atividades é que os pais e encarregados de educação mais participam e ainda compreender que tipos de obstáculos existem, para a não participação dos pais na escola.

**Bloco C** – Diretor de Turma – Compreender o papel do Diretor de Turma e a ponte de ligação que existe entre pais/encarregados de educação-diretor de turma.

**Bloco D** – Reunião de Pais – Perceber de que forma decorrem as reuniões de pais.

**Bloco E** – Desafios aos diretores de turma – Recolher informações que possam completar e enriquecer ainda mais a entrevista realizada.

**Bloco F** – Agradecimentos – Agradecer ao entrevistado a sua disponibilidade e colaboração.

Dentro de cada bloco elaborou-se um conjunto de perguntas adequadas ao tema, sob a forma de perguntas tipo que constituem sub-temas a abordar, de uma forma estruturada mas não rígida, que deu a possibilidade aos entrevistados de desenvolverem as suas respostas à medida que se ia desenrolando as entrevistas. A condução da entrevista permitiu uma maleabilidade que favoreceu a compreensão e o desenvolvimento da mesma.

As entrevistas foram realizadas e aplicadas entre abril e junho de 2011, tendo cada um, uma duração média de 20 a 25 minutos.

Depois de lidas e analisadas todas as entrevistas, foram divididas em unidades de registo, que para Bardin (1977, p.104) são “unidades de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial. (...) Executam-se certos recortes a nível semântico” (...), de forma a conseguimos retirar delas, algumas importantes categorias, subcategorias que de certo modo nos vêm dar a conhecer o que de mais importante foi referido em todas as entrevistas realizadas aos diretores de turma. Como foi mencionado anteriormente, o guião da entrevista é dividido em seis blocos principais, sendo que 4 são para os entrevistados responderem e os outros dois, apenas serão de informação, acerca do desenrolar da própria entrevista, assim como o seu término.

No bloco B intitulado “Relação Escola-Família”, a categoria encontrada é a “**participação**”, tendo como subcategorias: ambiente, instalações, desabafo, famílias, competências, sociedade, participação dos pais, ensino/aprendizagem, articulação, reuniões, contactos, vida escolar, associação de pais e por fim projeto educativo. O bloco C “Diretor de Turma”, fala-nos sobre as competências que estes devem ou precisam de fazer para conseguir ajudar os alunos e em alguns casos as suas famílias, tendo como categoria principal a “ligação”. As subcategorias encontradas neste bloco são: atividades, ajuda, disponibilidade, confiança, apoio em casa, conhecimento e soluções.

No bloco D “Reunião de Pais” encontraram-se subcategorias como: aproximação, reuniões e ainda divulgação do projeto educativo, e a sua categoria central é a “proximidade”. Por fim no bloco E, com o título de “Desafios aos diretores de turma”, as subcategorias que se retiraram das entrevistas são: horas semanais e a relação escola-meio, tendo como categoria principal o “remate” da própria entrevista.

Podemos observar no **Quadro 6** abaixo indicado, todas as categorias e consequentemente os seus indicadores:

**Quadro 6** – Categorização das entrevistas

Temas	Categorias	Indicadores
Relação Escola-Família	1- Participação	• Ambiente
		• Instalações
		• Desabafo
		• Famílias
		• Competências
		• Sociedade
		• Participação dos pais
		• Ensino/Aprendizagem
		• Ligação
		• Reuniões
		• Contactos
		• Vida escolar
		• Associação de pais
Diretor de Turma	2- Ligação	• Projeto educativo
		• Atividades
		• Ajuda
		• Disponibilidade
		• Confiança
		• Apoio em casa
		• Conhecimento
Reunião de Pais	3- Proximidade	• Soluções
		• Aproximação
		• Reuniões
Desafios dos diretores de turma	4- Desafio	• Divulgação do Projeto Educativo
		• Horas Semanais
		• Relação escola-meio

## 7. Procedimento dos Inquéritos por questionário

“Instrumento de recolha de informação, preenchido pelo informante, o questionário constitui seguramente a técnica de recolha de dados mais utilizados no âmbito da investigação sociológica” (Pardal & Correia, 1995, p.51).

Nos inquéritos por questionário, os procedimentos que utilizámos na sua análise, foi a contagem de todas as respostas, tendo estas sido quantificadas através de uma grelha, de modo a construir e a analisar todos os dados disponibilizados nos inquéritos, através de gráficos individualizados para cada questão. Os inquéritos são construídos maioritariamente

por questões de resposta fechada, tendo apenas duas questões de resposta aberta.

Na opinião de Bell (1997, p.100), “os inquiridos constituem uma forma rápida e relativamente barata de recolher um determinado tipo de informação, partindo do princípio de que os inquiridos são suficientemente disciplinados, abandonam as questões supérfluas e avançam para a tarefa principal”.

Todos os questionários foram entregues aos educandos que posteriormente entregaram aos seus encarregados de educação para responderem de forma anónima e verdadeira aos mesmos. Os diretores de turma recolheram todos os inquiridos, das suas respetivas turmas, tendo-me sido entregues no momento da sua entrevista. Os docentes que foram entrevistados são os diretores de turma dessas mesmas turmas que foram alvo de investigação.

Todos os questionários foram aplicados entre abril e maio de 2011, tendo sido quase todos preenchidos na íntegra, apenas algumas das perguntas de resposta aberta, ficaram por responder, tendo sido apenas contabilizadas as questões respondidas.

## **8. Análise de dados**

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Trata-se de um método de análise textual que se utiliza em questões abertas de questionários e (sempre) no caso de entrevistas.

A análise de conteúdo segundo uma conhecida definição de Berelson (1952, p.20), é “uma técnica de investigação para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Para que seja objetiva, tal descrição exige uma definição precisa das categorias de análise, de modo a permitir que diferentes pesquisadores possam utilizá-las, obtendo os mesmos resultados; para ser sistemática, é necessário que a totalidade de conteúdo relevante seja analisada com relação a todas as categorias significativas; a quantificação permite obter informações mais precisas e objetivas sobre a frequência da ocorrência das características do conteúdo.

De acordo com Bardin (1977), a unidade de registo:

É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registo pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. (...), efetivamente, executam-se certos recortes a nível semântico (...). De facto, o critério de recorte na análise de conteúdo é sempre de ordem semântica (...). (p.104)

Ou seja, é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto, sendo aplicável a todos os meios de comunicação e tipos de conteúdos.

No que toca às unidades de contexto e continuando na linha de pensamento de Bardin (1977, p.107), estas servem “de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo”, sendo possível testar as unidades de registo e contexto em pequenas amostras, a fim de nos certificarmos que trabalhamos com os instrumentos mais adequados ao trabalho/estudo.

Para que consigamos, que exista uma clarificação dos temas e sub-temas, é fundamental existir a *categorização*, sendo esta uma operação de classificação de elementos construtivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género, com os critérios previamente definidos. Estas apresentam-se como rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos com um título genérico, agrupamento este efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário onde se isolam os elementos e a classificação onde se repartem os elementos, e portanto pretende-se procurar e impor uma certa organização às mensagens.

Resumindo a análise de conteúdos assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios no material, dando a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. Um conjunto de categorias boas deve nas palavras de Bardin (1977, pp.120-121), possuir as seguintes qualidades, como nos apresenta o **Quadro 7**:

**Quadro 7** – Conjunto de qualidades das categorias

Exclusão mútua	Esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão.
Homogeneidade	Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um registo e com uma dimensão de análise.
Pertinência	O sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens.

Objetividade e a fidelidade	As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises.
Produtividade	Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Sendo que, esta (categorização) tem como primeiro objetivo, fornecer, uma boa representação simplificada dos dados brutos.

## **CAPÍTULO 3 – ÂMBITO DO ESTUDO**

---

## 1. Caracterização do meio

A cidade onde o agrupamento em estudo está situado, localiza-se num dos maiores municípios de Portugal, com 1 232,10 km<sup>2</sup> de área e 18 578 habitantes (2001), subdividido em 10 freguesias. O concelho localiza-se no Alentejo Central sendo contíguo a três outras regiões NUTS III. A norte, a Lezíria do Tejo (concelho de Coruche), a noroeste, a Península de Setúbal (concelho do Montijo) e a sul e sudoeste, o Alentejo Litoral (concelho de Alcácer-do-Sal).

D. Sebastião deu-lhe, em 1563, o título de Vila Notável, atendendo a que era "*lugar antigo e de grande povoação*" cercada e enobrecida de igrejas, templos, mosteiros e de muitos outros edifícios e casas nobres".

Pertencem a essa época algumas das mais importantes obras de arquitetura existentes na cidade, como a Misericórdia, os Conventos da Saudação, de S. Francisco e de St.º António, a Ermida de N.ª Sr.ª da Visitação, o Hospital Velho e o portal da igreja de St.ª Maria do Bispo.

No plano histórico alguns acontecimentos sobressaem do pacato quotidiano da população. Entre eles destacam-se: a resistência à primeira invasão francesa, comandada por Junot, em 1808, junto à ponte de Lisboa; o estacionamento em 1834, do estado-maior do exército liberal chefiado por Saldanha, durante as lutas civis entre liberais e miguelistas; a visita de D. Maria II e D. Fernando II em 1843.

Esta cidade desempenhou um papel muito ativo na resistência à ditadura fascista e na luta pela melhoria das condições de vida e pela liberdade. Com o 25 de abril, a antiga vila, esteve nas primeiras linhas do avanço das conquistas da revolução, nomeadamente na implantação do Poder Local Democrático e da Reforma Agrária. A passagem de vila para cidade, por decisão da Assembleia da República aconteceu a 11 de março de 1988, e é outro dos factos importantes da história recente desta cidade alentejana.

Na economia a produção de carne é o seu principal fator sendo o concelho do país que mais carne produz. Nos últimos anos foram feitos grandes investimentos desportivos, novas piscinas descobertas (com cerca de 50 mil visitantes ano) e cobertas, novo gimnodesportivo, 4 *courts* de ténis, bancada no Estádio e construção de um novo Estádio Municipal (sintético).

## 2. Caracterização da escola em estudo

A Escola Básica 2/3 sofreu obras de ampliação em 2000, tendo sido construído um novo bloco de aulas e um pavilhão gimnodesportivo, em parceria com a Câmara Municipal

local.

No novo bloco de aulas, integra-se o Centro de Recursos, o qual constitui um ótimo espaço de dinamização de atividades. Deste bloco constam também duas Salas de Educação Musical insonorizadas, dois laboratórios de Física e Química com uma sala de apoio dotada de uma «Hote». A escola está também apetrechada de três Salas de Informática, três salas de Educação Visual, duas salas de Educação Visual e Tecnológica, dois laboratórios de Ciências com uma sala de apoio, Bufete, Papelaria, Refeitório e Reprografia. A Escola tem também um amplo espaço exterior arborizado.

Ao nível das Bibliotecas Escolares, o Agrupamento dispõe de 5 Bibliotecas, distribuídas por várias escolas do concelho. Todas as Bibliotecas integram a Rede de Bibliotecas Escolares.

Os Estabelecimentos de Educação e Ensino do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino básico funcionam no regime normal. A E.B. 2,3 funciona em turno único. Por forma, a evitar o desdobramento numa escola do 1.º ciclo do concelho, tendo turmas do 3.º e 4.º ano e desenvolvem as suas atividades na Escola-Sede.

Para o efeito, forma apetrechadas as suas salas do R/C e um conjunto de sanitários para uso exclusivo destes alunos. Ao nível da segurança dos edifícios do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, há a registar que todos os edifícios estão dotados de extintores, Planos de Prevenção e sinalética rudimentar, à exceção do Jardim de Infância n.º 2, que funciona num edifício centenário em paralelo com outras Instituições, tornando-se difícil estabelecer os percursos de evacuação. No entanto, a autarquia disponibilizou uma técnica para a elaboração do Plano de Prevenção deste Estabelecimento. O Plano de Emergência da Escola “Sede” está atualizado, estando algumas das fragilidades detetadas em termos de evacuação em vias de correção. Tem havido a preocupação de envolver toda a Comunidade escolar do Agrupamento no conhecimento das normas de segurança a cumprir em caso de acidente.

### **3. Caracterização da população discente**

O ambiente económico e social dos alunos, dada a sua diversidade, constitui um desafio para as várias estruturas pedagógicas do Agrupamento que procuram desenvolver mecanismos de inclusão para os mais desfavorecidos. Tem sido uma prioridade para o Agrupamento, a procura de respostas adequadas aos perfis de aprendizagem dos alunos.

Destaque-se os alunos abrangidos pelo Regime Educativo especial, alguns dos quais beneficiam de currículos alternativos com atividade funcional adequada aos seus interesses e capacidades. Muitas destas atividades funcionais foram implementadas através do estabelecimento de protocolos com algumas das “forças vivas” do Concelho. Estes

alunos têm como recursos humanos disponíveis, os técnicos do Projeto Socioeducativo, desenvolvido no âmbito de uma parceria com a Cercimor. Estão também atribuídas algumas tutorias para os alunos do 5.º ano com dificuldades de integração na Escola.

No que respeita aos alunos que frequentam o Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico, considera-se que a assiduidade é elevada, não havendo registos de abandono escolar permanente. Ressalve-se algumas ausências intermitentes de alunos de etnia cigana.

Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, existem casos pontuais de absentismo que têm sido resolvidos sem grandes dificuldades pelos Diretores de Turma. Estes casos são sinalizados junto do Conselho Executivo, que, em caso de necessidade, os canaliza para o «CAFAP» (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental). Este ano, foram sinalizados para abandono escolar dois alunos do 5.º ano, um com morada desconhecida, outro com uma assiduidade muito irregular. O controlo de assiduidade dos alunos é da responsabilidade do professor titular ou do diretor de turma. As faltas são sempre comunicadas e justificadas junto dos elementos supramencionados.

Nos 2.º e 3.º Ciclos, o número de faltas dos alunos tem vindo a diminuir. A desmotivação pelas atividades escolares que culminavam no abandono escolar e procedimentos disciplinares foi colmatada com a implementação de Cursos de Educação e Formação (neste momento, funcionam três turmas de Tipo II com áreas de formação distintas) e duas turmas de Percursos Curriculares Alternativos (uma de sexto ano e outra de sétimo ano). Estes cursos e percursos procuram constituir resposta a alguns dos interesses e expectativas dos alunos, perspetivando um futuro profissional.

O nível socioeconómico das famílias não constitui um obstáculo para o aproveitamento dos alunos, uma vez que o Agrupamento procura desenvolver estratégias integradoras para todos, estimulando um maior envolvimento dos pais e encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem, promovendo um maior enriquecimento do currículo e oferecendo ações de formação para alunos e encarregados de educação. Estão também definidas algumas horas de apoio educativo para os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

#### **4. Caracterização da população docente**

Ao nível do Pré-Escolar considera-se que o corpo docente é estável, uma vez que os docentes são, na sua maioria, do Quadro de Escola. No Ensino Básico, regista-se uma maior mobilidade, a qual tem vindo a diminuir nos últimos três anos. No que concerne à distribuição de serviço docente, a mesma rege-se pelos normativos legais em vigor e pelas orientações emanadas do Conselho Pedagógico, nomeadamente:

- Continuidade pedagógica, adaptação à turma em termos relacionais e continuidade de projetos.

Os Diretores de Turma são nomeados de acordo com o perfil da turma e as competências, vindo a esbater-se o carácter de rotatividade. A assiduidade dos docentes tem vindo a aumentar, estes vêm manifestando cada vez mais a preocupação de não faltarem. Na educação pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, atendendo ao facto de não existir uma «bolsa de substituição», é quase impossível evitar algum absentismo. Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, a percentagem de absentismo tem diminuído, dado que existe a possibilidade de permutas entre os docentes.

## **5. Caracterização da população não-docente**

O Pessoal Não Docente em exercício no agrupamento pauta-se por um bom nível de assiduidade, o que contribui positivamente para o êxito das atividades programadas. O número e funcionários do quadro existente na Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo são insuficientes uma vez que não tem havido atualização do quadro de pessoal em função das necessidades.

Na escola sede, o número de funcionários do quadro e com contratos de trabalho está de acordo com o rácio, mas é insuficiente face à dimensão física exterior do espaço e à distribuição das salas de aula por dois edifícios com R/C e 1.º andar, o que exige uma vigilância permanente. Para responder às necessidades dos Estabelecimentos do 1.º Ciclo e da escola sede, o agrupamento recorre aos programas ocupacionais do Centro de Emprego e Formação Profissional.

A partir da implementação do Agrupamento (julho de 2004), o suporte administrativo de cada Estabelecimento de Ensino está a cargo dos Serviços de Administração Escolar que se organizaram de acordo com as orientações da modernização administrativa, instituindo o sistema de gestão de processos e atendimento personalizado.

Os Serviços articulam o seu horário às necessidades dos utentes, estando abertos ao público das 9h às 17h.

Ao efetuar-se a distribuição de serviço não docente, procura-se considerar o perfil do funcionário, a sua avaliação de desempenho e os seus interesses, os quais são atendidos sempre que possível.

## **6. Organização e gestão da escola**

### **6.1. Estruturas de gestão**

As diferentes estruturas e Órgãos do Agrupamento reúnem no início, no meio e no final do ano para delinear, monitorizar e avaliar as atividades. Os docentes planificam atividades conjuntas nos vários Conselhos de Docentes e Departamentos, algumas comuns a todos os ciclos do Agrupamento, como por exemplo, a Feira do Livro, a Semana das Ciências e a Feira dos Minerais.

As sessões de trabalho ou coletivo programadas pela BE/CRE, onde se articulam atividades da Biblioteca e outros Departamentos, nomeadamente de Língua Materna, um exemplo de boa prática. No início do ano, é distribuído um portfólio com todos os documentos a utilizar nas funções de Diretores de Turma e Titulares de Turma, bem como todos os documentos de caracterização de turmas. Tem-se procurado desenvolver o espírito de equipa, articulando as funções das diferentes estruturas e órgãos de Gestão.

### **6.2. Gestão Pedagógica**

O Agrupamento aceita todos os alunos que ambicionem frequentar as suas escolas. O principal critério de constituição de turmas é o da continuidade pedagógica. Regista-se também uma preocupação de promover aos alunos a participação em todas as atividades dinamizadas, como por exemplo, visitas de estudo.

A qualidade científica e pedagógica da atividade letiva e a supervisão pedagógica e monitorização dos resultados, são assegurados por mecanismos, tais como: planificação conjunta, elaboração conjunta e partilha de materiais e de instrumentos de avaliação, controlo das matérias lecionadas e a lecionar, elaboração de projetos de melhoria do desempenho da prática docente, com consequências nos resultados dos alunos e permuta de aulas.

Os Conselhos de Docentes estabelecem espaços de debate e aprovação de documentos orientadores da prática de docentes, debate de ideias, avaliação de práticas e resultados de tomada de conhecimento de suportes legislativos atualizados, bem como das orientações emanadas da Assembleia do Agrupamento, do Conselho Executivo e Conselho Pedagógico.

Porém os Conselhos de Docentes dinamizam-se grupos de trabalhos de acordo com as atividades programadas, resultando do esforço e empenho de um destes grupos o documento das Competências da Educação Pré-Escolar com apoio das orientações curriculares. O trabalho de equipa, a troca de informações sobre a avaliação dos alunos

baseada nas competências definidas, assim como os critérios e instrumentos de avaliação em vigor, a monitorização dos resultados e a colaboração participada de todos os docentes perspectiva uma nova organização do trabalho, o que facilita a transição dos alunos entre ciclos e o envolvimento dos encarregados de educação na evolução escolar dos seus educandos.

De forma a simplificar a comunicação com vários Estabelecimentos de Educação e Ensino, privilegia-se o fax e os contactos via *e-mail*, diminuindo a distância. Foi também disponibilizado o acesso à plataforma *moodle* para todos os docentes, com o objetivo de partilhar informação e saberes “*online*”, pelo que constituirá mais um instrumento para a melhoria contínua.

## **7. Ligação à comunidade**

### **7.1. Articulação e Participação dos Pais e Encarregados de Educação na vida da Escola**

As Associações de Pais e Encarregados de Educação e os Representantes de Salas das Escolas sem Associação têm representatividade no Conselho Pedagógico e na Assembleia de Agrupamento. Pontualmente, algumas Associações de Pais e Encarregados de Educação organizam atividades em parceria com o Agrupamento. Os contactos com as famílias e encarregados de educação efetuam-se de acordo com os seguintes mecanismos:

- Receção no início do ano letivo;
- Atendimento individual e personalizado no final de cada período e sempre que se revele necessário;
- Atendimento quinzenal/mensal destinado a facultar informações dos educandos, prestado pelos docentes do pré-escolar e 1.º ciclo;
- Atendimento semanal por parte dos Diretores de Turma no 2.º e 3.º ciclo.

Estão definidas algumas ações de formação para Pais e Encarregados de Educação calendarizadas ao longo do ano. No âmbito do Projeto CRIE (Computadores, Redes e Internet nas Escolas), foi construído um portal, onde é possível aos pais e encarregados de educação consultar toda a informação útil relativa ao seu educando ou ao Agrupamento. Está também instalado o sistema informático de gestão integrada, que constitui outro instrumento de informação aos Pais e Encarregados de Educação, para além de se considerar mais um mecanismo de segurança para os alunos. Para consulta dos

dados de cada aluno, no início do ano, é distribuída uma *password* a cada aluno. Os pais são ainda informados das atividades dos seus educandos através da caderneta. Ressalve-se que a participação dos pais e encarregados de educação na vida do Agrupamento ainda não é a desejada, diminuindo a sua participação, à medida que avançam na sua escolaridade. Este foi um dos constrangimentos identificados quer no Projeto Educativo, quer na avaliação interna do Agrupamento.

## **CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

---

## 1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo sistematizamos os resultados da análise das entrevistas às famílias segundo quatro grandes categorias: relação escola-família – qual a relação existente entre os encarregados de educação e a escola? diretor de turma – que papel tem esta pessoa na evolução, organização, orientação, crescimento e no desenvolvimento dos alunos e como pode a sua figura “influenciar” o progresso e o acompanhamento parental dos encarregados de educação na escola? reunião de pais – será que estas serão um ponto chave na promoção de um bom envolvimento entre pais, encarregados de educação, alunos e escola? informações complementares – ponto essencial, onde os entrevistados puderam dizer e expressar mais algumas palavras que não surgiram em conversa no decorrer da entrevista.

Ainda dentro deste capítulo, analisaremos os resultados dos inquéritos por questionário, realizados aos encarregados de educação e de onde foram retiradas informações bastante relevantes e importantes para o tema em estudo. Ao longo do estudo foram utilizados alguns instrumentos importantes no âmbito do projeto de investigação, que serviram como meio para conseguirmos chegar o mais profundo que conseguíamos à questão central em estudo.

De acordo com Bell (1997):

Os dados em estado bruto, provenientes de inquéritos, esquemas de entrevistas, listas, etc., têm de ser registados, analisados e interpretados. Uma centena de pedaços soltos de informação não terá qualquer significado para um investigador ou para um leitor se não tiverem sido organizados por categorias. O trabalho do investigador consiste em procurar continuamente semelhanças e diferenças, agrupamentos, modelos e aspetos significativos. (p.160)

Neste estudo foram utilizados importantes instrumentos que permitiram cumprir os objetivos ambicionados no início da pesquisa, foram eles: Guião da Entrevista Semi-Estruturada (**anexo 1**); Protocolos das entrevistas (**anexo 2**); Grelha de análise das entrevistas/Quadro de Categorização (**anexo 3**); Questionário aos pais e encarregados de educação (**anexo 4**); Entrevistas aos diretores de turma (**anexo 5**).

Tanto as entrevistas aos diretores de turma, como os inquéritos por questionário aos encarregados de educação, foram elaborados para que no final, respondessem às questões e objetivos a que nos propusemos no início do estudo.

## 2. A RELAÇÃO DA ESCOLA COM OS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO/FAMÍLIA

Para Félix, (1994, citado por Pereira 2008, p.45), “a Família é, o primeiro e o mais marcante espaço de realização, desenvolvimento e consolidação da personalidade humana, onde o indivíduo se afirma como pessoa (...)”.

Ao longo de todo o estudo, a relação que pudemos verificar entre a escola e a família, é que existe uma ligação pouco desenvolvida, pouco explorada, apesar de nos inquéritos respondidos pelos encarregados de educação, considerarem ser importante e fundamental o seu envolvimento e participação na educação dos seus filhos em todos os níveis de ensino. O que acontece muitas vezes é que existe alguma falta de comunicação entre a própria escola e a família, o que vai levar a um distanciamento cada vez maior.

Para os diretores de turma entrevistados, as informações que conservam de algumas famílias dos seus alunos, são obtidas através da direção de turma ou mesmo pelos conselhos de turma, assim como nos diz o **Quadro 8**:

**Quadro 8** – Indicador “Famílias”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Famílias	“ O conhecimento que tenho do meio e das famílias dos alunos (...) provém das informações obtidas no âmbito da direção de turma, quer através dos encarregados de educação, quer através dos alunos ou veiculadas pelos diversos elementos dos conselhos de turma (...)” <b>UR2</b> ;	E2
	“(...) conheço bem o meio e as características gerais das famílias dos nossos alunos” <b>UR3</b> ;	E3
	“Dado que desempenho o papel de D. de Turma já há muitos anos, tenho um conhecimento razoável do meio familiar e social a que os alunos pertencem” <b>UR2</b> ;	E4
	“ (...) a relação entre a escola e as famílias está dentro da normalidade (...)” <b>UR5</b> ;	E2
	“A relação é bastante boa, uma vez que na maioria das turmas, há uma boa colaboração entre ambas as partes (...)” <b>UR6</b> ;	E3
	“Mais atividades lúdicas e práticas que envolvesse família/escola” <b>UR17</b> ;	E1
	“ (...) a tomada de consciência por parte das famílias e da sociedade da extrema eficácia de uma boa colaboração escola-família” <b>UR18</b>	E3

Para qualquer um dos entrevistados, a relação existente entre os encarregados de educação e a escola é considerada bastante boa, a funcionar dentro da normalidade, e que essencialmente na maior parte das turmas existentes na escola, existe uma boa colaboração de ambas as partes, pois e tal como refere o entrevistado **E3 (UR6)** é necessário uma tomada de consciência por parte das famílias e da sociedade externa. Por outro lado, o entrevistado **E1 (UR17)** considera que deveria existir uma maior diversificação de atividades lúdicas e práticas que envolvesse ainda mais a escola com a família dos alunos. Ou seja, na opinião de Pereira (2008, p.228), “a participação dos pais na escola baseia-se na obrigação natural que sentem enquanto pais, na contribuição que possam dar aos filhos de forma a promover um aumento de aproveitamento escolar (...)”.

O **Quadro 9**, em baixo, indica-nos a opinião dos entrevistados sobre a participação dos encarregados de educação na vida escolar dos educandos:

**Quadro 9** – Indicador “Participação dos Pais”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Participação dos Pais	“Sim, mas não tanto quanto desejável” <b>UR5</b> ;	E1
	“A participação dos pais no processo é fundamental. Eles são um vértice que tem que estar em estreita ligação com a escola e com os alunos (...)” <b>UR9</b> ;	E2
	“Nos últimos anos letivos, a participação tem sido maior e mais constante, porém não tem sido fácil entenderem que a sua participação na escola é essencial para o bom funcionamento da mesma” <b>UR5</b> ;	E4
	“Sim muito positiva, porque é de um conjunto de esforços que nasce o sucesso” <b>UR9</b> ;	E1
	“ A participação dos pais pode não ser positiva se estes não tiverem vontade de funcionar em conjunto, se não tiverem uma postura de colaboração” <b>UR11</b> ;	E2
	“As famílias participam através do encarregado de educação ou de quem o substitua, na vida escolar dos seus educandos” <b>UR8</b> ;	E3
	“Infelizmente, esta participação nem sempre é feita da forma mais correta, pois há pais que pensam que a escola é que deve dar educação e demitem-se dessa função, o que é verdadeiramente negativo para o sucesso dos alunos e de todo o processo escolar” <b>UR9</b> ;	E4
	“A participação deve ocorrer sempre que haja informações pertinentes sobre os alunos em particular ou a turma em geral, na planificação de atividades de complemento curricular” <b>UR12</b> ;	E3
	“Os pais que mais vão à escola são aqueles que mais têm noção	E2

	<p>do seu papel na educação dos filhos, os que se sentem mais responsabilizados e os que percebem as exigências que lhe são colocadas” <b>UR13</b>;</p> <p>“Os pais que não organizam as suas vidas de modo a poderem ir à escola, apesar de os diretores se disponibilizarem a recebê-los noutros horários, desde que combinado, e os pais que estão demasiado ocupados com as suas “coisas” e menos com as dos filhos (...)” <b>UR16</b>;</p> <p>“Os pais mais participativos são os que têm mais habilitações literárias, os que acompanham efetivamente os seus educandos na vida escolar destes, os que são confrontados com o mau desempenho dos filhos e que mostrem real preocupação em ultrapassar problemas (...)” <b>UR13</b>;</p> <p>“Os pais dos alunos que não apresentam grandes problemas, tanto a nível do Aproveitamento como do Comportamento” <b>UR11</b>;</p> <p>“Falta de interesse de alguns pais, falta de tempo e cultura” <b>UR15</b>;</p> <p>“Os pais terem assento nos órgãos de maior importância da escola e participarem das decisões da escola” <b>UR18</b>;</p> <p>“Tem facilitado a participação dos pais (...) a marcação de reuniões com Encarregados de Educação após as 17.30h ou a disponibilidade dos diretores de turma em receber encarregados de educação fora das horas (...)” <b>UR19</b>;</p> <p>“A escola pouco mais pode fazer se os pais não se sentirem motivados a participar. Se houvesse sessões de formação para encarregados de educação, será que eles iam à escola?” <b>UR20</b>;</p> <p>“Facilita a participação dos pais, o facto de a escola fixar o horário das reuniões de final de período a partir das 17:30, o facto dos DTs marcarem a sua hora de atendimento em horário de almoço ou no final da tarde (...)” <b>UR17</b></p>	<p>E2</p> <p>E3</p> <p>E4</p> <p>E1</p> <p>E1</p> <p>E2</p> <p>E2</p> <p>E3</p>
--	---	---

A participação dos pais é tida, como um assunto um pouco ambíguo, visto que apesar de alguns professores acharem que os pais não se envolvem tanto quanto deveriam, outro consideram que os pais deveriam, sim, participar na vida escolar dos educandos, mas apenas em questões que digam respeito diretamente aos alunos.

A família desempenha, conseqüentemente um papel importante na adaptação da criança a esses novos *environnements*. No entanto, poucas famílias têm a capacidade para o fazerem sozinhas, sendo essencial a cooperação com os professores. Diogo, (1998, p.52)

Para o entrevistado **E1 (UR5)**, a participação dos pais na vida académica dos

educandos, deveria ser mais presente, é uma participação que deixa um pouco a desejar. E que pode ser ainda pior ou menos positiva quando os pais não têm vontade de funcionar em uníssono, em conjunto com a escola, e se não tiverem acima de tudo uma postura de colaboração e de cooperação para com os diretores de turma e acima de tudo para com a escola.

O entrevistado **E4 (UR9)** acentua que a participação nem sempre é feita da forma mais correta, visto que “(...) há pais que pensam que a escola é que deve dar educação e demitem-se dessa função, o que é verdadeiramente negativo para o sucesso dos alunos e de todo o processo escolar”. Já na opinião do entrevistado **E2 (UR19)**, o que tem facilitado em maior escala a ida dos encarregados de educação à escola, é as reuniões serem realizadas num horário mais tarde, de modo a possibilitar a deslocação dos pais à escola. Tudo isto com vista a haver uma aproximação mais eficaz entre o estabelecimento de ensino e as famílias dos alunos. “Tem facilitado a participação dos pais (...) a marcação de reuniões com Encarregados de Educação após as 17.30h ou a disponibilidade dos diretores de turma em receber encarregados de educação fora das horas (...)”.

A **figura 4** mostra-nos o conhecimento das atividades oferecidas pela escola aos alunos:

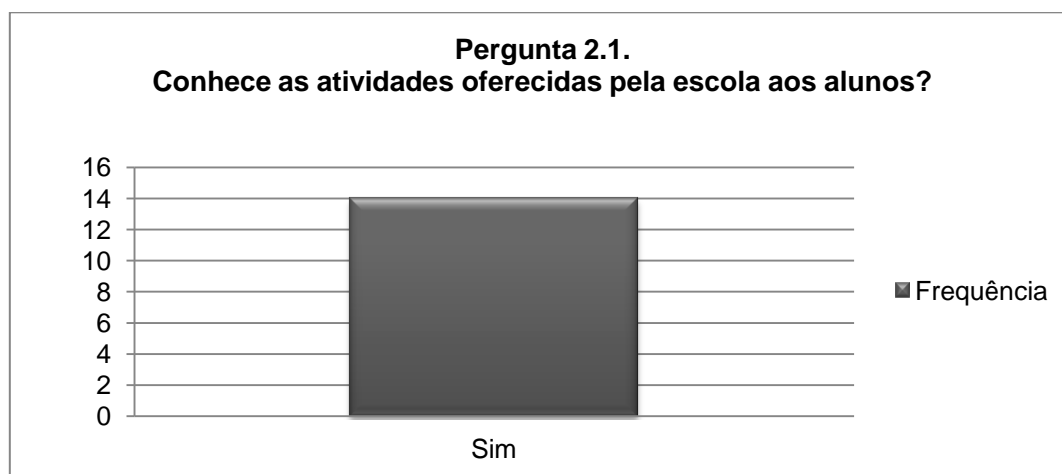


Figura 4 – Conhecimento das atividades oferecidas pela escola aos alunos

Os encarregados de educação, quando questionados através dos inquéritos, acerca do conhecimento que têm sobre o conhecimento que têm das atividades que a escola oferece aos alunos, respondem todos de forma positiva e afirmativa.

Todos os encarregados de educação dizem conhecer as atividades oferecidas pela escola aos alunos. Esta informação demonstra interesse dos pais e encarregados de

educação pela vida escolar dos seus educandos. Pode demonstrar ainda o crescente interesse, que com o passar dos anos, é mais acentuada, devido ao facto de existir uma comunidade académica mais aberta ao exterior e existir uma maior divulgação de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo, e que poderá envolver não só alunos e professores como engloba ainda os pais e todos os encarregados de educação.

Ao invés, a maioria dos pais e encarregados de educação, tem uma comparência assídua nas reuniões gerais de final de período, tal como nos refere o diretor de turma **E3 (UR7/UR9)**, assim como poderemos verificar através do **Quadro 10** abaixo apresentado:

**Quadro 10** – Indicador “Reuniões”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Reuniões	“Reuniões, poucos vêm voluntariamente” <b>UR6</b> ;	E1
	“Os encarregados de educação participam nas reuniões (...) no início do ano ou na sequência dos conselhos de turma de final de período (...) são recebidos no âmbito da direção de turma, por sua iniciativa ou convocados (...) por exemplo atividades ligadas com a área de projeto” <b>UR7</b> ;	E2
	“Para além da participação em reuniões para os quais são convocados, também estão presentes em atividades que fazem parte do Plano Anual de Atividades da Escola. Mas, neste caso, são uma minoria” <b>UR6</b> ;	E4
	“Devem participar em reuniões com outros encarregados de educação, em reuniões com o diretor de turma, os representantes dos encarregados de educação por turma. Já participam nos conselhos de turma que não sejam de avaliação (...) há associação de pais e são também convidados para atividades diversas, dirigidas à comunidade” <b>UR12</b> ;	E2
	“Participam em reuniões, simples contactos com o diretor de turma ou em atividades diversas” <b>UR15</b> ;	E2
	“Reuniões de Direção de Turma e atividades realizadas pelos alunos ao longo do ano e abertas à comunidade” <b>UR13</b> ;	E4
	“ (...) verificando-se uma comparência assídua às reuniões gerais e individuais que a escola propõe aos encarregados de educação” <b>UR7</b> ;	E3
“A participação verifica-se essencialmente na comparência às reuniões de final de período; Na comparência a reuniões individuais solicitadas quer pelo Diretor de Turma, quer pelos próprios encarregados de educação no horário de atendimento ou em horário alternativo (...)” <b>UR9</b>	E3	

No que toca às reuniões para as quais são convocados, um diretor de turma **E1 (UR6)** frisa que poucos pais vão às reuniões voluntariamente. E que deveriam participar ainda mais nas reuniões ao nível do Plano Anual de Atividades e de conselhos de turma, porque os que participam são uma minoria, tal como nos refere o diretor de turma **E4 (UR6)**.

Já na **Figura 5**, esta apresenta-nos a frequência com que os pais vão à escola dos educandos:

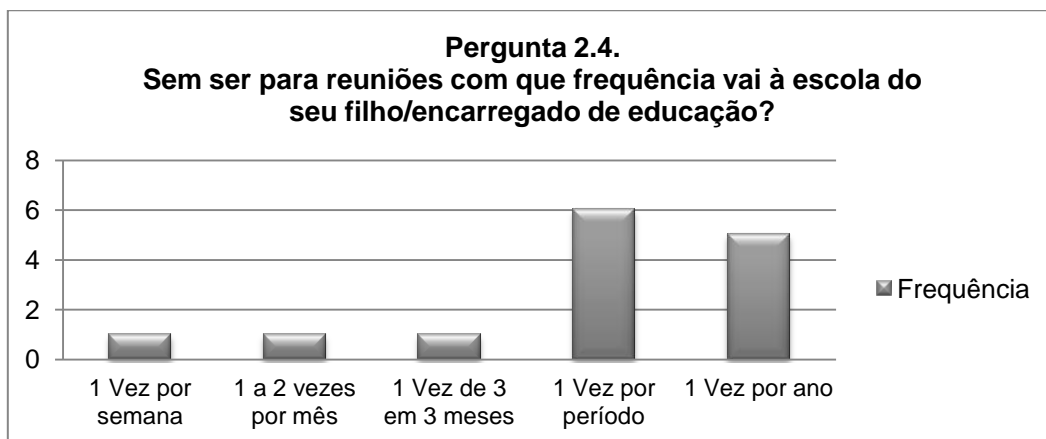


Figura 5 – Idas à escola do encarregado de educação

Quando questionados acerca da frequência com que vão à escola dos educandos, sem ser em reuniões, estes respondem na sua maioria, que vão uma vez por período ou até mesmo uma vez por ano. Ou seja, uma vez por período, significa que apenas vão à escola ou às reuniões no final de cada período letivo, sendo, apenas três vezes por ano. Logo atrás está a resposta de 5 inquiridos que responderam que só compareciam à escola uma vez por ano. Apesar disto, a maioria dos pais e encarregados de educação diz que participa sempre nas reuniões para os quais são convocados, tal como nos mostra o **Figura 6**:

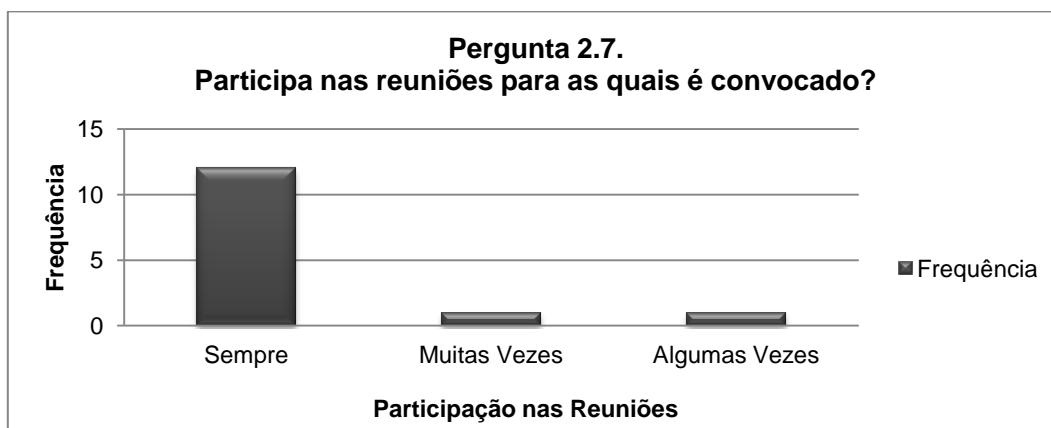


Figura 6 – Participação nas reuniões de pais.

A participação dos pais poderá em muitos aspetos ser benéfica e furtiva, o **Quadro 11** abaixo mencionado, elucida-nos acerca da participação dos pais na vida escolar dos filhos/educandos:

**Quadro 11** – Indicador “Vida escolar”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Vida Escolar	“ (...) os pais vão participando na vida escolar e vão sendo informados sobre a mesma, sempre através dos encarregados de educação” <b>UR6</b> ;	E2
	“As vantagens são enormes, pois, como disse anteriormente, a Escola só está completa se os Encarregados de Educação estiverem conscientes do seu verdadeiro papel e o desempenharem a cem por cento” <b>UR8</b> ;	E4
	“Dos alunos problemáticos porque não querem ouvir dizer mal dos filhos e não têm soluções para eles” <b>UR13</b> ;	E1
	“(...) a participação dos EE na vida escolar dos seus filhos/educandos só pode ser benéfica, já que podem aferir medidas de apoio e acompanhamento muito mais eficazes. (...), na minha opinião os alunos só podem progredir com o acompanhamento regular das suas famílias” <b>UR11</b> ;	E3
	“Poucos são os pais que não vêm à escola ao longo do ano. Alguns são menos assíduos, mas acabam por vir ou por falar com o DT ao telefone, ainda que, por vezes, o façam após 2 ou 3 tentativas de contacto por parte da escola” <b>UR14</b> ;	E3
	“A escola sempre tem feito esforços para que a vinda dos E. de Educação à escola seja uma condição normal e sistemática” <b>UR16</b> ;	E4
	“Os próprios horários dos pais ou falta de vontade e responsabilização são obstáculos que a escola tem tido a uma participação mais efetiva dos pais” <b>UR18</b> ;	E2
	“O único real obstáculo é a vontade dos EE em participar, que pode ser pouca ou nenhuma!” <b>UR16</b> ;	E3
	“Talvez a realização de plenários onde se debatessem temas no âmbito de todo o processo escolar. Como dinamizadores, estariam professores, pais, psicólogos, sociólogos, entre outros profissionais e técnicos de Educação” <b>UR18</b>	E4

De acordo com Marques (2001):

O envolvimento parental como uma variável importante no processo de melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos (...), embora tenhamos presente os benefícios do envolvimento parental na vida na escola, consideramos que há zonas que devem estar reservadas aos professores e que devem ficar privadas da interferência exterior. (p.13)

A participação e o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus filhos/educandos, é principalmente benéfica na maioria dos casos, pois assim conseguem aferir e interiorizar algumas medidas de apoio e acompanhamento para os seus educandos, no sentido de os ajudarem em casa com alguns trabalhos de casa, e principalmente no apoio ao estudo, onde os alunos deveriam possuir um organizado e metódico acompanhamento por parte de toda a família. Tal como nos refere o diretor de turma **E3 (UR11)**.

Todos os diretores de turma entrevistados concordam que os pais e encarregados de educação deveriam ir e participar mais nas atividades da escola. Muitas vezes não querem ir à escola ouvir coisas menos boas acerca dos filhos, ou por causa das notas, ou devido ao comportamento ou até mesmo faltas injustificadas. Os pais como não conseguem moldar este tipo de atitudes por parte dos educandos, simplesmente não comparecem às reuniões, que eram do maior interesse para todos, tanto como ao aluno como para a família. O entrevistado **E3** diz-nos que “o único real obstáculo é a vontade dos E.E. em participar, que pode ser pouca ou nenhuma!” **(UR16)**.

No que respeita aos documentos da escola, Projeto Educativo, os pais têm um pequeno papel neste processo, dando sempre a sua opinião e também algumas sugestões sempre que seja necessário. O **Quadro 12** abaixo indicado, demonstra isso mesmo:

**Quadro 12** – Indicador “Projeto Educativo”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Projeto Educativo	“Os pais tiveram conhecimento do projeto educativo dando a sua opinião sempre que necessário” <b>UR19</b> ;	E1
	“O Projeto Educativo reforça o papel importante, de acompanhamento e de responsabilização no processo” <b>UR21</b> ;	E2
	“No conselho de escola estão representados os pais/encarregados de educação, os quais são chamados a pronunciar-se sobre o projeto educativo para o aprovar” <b>UR22</b> ;	E2
	“O Projeto Educativo considera 4 dimensões de intervenção para o triénio 2010-2013, sem, contudo definir prioridades. Ainda assim o objetivo 25 prevê o seguinte:	E3



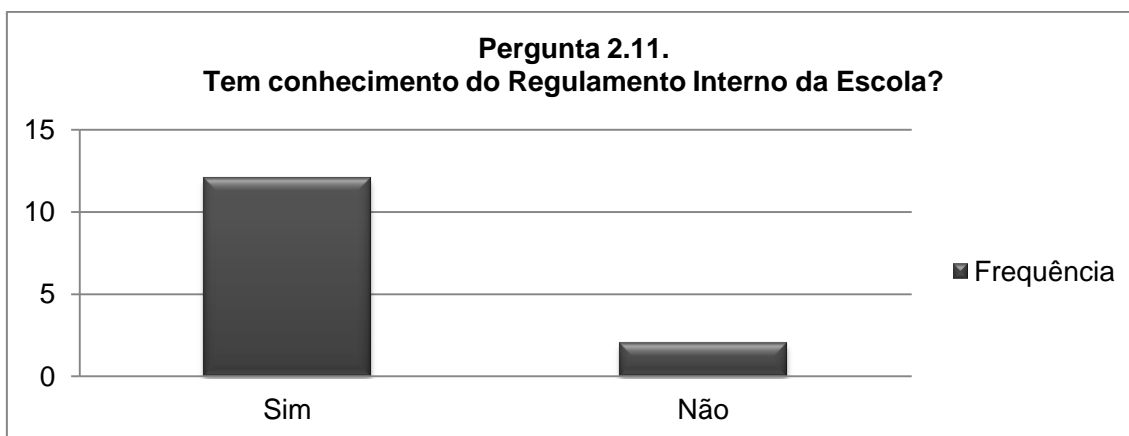


Figura 7 – Conhecimento do Regulamento Interno da Escola

Questionados à pergunta: “Tem conhecimento do Regulamento Interno da Escola?”, os encarregados de educação responderam na sua maioria que *Sim*, apenas dois inquiridos responderam que não.

### 3. DIRETOR DE TURMA

Nas palavras de Diogo (1998, p.32), “as relações da criança com a escola são racionais, transitórias e pessoais, enquanto que as relações do DT com a criança podem ser personalizadas e emocionais (...)”.

Desta forma, os diretores de turma vieram simplificar a vida escolar assim como o diálogo entre escola-família. Os diretores de turma entrevistados, não deixam de referir, o quão importante esta “tarefa” é, consideram que ajudam e que são a “ponte” entre as famílias dos alunos e a escola. Como poderemos verificar no **Quadro 13** abaixo apresentado:

**Quadro 13** – Indicador “Ajuda”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Ajuda	“Um pouco, no entanto há assuntos sigilosos” <b>UR21</b> ;	E1
	“ (...) verei se poderei ter algum papel nesse sentido. Não considero, no entanto, que me deva imiscuir em questões da esfera privada” <b>UR26</b> ;	E2
	“É através do DT que a escola tem acesso a informações que não transparecem forçosamente nos documentos escritos e que podem ajudar a resolver problemas ou a encaminhar e procurar soluções mais adequadas a cada caso” <b>UR22</b> ;	E3

	<p>“ Como DT, mas, essencialmente, como seres humanos solidários não posso deixar de tentar ajudar a resolver aquilo que está ao meu alcance, ainda que tenha que desencadear processos difíceis e morosos, mas que poderão ajudar o aluno ou a família em questão” <b>UR25.</b></p>	<p>E3</p>
--	--	-----------

Como já foi referido anteriormente, Marques (2001, p.12) refere que “os pais são os primeiros educadores, (...), os professores são os parceiros insubstituíveis na assunção dessa responsabilidade. Como parceiros devem unir esforços, partilhar objetivos e reconhecer a existência de um mesmo bem comum para os alunos (...)”. Ou seja, é fundamental para os alunos que os professores e pais estejam em perfeita sintonia, visto que o único grande objetivo que se pretende tirar partido, é, a da progressão, aprendizagem, desenvolvimento do aluno, sem nunca lhes criarem prejuízos e preocupações, que não tenham a ver diretamente com a sua vida escolar.

Para Diogo (1998, p.30), “a direção de turma ocupa um lugar vital na comunidade escolar, tendo como principal preocupação o desenvolvimento pessoal de cada aluno e a sua plena socialização (...)”.

Os diretores de turma aparecem aqui, como intermediário entre a escola e a família dos alunos. São eles que têm que estar atentos aos vários casos que os alunos possam apresentar, de forma a ser muito mais fácil o conhecimento mais aprofundado de cada aluno, sendo desta forma muito mais fácil, procurar soluções, conhecer o desenvolvimento e o progresso dos alunos de uma turma, do que os professores conhecerem todas as características de todos os alunos das suas turmas.

O entrevistado **E3** refere que apesar de todas as burocracias que possam existir em todo o processo de ajuda de um aluno, vai até ao fim, com a simples finalidade de ajudar não só o aluno (ajudando-o diretamente), mas também os pais/encarregados de educação, que muitas vezes não sabem o que fazer com os problemas dos educandos, e muito menos serem capazes de procurar soluções dignas e adequadas aos seus casos. “Como DT, mas, essencialmente, como seres humanos solidários não posso deixar de tentar ajudar a resolver aquilo que está ao meu alcance, ainda que tenha que desencadear processos difíceis e morosos, mas que poderão ajudar o aluno ou a família em questão” (**UR25**).

No inquérito por questionário aplicado aos encarregados de educação, uma pergunta que dividiu os pais, foi a frequência com que se efetua a comunicação entre a escola e a família, à qual responderam na sua maioria, que eram chamados uma vez por período, sem nenhuma resposta na opção «nunca», o que demonstra que a comunicação entre escola e

família, pode não ser tão pontual quanto se desejaria, mas que ainda existe. Poderemos verificar esta situação, através do **Figura 8**, abaixo apresentado:

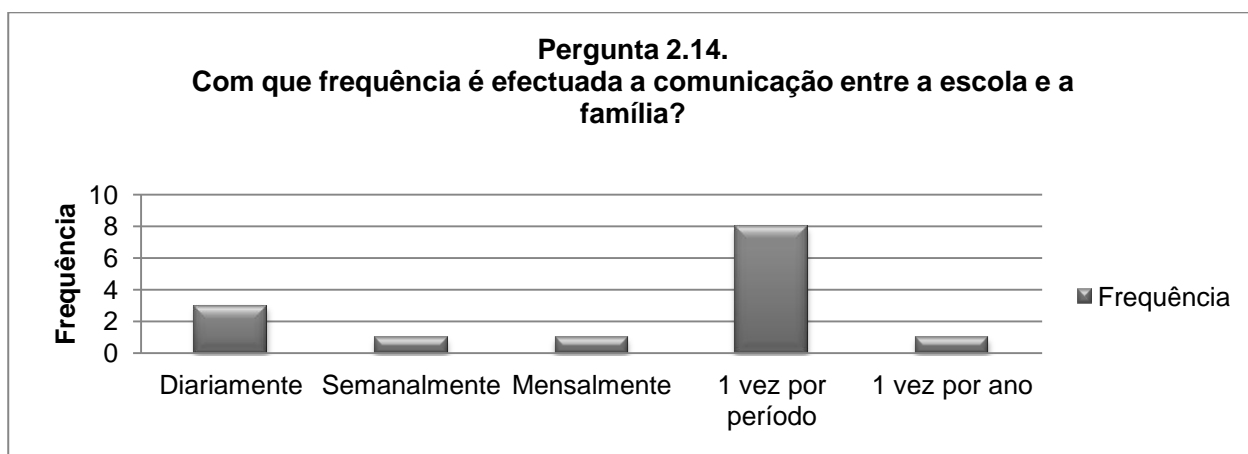


Figura 8 – Frequência da comunicação entre a escola e a família

Os pais e encarregados de educação consideram que existem motivos para os quais nem sempre consigam, estar presentes nas reuniões e convocatórias efetuadas pelo diretor de turma e pela própria escola. Muitas das vezes o seu trabalho é impeditivo de comparecer nas reuniões dos seus educandos. Nos inquéritos aplicados aos encarregados de educação, a maior parte respondeu que o trabalho é o motivo mais forte para faltarem às reuniões de pais, assim como a todas as outras atividades que se desenrolem no âmbito escolar. A **Figura 9** é símbolo disso:

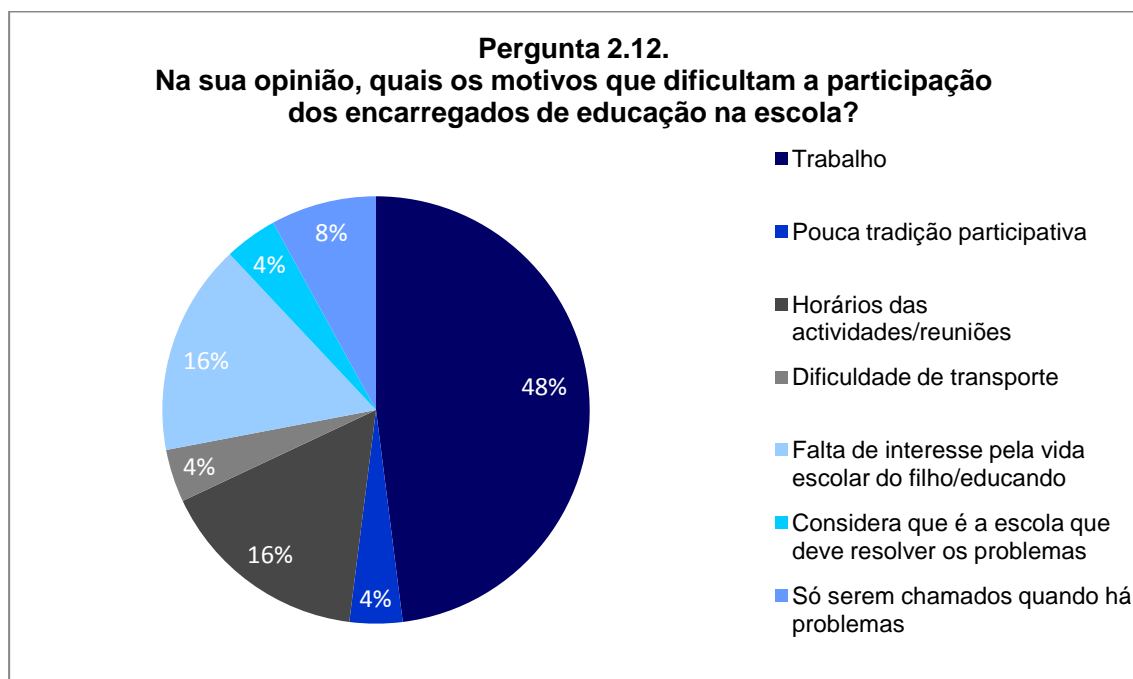


Figura 9 – Motivos que dificultam a participação dos encarregados de educação na escola

Em segundo lugar, com mais encarregados de educação a responderem, foi os horários em que as reuniões se realizam, com 16% das respostas, assim como a falta de interesse pela vida escolar do filho/educando.

Este indicador é reflexo de que os pais como não conseguem acompanhar o ritmo escolar dos filhos e educandos há medida que vão passando de ano e conseqüentemente de nível de dificuldade, demitem-se desse papel, fazendo passar uma ideia de carência a nível escolar, visto que muitas das vezes o que se verifica é o nível de instrução baixa por parte dos pais, estes sentindo-se inferiorizados, vêm-se na impossibilidade de ajudar os seus educandos, descorando desta forma, o seu desenvolvimento e o progresso académico.

O entrevistado **E2 (UR25)** referiu que qualquer diretor de turma estava disposto e disponível, para receber e reunir com os pais e encarregados de educação que não o possam fazer no horário de atendimento, fixado logo no início do ano letivo. Para que os encarregados de educação possam comparecer a reuniões, com o objetivo de irem sempre acompanhando o percurso escolar dos seus filhos/educando.

De forma a colmatar, um menor apoio em casa, os diretores de turma tentam assim desta forma, conseguir chegar à maior parte das famílias da sua turma de direção de turma. O **Quadro 14** apresenta-nos isso mesmo:

**Quadro 14** – Indicador “Disponibilidade”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Disponibilidade	<p>“Sempre que haja um horário disponível para ambas as partes” <b>UR22;</b></p> <p>“Na escola, os diretores de turma têm toda a disponibilidade para receber os encarregados de educação, individualmente, fora do horário de atendimento. Também nas reuniões com outros encarregados de educação, as informações particulares sobre cada aluno são dadas individualmente depois de terem sido transmitidas as informações de carácter geral, para todos” <b>UR25.</b></p>	E1  E2

Para Formosinho et al, (1988 citado por Diogo 1998, p.30), inicialmente era “(...) previsto um maior reconhecimento dos papéis do DT (Diretor de Turma), designado por «orientador educativo de turma» (OET). A direção de turma ocupa um lugar vital na comunidade escolar, tendo como principal preocupação o desenvolvimento pessoal de cada aluno e a sua plena socialização.

Um outro assunto bastante importante para o bom desempenho e desenvolvimento dos alunos na escola, tem a ver com o facto de existir ou não, um bom acompanhamento e apoio em casa dado pelos pais. Muitas vezes, os pais e encarregados de educação no sentido de conseguirem acompanhar e auxiliar os educandos na escola, procuram o diretor de turma, no sentido de lhe pedir conselhos para os conseguirem apoiar diariamente em casa.

Os encarregados de educação, no inquérito aplicado, referem exatamente isso. A necessidade de um maior apoio nos trabalhos de casa, como poderemos apurar na **Figura 10**:

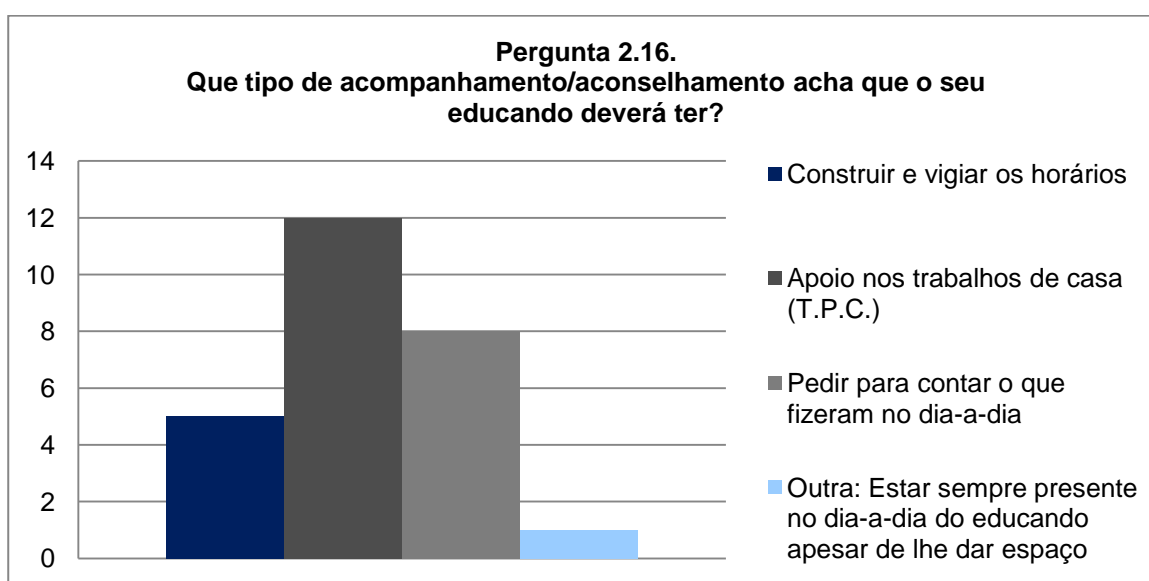


Figura 10 – Tipo de acompanhamento e aconselhamento para os educandos

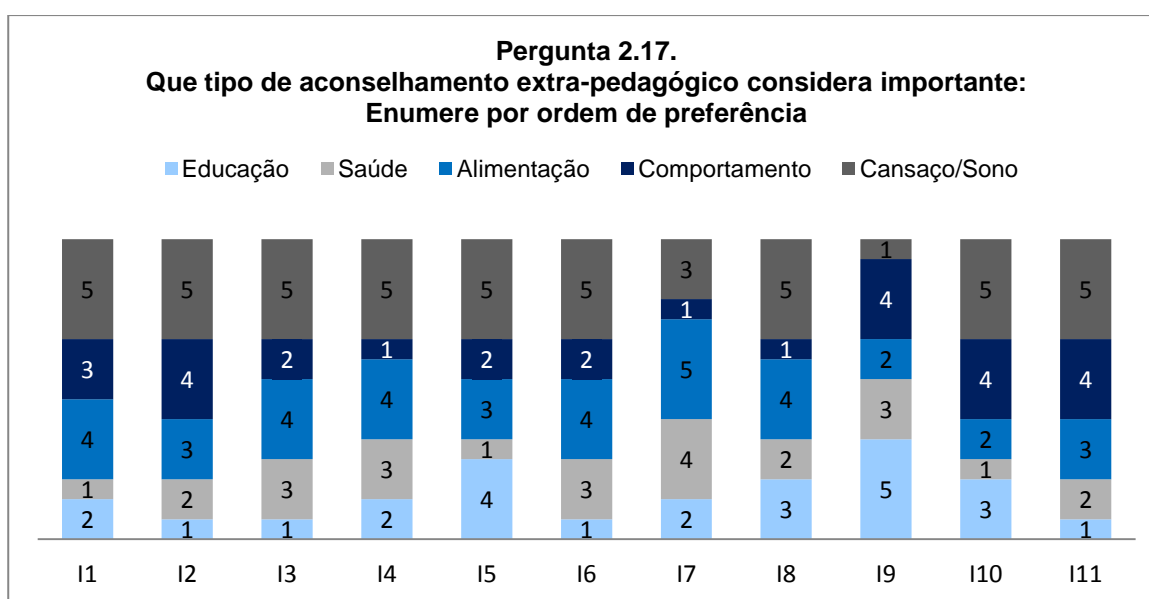


Figura 11 – Aconselhamento extra-pedagógico

O **Quadro 15**, abaixo apresentado, faz referência a importantes indicações que os DT poderão dar aos pais:

**Quadro 15** – Indicador “Apoio em casa”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Apoio em Casa	<p>“Sim, todos os anos o faço várias vezes” <b>UR24</b>;</p> <p>“Sim, quando se dá a indicação de que os encarregados de educação devem verificar se os alunos estudam em casa, se fazem os trabalhos de casa, se chegarem a horas à escola (...), estão-se a indicar formas concretas de apoiar os educandos em casa” <b>UR27</b>;</p> <p>“Muitas vezes. Por vezes, são os próprios EE que solicitam essa ajuda ou pedem conselho sobre a melhor forma de ajudar os educandos. Quando isso não acontece, tento sempre sensibilizá-los para a sua responsabilidade em acompanhar os filhos ou educandos em casa (...)” <b>UR 26</b>;</p>	<p>E1</p> <p>E2</p> <p>E3</p>

Os entrevistados **E1 (UR24)**, **E2 (UR27)** e o **E3 (UR26)**, referem que eles próprios dão indicações importantes aos pais e encarregados de educação, para poderem ajudar os seus filhos e educandos em casa, com os trabalhos que eles trazem para fazer em casa.

Na **Figura 11** acima representado, estão enumerados os tipos de aconselhamento que os pais e encarregados de educação consideram ser os mais importantes no desenvolvimento dos seus educandos. Esta é uma forma eficaz de conseguirmos perceber os temas aos quais os pais dão maior relevância no crescimento emocional, afetivo e cognitivo dos seus filhos.

É fundamental encontrar soluções de suporte e de ajuda entre o aluno e a sua família, é essa a função dos diretores de turma. Para o **E3 (UR23)**, é “ (...) através de um contacto mais direto e envolvido com os alunos e as suas famílias. O DT pode ajudar os restantes colegas a melhor entender certas situações, de modo a procurarem em conjunto, as medidas mais adequadas”.

Nas palavras de Villas-Boas (2001):

Todas as crianças num momento ou noutro, sentem dificuldade, quer no processo de aprendizagem escolar, quer nas tarefas que lhes são exigidas, existe a necessidade de que alguém apoie a criança nesses momentos e lhe restitua a confiança nas suas capacidades. (p.55)

Apenas com um objetivo, o sucesso gradual, equilibrado e positivo dos alunos.

#### 4. REUNIÃO DE PAIS

Ao realizarmos as entrevistas aos diretores de turma, e também com algumas conversas que fomos obtendo por parte de alguns pais e encarregados de educação, conseguimos perceber que é bastante importante as reuniões de pais, tendo estas quase a percentagem total de encarregados de educação nas reuniões. Este facto tem a ver de nos últimos anos letivos, o horário em que as mesmas são realizadas, ou seja, depois do horário de trabalho dos pais (17h30m-18h30m). O que leva deste modo a uma maior adesão de participação por parte de toda a comunidade educativa.

Nos últimos anos tem-se verificado uma maior aproximação por parte dos pais e encarregados de educação à escola. Nas palavras dos entrevistados, uma aproximação por parte da família à escola, tal como as presenças nas reuniões de pais, é fundamental e muito benéfica para todos os alunos, tal como nos anuncia o **Quadro 16**:

**Quadro 16** – Indicador “Aproximação”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Aproximação	“Sim, muito importantes” <b>UR25</b> ;	E1
	“Sem dúvida que as reuniões de pais no início/final do ano letivo, bem como as reuniões subsequentes às reuniões de final de período ou outras são fundamentais para uma aproximação entre a escola e a família” <b>UR28</b> ;	E2
	“São, de facto, o primeiro passo para essa aproximação” <b>UR27</b> .	E3

Brandão (1988, citado por Pereira 2008, p.71) “define envolvimento como um leque de interações entre a Escola e a Família desde a simples participação dos encarregados de educação em reuniões mais ou menos formais, até à execução de tarefas específicas na escola, em colaboração com os professores”.

No que toca a reuniões, estas, por norma, são apenas presenciadas pelos pais e encarregados de educação sem a presença dos alunos e neste caso educandos. Muitos diretores de turma não aceitam que os alunos assistam às reuniões de pais, e esta é uma questão bastante ambígua, e que nas palavras de muitos, poderá trazer coisas benéficas e coisas menos boas, tal como nos mostra o **Quadro 17** abaixo mencionado:

**Quadro 17** – Indicador “Reuniões”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Reuniões	<p>“Por vezes os alunos também vão às reuniões, há uma maior interligação e apoio” <b>UR26</b>;</p> <p>“(…), muitas vezes os alunos estão também presentes, o que os torna mais conscientes e conhecedores de todas as questões” <b>UR29</b>;</p> <p>“Não sou partidária da junção de pais/filhos nessas reuniões (...) a reunião em si é um espaço para os adultos analisarem os percursos escolares dos alunos, de uma forma geral. Quanto à parte específica de cada aluno, deve ser tratada em particular, depois do plenário ou em hora a combinar na semana da reunião” <b>UR28</b></p>	<p>E1</p> <p>E2</p> <p>E3</p>

Com o avançar do projeto e com algumas idas à escola em estudo, podemos constatar que nenhum diretor de turma tem como norma ou regra institucionalizada os alunos participarem na reunião de pais e encarregados de educação. Esta é apenas entre adultos, ou seja entre os professores e os encarregados de educação. Quando se pede uma escola que “forme” cidadãos capazes de agir e atuar em sociedade, é dever da escola ajudar todos os seus alunos, tomarem consciência logo desde o início e em todas as situações da sua responsabilidade na sociedade vindoura.

Nas entrevistas que obtivemos com os diretores de turma, nesta questão, nem todos estavam de acordo com a junção dos educandos nas reuniões. Para os entrevistados **E1 (UR26)** e **E2 (UR29)**, esta é uma forma de se criar uma maior interligação entre os alunos, os pais/encarregados de educação e os professores/diretor de turma, o que, por sua vez, os torna mais conscientes e conhecedores da realidade educativa.

O entrevistado **E3 (UR28)** referiu que não é partidária da junção entre pais e filhos/encarregados de educação e educandos, visto que as reuniões são lugares para adultos, e caso exista algum assunto mais específico e importante será tratado em particular com o aluno em hora a combinar.

## 5. DESAFIOS DOS DIRETORES DE TURMA

Quando questionados os entrevistados, sobre se teriam alguma consideração a fazer no final da entrevista, todos eles referiram aspetos muito importantes e benéficos para o

bom desempenho dos alunos na escola, o quão importante deve ser a relação da escola com a família e ainda a referência às horas semanais que os diretores de turma têm para receber os encarregados de educação, e que para estes entrevistados são insuficientes para conseguirem chegar a todos de uma forma equitativa. O **Quadro 18**, abaixo citado mostra a pergunta final dos entrevistados:

**Quadro 18** – Indicadores “Horas semanais e Relação Escola-Meio”

Indicadores	Unidades de Registo	Unidades de Contexto
Horas Semanais	“As horas semanais dadas aos DTs (90min) são insuficientes para tanta burocracia e problemas a tratar com as famílias e alunos” <b>UR28</b> ;	E1
Relação Escola-Meio	<p>“A relação escola-meio é fundamental. Quanto mais conseguida ela for, melhores serão os frutos para ambos os lados” <b>UR31</b>;</p> <p>“Acho que devo sintetizar a minha posição pessoal em relação ao assunto desta entrevista: penso que a relação escola-família é essencial para um bom funcionamento da escola e para um bom desempenho e um sucesso pleno dos alunos, contudo a participação dos EE e pais deve cingir-se àquilo que lhes diz respeito diretamente: a vida escolar dos alunos e não transbordar para aspetos específicos da escola como a organização e a gestão escolares” <b>UR30</b>.</p>	E2 E3

Para o entrevistado **E1 (UR28)**, as horas semanais dadas aos diretores de turma são insuficientes para tratarem de tantos assuntos ligados com os alunos e as suas famílias. Para que todos tenham um apoio eficaz e útil é necessário, que tenham mais tempo para a sua direção de turma, com vista a poderem satisfazer todas as necessidades de que estes alunos necessitam, assim como as suas famílias. Isto porque, os diretores de turma também têm a oportunidade de poderem ajudar em simultâneo os alunos e as suas famílias de modo a que estas os consigam ajudar em casa.

Para **E2 (UR31)**, volta a reforçar a ideia de que a relação escola-meio é fundamental, visto que quanto mais reforçada e conseguida ela for, melhor são os frutos no final do período e conseqüentemente no final do ano letivo. Já o **E3 (UR30)** afirma que apesar de ser extremamente benéfica e positiva esta “parceria”, contudo a participação dos pais/encarregados de educação deverá apenas cingir-se àquilo que lhe diz diretamente respeito, ou seja, a educação dos filhos assim como o seu percurso académico, sem nunca interferir em aspetos específicos da escola assim como da organização e gestão escolar.

# CONCLUSÕES

---

## 1. SÍNTESE DE RESULTADOS

Focando-nos na análise aos inquéritos por questionário, podemos referir que apesar de existir ainda uma grande lacuna ao nível da relação escola-família, existe por parte dos pais e encarregados de educação um interesse nas atividades desenvolvidas na e pela escola, o que revela uma crescente atenção que os encarregados de educação dão a estes assuntos. Muitas das vezes os pais só comparecem na escola, quando são solicitados para alguma reunião (no final do período) ou para outro tipo de assunto, sendo as idas voluntárias à escola um pouco escassas.

É função da escola em parceria com os pais e encarregados de educação, atenuar as assimetrias sociais que vão surgindo ao longo do processo educativo. Pois é fundamental proporcionar condições a todos os alunos para que eles consigam desenvolver e percorrer o seu próprio caminho escolar.

Existe, na literatura sobre a relação escola-família, uma tendência para contrabalançar as exigências dos pais com os interesses profissionais dos professores. A escola deve responder melhor às necessidades e interesses dos pais. No entanto, os pais/encarregados de educação também devem ter um papel mais significativo. Neste sentido também devemos querer ter pais mais responsáveis e informados. Pereira, (2008, p.251).

Ao longo do estudo, fomos verificando que, para estes professores e diretores de turma era essencial, compreenderem e perceberem como se ajustava a turma à realidade escolar, e como os seus encarregados de educação encaravam esta situação de existir uma maior e aberta proximidade entre as famílias, professores e escolas. Aqui a participação dos pais é fundamental. Eles têm que estar em estreita ligação com a escola e com os próprios alunos, para que tudo funcione numa cuidada articulação entre estes três distintos polos.

De acordo com os resultados, os pais vão à escola por norma uma vez por período (43%), talvez para a reunião final do 1.º, 2.º e 3.º período, sendo que 36% vai uma vez por ano e apenas 7% vai uma vez por semana à escola. É notória uma crescente preocupação por parte dos pais em participar em atividades ligadas à escola e à comunidade escolar no geral, de forma a existir uma maior interação entre todos.

Esta escola alvo do estudo tenta criar estratégias para lidar com adversidade, criando interesse e expectativas nos alunos, de forma a incutir-lhe, interesse, motivação, respeitando as diferentes capacidades de aprendizagem de cada um. Isto acontece ao nível das várias aulas que acontecem fora do horário escolar, em que os professores também eles fora do seu horário escolar, predispõem-se em dar aulas extra a todos os alunos motivados e empenhados em aprender e consolidar toda a matéria que foi dada em aulas anteriores, e aperfeiçoar o método de estudo em todas as disciplinas. Tudo isto, com a

finalidade de ajudar os alunos a adquirirem interesse e proveito de tudo o que se passa no meio escolar, respeitando as suas diferentes capacidades de aprendizagem.

Os diretores de turma aparecem nesta escola com um papel fundamental e muito importante na coesão lógica de toda uma comunidade educativa. São eles, o elo de ligação, fomentam a união entre a escola e a família, tentando “extrair” o que de melhor estas duas instâncias poderão dar e acima de tudo, transmitir. Estes têm acesso aos mais diversos dados sobre o aluno e as respetivas famílias, podendo neste caso, aprofundar cada caso, com o objetivo de ajudar, caso haja necessidade, podendo posteriormente, se necessário, pedir informações adicionais ao conselho executivo.

Ao longo do trabalho, com a aplicação dos questionários e as entrevistas, pudemos concluir que os pais/encarregados de educação estão descontentes com os horários em que se realizam as reuniões e algumas das atividades (29%), que deveriam ser para os pais, e que muitas vezes não acontece por falta dos mesmos. O motivo que dificulta em grande escala é o trabalho dos encarregados de educação (86%), pois muitos não podem sair mais cedo para ir às reuniões, às quais são convocados, chegando muitas das vezes a faltarem, por falta de coordenação horária.

Os diretores de turma entrevistados também referem esta, como uma lacuna a preencher e a colmatar, visto que estes chegam mesmo a marcar as reuniões e as horas de atendimento fora do horário letivo (hora de almoço e final da tarde), para conseguirem desta forma, reunir com os encarregados de educação, pois é de extrema importância que eles compareçam e tomem conhecimento e contacto com todo o processo escolar do seu educando.

O envolvimento parental é tão preciso nas escolas de hoje em dia. É necessário um crescente acompanhamento desta realidade, tanto por parte da família como da própria escola, mantendo um diálogo cooperante e transparente, entre estes dois agentes, sobre o percurso individual de cada educando, tendo apenas um único e só objetivo, o sucesso académico de todos os alunos. Muitas das vezes deparamo-nos com barreiras que não nos permitem aproveitar os benefícios que este envolvimento engloba. Barreiras essas que têm a ver com a natureza da relação que se estabelece com a criança na escola e, desta com a família; com a desconfiança, especialmente quando há desigualdades na classe social ou de raça, e ainda com, as características das diferentes escolas e professores.

Para Pereira (2008, p.252), “as relações escola-família não podem ser vistas em termos de poder/competência, mas apenas numa perspetiva de colaboração mais profunda, a parceria. O envolvimento dos pais converte-se, assim, numa variável importante na melhoria da qualidade de ensino”. Deve existir continuidade entre o mundo da escola e o da família, sem existir desta forma, rutura cultural e dos seus valores, e acima de tudo, onde o

diálogo entre todos os agentes e parceiros educativos envolva persistência e espírito de missão.

Os resultados obtidos, quer através das entrevistas realizadas aos diretores de turma, quer através dos inquéritos por questionário, quer da revisão da literatura, sugerem que é preciso fomentar e incitar novos projetos que assentem em realidades concretas e que os mesmos sejam envolventes para toda a comunidade educativa (família e escola). É necessário e urgente corresponsabilizar todos os intervenientes nesta ação e ajudá-los a ultrapassar os preconceitos e os obstáculos que vão surgindo ao longo deste longo e moroso processo que é o envolvimento parental nas escolas portuguesas.

Primeiramente teremos que dar prioridade a uma boa relação escola-família e família-escola. É imprescindível que exista esta união! Para que se consiga passar para as etapas seguintes (relação escola-aluno e aluno-professor), é que o processo fica completo, para que se consiga estabelecer uma ligação entre todos estes agentes é fundamental passar por todas as anteriores etapas, não podendo desvalorizar nenhuma, sendo todas elas importantes ao bom desenvolvimento e progresso educativo do aluno.

Somente quando todo este processo estiver concluído é que se deve passar para os conteúdos programáticos, sendo eles, que constituem a maior fatia neste processo de ensino aprendizagem.

Porém, o que poderemos afirmar é que continua a haver uma grande desarrumação, em torno de toda esta temática. Apesar de os pais/encarregados de educação terem um maior crédito na envolvência escolar dos educandos, parece continuar a existir um certo desprendimento, em termos pedagógicos, e pouca recetividade por parte dos professores, apesar de estes referirem nas entrevistas, estarem disponíveis para em conjunto conseguirem ultrapassar os obstáculos que vão surgindo ao longo dos anos letivos, com o principal e único objetivo de conseguirem encontrar a união certa entre todos eles.

É pois, neste contexto que estreita a necessidade de encontrar alternativas e estratégias que aproximem estas duas realidades, de modo a que os alunos possam beneficiar desta parceria. O diretor de turma aparece aqui, como intermediário de uma construção que necessita de uma base sólida entre a escola e a família, por forma a apoiar e ajudar a que cada vez mais exista uma relação de proximidade e não de afastamento.

A escola não pode continuar fechada sobre si mesma como o símbolo de todo o conhecimento, porque tem fragilidades que têm que ser ultrapassadas. A cooperação não pode ser só desejada, ela tem que ser aceite tanto pelos pais como pelos professores. Para Pereira (2008, pp.252-253), “o envolvimento deve ser planeado e continuado de acordo com estratégias adequadas, por forma, a promover a formação necessária de todos os

intervenientes no processo educativo, principalmente, junto das famílias que mais necessitam”.

Em síntese, sendo a escola uma estrutura indispensável é urgente que esta eduque os alunos, de forma a prepará-los para uma sociedade capaz, digna e justa. A escola deve ser um local onde se ensina e se aprende, mas também onde deve existir ajuda, cooperação, descobertas, amizades, brincadeiras, ou seja, a escola não deve ser estanque, tendo apenas o sentido de ensinar, deve sim ensinar, todo um conjunto de informações essenciais que leve a um bom desempenho final por parte do aluno. O trabalho que é começado em casa com as famílias deve continuar na escola e vice-versa, pois esta é uma tarefa conjunta e que deve ser desenrolada em perfeita união, para que as competências que são pedidas às crianças sejam aplicadas com uma maior exatidão.

Todo este conjunto de práticas parentais têm que se exigidas de acordo com a escolaridade dos alunos, de acordo com a sua estrutura e núcleo familiar e fundamentalmente de acordo com o contexto onde a escola e a criança estão inseridas, pois todos estes fatores influenciam em grande escala, não só o envolvimento parental na escola como o próprio progresso, crescimento e desenvolvimento da criança.

Envolver as famílias na elaboração da proposta pedagógica pode ser uma das metas da escola, que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina e progresso dos seus educandos. É facto que a família e a escola representam pontos de apoio e sustentação ao ser humano e marcam a sua existência. A parceria família-escola precisa de ser cada vez maior, pois quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos serão os resultados na formação da própria criança.

Torna-se necessária a parceria de todos para o bem-estar do educando. Cuidar e educar envolve estudo, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor de todos os responsáveis pelo processo, que é dinâmico e está sempre em crescimento, evolução e aperfeiçoamento.

## **PROPOSTA DE AÇÃO**

Com base no que foi elaborado ao longo do trabalho/estudo, é fundamental referir que a existência de uma escola de pais era necessário e muito urgente nesta escola. Assim sendo apresentaremos um conjunto de propostas que poderão vir a reforçar a existência de uma união mais acessível para todos os agentes educativos:

- Criação de uma **Escola de Pais**, onde existissem diversas palestras e formações nos mais variados temas: educação, saúde, alimentação, trabalhos de casa, comportamento, abandono escolar. Para isto eram, reunidas as condições de forma

a criar-se uma sessão de esclarecimento no final de cada período (1.º, 2.º e 3.º) sobre um determinado tema que fosse do interesse da escola e de outros agentes educativos envolvidos no processo. Esta ação poderia ter a participação de toda a comunidade, incluindo não só pais e encarregados de educação daquela escola, mas também pais e encarregados de educação com educandos noutras escolas e em outros níveis de ensino;

- Um **alargamento horário para as horas das reuniões** de final de período, pois as horas a que estas se realizam, não têm uma comparência razoável dos pais, devido ao seu horário de saída do emprego. É fundamental que se faça jus a esta proposta, pois, muitas vezes, os pais como não conseguem sair do seu local de trabalho mais cedo, acabando mesmo por pôr um pouco de parte a vida académica dos seus educandos.
- **A participação dos alunos/educandos nas reuniões** de final de período com os encarregados de educação e o diretor de turma. Esta é uma questão um pouco pertinente e ambígua. Uns professores consideram ser benéfico para os alunos, pois são eles os principais beneficiários destas reuniões, fazendo todo o sentido assistirem à reunião, outros consideram ser prejudicial, pois estas reuniões servem unicamente para os diretores de turma informarem os encarregados de educação da situação educativa que o seu educando se encontra naquele momento, assim como as faltas, o comportamento, as notas, o trabalho desenvolvido ao longo do período. Consideramos que, no contexto onde esta escola se insere, é importante os alunos participarem nas reuniões de final de período, visto que os maiores interessados são eles próprios, fazendo todo o sentido poderem ouvir o que o diretor de turma tem a dizer sobre a sua caminhada ao longo do período, podendo ainda defender-se e esclarecerem situações que tenham surgido mais rapidamente, evitando novas marcações de reuniões, poupando desta forma algum tempo aos diretores de turma e encarregados de educação;
- **Promoção da comunicação entre a escola e a família** onde se estabeleça sistemas de comunicação bilateral, procurando disponibilizar canais de comunicação diversos (reuniões de pais, reuniões individuais com a família, contactos telefónicos, e-mail) para que, se consiga alcançar um maior número de famílias. A comunicação deve ir para lá das dificuldades escolares de comportamento e de avaliação do aluno. As reuniões de pais e encarregados de educação devem ser clarificadoras do regulamento interno, do projeto curricular de

turma e ainda do projeto educativo de escola. As reuniões particulares com os pais devem facultar informações concretas e objetivas acerca do progresso e dificuldades do aluno e de como os pais podem ajudar os seus educandos a ultrapassar essas todas as contrariedade e os obstáculos que vão surgindo ao longo do ano letivo. Os pais têm o direito de serem igualmente utilizadas para conhecer um pouco melhor todo o núcleo familiar e todas as suas necessidades e carências;

- **Envolver os pais e encarregados de educação em atividades desenvolvidas em casa**, com o propósito de ajudar de uma forma mais benéfica os seus educandos. Para que os pais consigam ajudar os filhos nas atividades escolares, tais como os trabalhos de casa, é necessário que os professores os informem acerca da situação dos seus educandos. Só conseguirão ajudar plenamente e utilmente os seus educandos se o seu objetivo for o de os monitorizar e os encorajar para todo o tipo de trabalho que é desenvolvido na escola e mais especificamente na sala de aula. Ou seja, os professores e os pais/encarregados de educação poderão construir aqui uma forte aliança sob a forma de reforçar o trabalho de uns e de outros tendo mais probabilidades de estabelecerem uma relação de confiança e um clima de cooperação. Quando as interações entre a escola e a família aumentam, os pais percecionam a escola e os seus profissionais de forma mais positiva, entendendo desta forma, melhor as políticas da escola e a ação dos professores e conseqüentemente dos diretores de turma, acompanhando melhor os progressos dos seus filhos/educandos.

## LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Ao longo da realização deste trabalho, talvez a maior limitação foi, sem dúvida, o facto de ter sido estudada unicamente uma escola, tendo limitado em alguns aspetos o estudo, visto que apenas nos focalizamos nesta escola, não tendo assim objeto de comparação. A reduzida quantidade de inquéritos por questionários aos encarregados de educação recolhidos aos mesmos, foi uma outra limitação com a qual nos deparamos ao realizar a investigação. Pois foram distribuídos 30 inquéritos, e recolhidos, recebidos e analisados apenas foram 14 questionários. A dispersão geográfica e o não conhecimento destes 16 encarregados de educação inviabilizou a possibilidade de recolha destes inquéritos, que até hoje mais nenhum foi entregue a qualquer um dos diretores de turma entrevistados.

As referências bibliográficas constituíram uma outra limitação, visto que a área geográfica de residência, fica a mais de 100 km de Lisboa, ou seja, para a requisição bibliográfica acabou por ser um pouco limitador.

Uma outra limitação tem a ver com o facto de a investigadora ter pouca experiência neste campo de educativo, visto ter concluído a licenciatura há apenas 2 anos. Apesar de tudo, este processo foi conduzido com todo o nosso empenho, esforço e dedicação.

## **QUESTÕES EM ESTUDO PARA O FUTURO**

Este é um tema que tem muita investigação, mas o que é certo é que nos dias de hoje ainda existe uma grande lacuna por compreender no que toca à questão do envolvimento parental na escola, da relação da escola com a família ou até mesmo da participação dos pais e encarregados de educação no seio da comunidade escolar.

Uma educação para ser de qualidade, não pode ser só a educação que se transmite na escola pelos professores, deve existir sim, primeiramente uma educação dado pelos progenitores em casa, onde transmitam valores importantes e úteis para que as crianças e jovens os consigam aplicar no seu dia a dia, complementando-os com tudo o que de proveitoso e vantajoso aprendam em ambiente escolar.

Poderemos dizer que o papel da família e da escola se complementam nesta mesma função, a de ajudar a não só a desenvolver mas também a formar pessoas e cidadãos ativos e úteis na sociedade. Nas relações entre a Família e a Escola devem existir atitudes que deem lugar a uma parceria onde reine, o diálogo, o respeito, a verdade e a tolerância, a ser desenvolvidos como tendo um único objetivo, a finalidade educativa e o bom desenvolvimento e crescimento dos alunos.

Era fundamental que este estudo fosse aplicado em várias escolas e em várias zonas do país, com o objetivo de compreender o envolvimento parental e a relação escola-família em algumas escolas portuguesas. Tudo isto com a finalidade de ver algumas questões respondidas, e para que este tema comece a ser compreendido de forma positiva, e não como um assunto que cause estranheza e desconfiança. Pois, o grande intuito é ver o sucesso dos alunos sem que haja divergências entre todos os agentes educativos.

De futuro, gostávamos de ver respondidas questões e problemas como: a participação dos alunos nas reuniões de final de período; o impacto que a participação dos pais tem, nos órgãos de conselho pedagógico e conselho geral; ou até mesmo, de que forma os diretores de turma ajudam/auxiliam os pais, na medida em que estes, também possam ajudar os educandos com os trabalhos de casa, e ainda a estudarem para os testes e trabalhos de cada disciplina.

Em conclusão, cabe à escola, aos professores e ao diretor de turma ajudar a ultrapassar as barreiras e os obstáculos no seu dia a dia, de forma a que, este aluno se torne uma pessoa responsável e útil na sociedade atual.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

- Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em educação: Um guia prático e crítico*. Lisboa: Edições Asa.
- Alarcão, I. & Tavares, J. (1987). *Supervisão da prática pedagógica. Uma Perspetiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. Coimbra: Almedina.
- Alarcão, I. (1995). *Supervisão de professores e inovação educacional*. Aveiro: CIDINE.
- Barbosa, Á. (2006). *Relação de respeito*. Boletim IBDFAM, n.º 38, ano 6, p. 7, Maio-jun.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bassedas, E., et al. (1996). *Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Bogdan, B. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Breitman, S; Porto, A. C. (2001). *Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Campos, B. et al. (1996) (Org.). *Investigação e inovação para a qualidade das escolas*. Lisboa: Coleção Ciências da Educação.
- Campos, B. et al. (1996) (Org.). *Investigação educacional em Portugal*. Lisboa: Coleção Ciências da Educação.
- Chiavenato, A. (1987). *Teoria geral da administração*. S. Paulo, 3.º Ed. Vol.2.
- Chripino, A. (2004). *Mediação de conflitos: cabe à escola tornar-se competente para promover transformações*. Revista do Professor, Porto Alegre, ano 20, n.º 79, pp. 45-48, julho/setembro.
- Deshaias, B. (1992). *Metodologia da investigação em ciências humanas*; Lisboa: Instituto Piaget.
- Eco, U. (2009). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fonseca, A. et al. (2002) (Org.). *Comportamento antissocial e família: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Fontão, M. (1997). *Intervenção educativa ecológica num caso de risco ambiental*. In *trabalho final para a Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Especial*. Braga: U. M.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O inquérito – teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Leandro, M. (2001). *Sociologia da família: necessidades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.

Leite, C. (2002). *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas*. Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Lemos, V & Outros. (1992). *A nova avaliação da aprendizagem: O direito ao sucesso*. Lisboa: Texto Editora.

Martinez, D. (2005). *Mediación educativa y resolución de conflictos: modelos de implementación*. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas.

Meirieu, P. (1987). *Pédagogie et évaluation différenciées*. In C. Delorme (Ed.), *L'évaluation en questions* (pp. 149-163). Paris: Editions ESF.

Noronha, Z. & Noronha M. (1992). *Escola, conflitos: como evitá-los, como geri-los?* Lisboa: Escolar Editora.

Ortega, R. & Rey, R. (2002). *Estratégias educativas para a prevenção da violência*. Brasília: UNESCO, UCB.

Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.

Pereira, M. (2008). *A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso*. Universidade de Málaga.

Perestrelo, M. (2001). *Gerir a diversidade no quotidiano da sala de aula*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Pinto, T. & Henriques, F. (1999). *Co-edução e igualdade de oportunidades*. Lisboa: Coleção Coeducação.

Portugal, G. (1992). *Ecologia e desenvolvimento humano em Bronfenbrenner*, Aveiro: CIDINE.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Edições Gradiva.

Sá-Chaves, I. (Org.) (1997). *Percursos de formação e desenvolvimento profissional*. Porto: Porto Editora.

Tognhetti, L. R. P. (2002). *A construção da solidariedade: a educação do sentimento na escola*. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras/ FAPESP.

Vieira, F. (1993). *Supervisão – Uma Prática reflexiva de formação de professores*. Rio Tinto: Edições Asa.

## WEBGRAFIA

Wikipédia – recuperado em 2011, março 16, de  
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia>

Fausto Amaro - A Família Portuguesa: tendências atuais (julho 2004). Cidade Solidária.  
Recuperado em 2011, março 16, de  
[http://ww3.scml.pt/media/revista/rev\\_14/Familia\\_portug.pdf](http://ww3.scml.pt/media/revista/rev_14/Familia_portug.pdf)

A Escola Perfeita. Recuperado em 2011, março 23, 25 e abril 22, 27, 29, de  
<http://aescolaperfeita.blogs.sapo.pt/2814.html>

Fernandes, Domingos. Notas sobre os Paradigmas da Investigação em Educação.  
Recuperado em 2012, abril 17, de  
<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/Fernandes.pdf>

Ivan Roberto Capelatto. *Educação com Afetividade. Coleção jovem, escola solidária.*  
Recuperado em 2012, abril 27, de  
<http://www.facaparte.org.br/facaparte/biblioteca/EducomAfetividade.pdf>

Maria Isabel Carriço da Silva. *Diretor de turma e a gestão curricular no conselho de turma - consenso ou conflito? Estudo do papel do diretor de turma em contextos sociais distintos na região centro do país.* Universidade Portucalense (2004). Recuperado em 2011, maio 16 de  
<http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/150/1/TME%20356.pdf>

Funções e atribuições dos diretores de turma, 3.º ciclo do ensino básico, dossiers de apoio aos diretores de turma. Recuperado em 2011, abril 11, de  
[http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115131010401/Docentes/DireccaoTurmaApoio/TextosEnsbasico/4/4\\_DTfuncoes\\_1.pdf](http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115131010401/Docentes/DireccaoTurmaApoio/TextosEnsbasico/4/4_DTfuncoes_1.pdf)

Manuela Fontão. *Envolvimento parental: um modelo de corresponsabilização.* Centro de Formação Francisco de Holanda. Recuperado em 2011, março 18, de [http://www.cf-francisco-holanda.rcts.pt/public/elo7/elo7\\_50.htm](http://www.cf-francisco-holanda.rcts.pt/public/elo7/elo7_50.htm)

Hilda Maria Pereira da Rocha. *O envolvimento parental e a relação escola-família,* (2006). Recuperado em 2011, maio 19, de  
<http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2007001173>

Revista de saúde pública. *Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica*. ISSN 0034-8910, vol. 39, n.º 4 (2005), São Paulo.

Recuperado em 2011, fevereiro 19, de

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102005000400014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000400014)

O papel do professor e dos pais e a motivação dos alunos. Recuperado em 2011, fevereiro 19, de

[http://www.epaveiro.edu.pt/projetos/finalp/o\\_papel\\_do\\_professor\\_e\\_a\\_motivacao.pdf](http://www.epaveiro.edu.pt/projetos/finalp/o_papel_do_professor_e_a_motivacao.pdf)

Colégio Abolição. *O dever da família*. Recuperado em 2011, janeiro 29, de

[http://www.colegioabolicao.com.br/?secao=74339&id\\_noticia=227420&categoria=74922](http://www.colegioabolicao.com.br/?secao=74339&id_noticia=227420&categoria=74922)

Armanda Zenhas. *Ajudar os pais na criação de hábitos de estudo* (2008). Recuperado em 2011, maio 18, 28, 29 e junho 1, 7, de

<http://www.educare.pt/educare/Atualidade.Noticia.aspx?contentid=5899A281B6D2511FE0400A0AB8004F9C&opsel=1&channelid=0>

O Multiculturalismo. Recuperado em 2011, junho 18, 22, de

<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.anossaescola.com%2Fcr%2Ftestes%2Fraquelsantos%2FO%2520Multiculturalismo.ppsx&ei=ec4yT87oPMW08QOvIrSBBw&usq=AFQjCNGHHZxAA6Kv04PaSn-PVLhdhYs26Q>

Andreia Gripp. *Família: um serviço de amor à vida*. Recuperado em 2011, maio 19, de

<http://www.temporeal.org/matrimonio.html>

*Constituição da República Portuguesa* (1976). In Infopédia, Porto: Porto Editora, 2003-2011. Recuperado em 2011, maio 19, de

[http://www.infopedia.pt/\\$constituicao-da-republica-portuguesa-\(1976\)](http://www.infopedia.pt/$constituicao-da-republica-portuguesa-(1976))

## LEGISLAÇÃO

Despacho Normativo n.º 8/1992, de 9 de janeiro.

Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de janeiro. Diário da República – 1.ª série B, n.º 23, de 5 de janeiro de 2005.

Decreto-Lei n.º 372/1990, de 27 de novembro. Diário da República – 1.ª série, n.º 274, de 27 de novembro de 1990.

Decreto-Lei n.º 310/1993, de 9 de setembro. Diário da República – 1.ª série, n.º 212, de 9 de setembro de 1993.

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro. Diário da República – 1.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro de 2008.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. Diário da República – 1.ª série, n.º 79, de 22 de abril de 2008.

Decreto-Lei n.º 75/2010, 23 de junho. Diário da República – 1.ª série, n.º 120, de 23 de junho de 2010.

Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro. Diário da República – 1.ª série A, n.º 294 de 20 de dezembro de 2002.

Lei n.º 39/2010, de 2 de setembro. Diário da República – 1.ª série, n.º 171, de 2 de setembro de 2010.

## **ANEXOS**

---

## **Anexo A – Guião da entrevista semi-estruturada**

## **Anexo B – Grelha de análise das entrevistas**

## **Anexo C – Questionário aos pais e encarregados de educação**



## GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### Tema: Relação escola/família: suas implicações no processo de ensino-aprendizagem

#### **Objetivos:**

- Analisar/compreender a forma como a escola está organizada para receber e promover a participação dos pais e encarregados de educação;
- Identificar razões que levam os diretores de turma a chamar os pais e encarregados de educação e quais as estratégias que desenvolvem para incentivar a sua participação;
- Verificar se existem práticas de aconselhamento escolar e/ou extra-escolar.

<b>Designação dos blocos</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Formulário de perguntas</b>	<b>Observações</b>
<b>Bloco A Legitimação da entrevista e motivação do(a) entrevistado(a)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Legitimar a entrevista.</li><li>• Motivar o(a) entrevistado(a) para colaborar na entrevista.</li><li>• Garantir a confidencialidade das informações.</li></ul>	<p>1- Informar o(a) entrevistado(a) sobre o trabalho que está a ser realizado.</p> <p>2- Pedir a sua colaboração, informando que o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho.</p> <p>3- Assegurar o carácter confidencial das informações prestadas.</p>	<p>Tempo médio de duração previsto: 30-40 minutos.</p> <p>A entrevistadora deve responder e esclarecer todas as perguntas do(a) entrevistado(a), sem se desviar dos objetivos específicos dos blocos.</p>
<b>Bloco B Relação Escola-Família</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber em que meio se inserem as famílias;</li><li>• Compreender qual o papel que a escola deve ter hoje em dia;</li><li>• Entender qual a relação entre a escola-família;</li><li>• Depreender de que forma os pais participam na vida escolar dos filhos;</li><li>• Conhecer que tipo de atividades é que os pais e encarregados de educação mais participam;</li><li>• Perceber quem são os pais que vão à escola;</li><li>• Compreender que tipos de obstáculos existem, para a não participação dos pais na escola;</li></ul>	<p>1. Como considera o ambiente que se vive na escola onde leciona?</p> <p>1.1- Que conhecimento tem deste meio e das famílias dos alunos que frequentam a escola?</p> <p>2. Na sua opinião, que papel deve ter hoje a escola?</p> <p>3. Aqui nesta escola, como é a relação entre a escola e as famílias?</p> <p>3.1- Os pais participam com regularidade na vida escolar? 3.1.1- De que forma? 3.1.2- Como é feito o contacto com os pais?</p>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer o projeto educativo</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Que vantagens ou desvantagens encontra na participação dos pais/encarregados de educação?</li> <li>5. Na sua opinião, considera que a participação dos pais é sempre positiva? Ou não? Porquê?</li> <li>6. Em que atividades e/ou situações devem os pais participar?</li> <li>7. Quem são os pais que mais vêm à escola? <ol style="list-style-type: none"> <li>7.1- Quem toma a iniciativa?</li> <li>7.2- Em que atividades participam?</li> </ol> </li> <li>8. Quem são os pais que não vêm à escola? Porquê?</li> <li>9. Que iniciativas toma a escola para os chamar/envolver?</li> <li>10. Que obstáculos tem tido a escola para que os pais participem? <ol style="list-style-type: none"> <li>10.1- E o que tem facilitado a participação dos pais?</li> <li>10.2- O que deveria ou poderia ser feito para aumentar a participação dos pais?</li> </ol> </li> <li>11. Que prioridades a este nível contempla o projeto educativo de escola?</li> <li>12. Que participação tiveram os pais/encarregados de educação no projeto educativo de escola?</li> </ol>	
--	--	---	--

<p><b>Bloco C Diretor de Turma</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o papel de Diretor de Turma;</li> <li>• Ponte de ligação que existe entre pais/encarregados de educação-diretor de turma.</li> </ul>	<p>13. Na sua condição de diretor de turma, considera que pode contribuir para que a escola conheça melhor os alunos? Porquê?</p> <p>14. Considera que os diretores de turma, podem ajudar os professores a conhecerem melhor as famílias dos alunos?</p> <p>15. Que disponibilidade têm os diretores de turma em receber os encarregados de educação individualmente fora do horário de atendimentos pais?</p> <p>16. Como diretor de turma, considera que deve ter o “<i>papel</i>” de ajudar os alunos a resolver alguns problemas que eventualmente possam ter com as famílias/em casa?</p> <p>17. Já alguma vez deu a conhecer aos encarregados de educação formas concretas de apoiar os educandos em casa?</p>	
<p><b>Bloco D Reunião de Pais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perceber de que forma decorrem as reuniões de pais</li> </ul>	<p>18. Considera que as reuniões de pais no início/final do ano letivo são fundamentais para uma aproximação entre a escola e a família?</p> <p>19. Na sua opinião, considera que essas mesmas reuniões acima referidas deveriam ser realizadas com os pais e os alunos? Porquê?</p> <p>20. A escola faz reunião com os pais e divulga o projeto de turma de cada ano letivo e desafia os pais a participar?</p>	
<p><b>Bloco E Desafios aos diretores de turma</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolher informações complementares</li> </ul>	<p>21. Há alguma coisa que queira acrescentar às considerações que nos apresentou?</p>	<p>As reações não-verbais e as conotações linguísticas deverão também ser registadas, neste bloco nos anteriores e posteriores.</p>
<p><b>Bloco F Remate da entrevista</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agradecer ao (à) entrevistado(a) a sua colaboração</li> </ul>		

Muito Obrigado pela sua disponibilidade e compreensão!

## **GRELHA DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

TEMA: RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

### Bloco B – Relação Escola-Família

**Quadro 1** – Categorização das Respostas das Entrevistas

Temas	Categorias	Indicadores	Unidades de Registro	Unidade de Contexto
<b>Relação Escola-Família</b>	Participação	Ambiente	“Bom”; <b>UR1</b> “O ambiente que se vive na escola onde leciono é normal” <b>UR1</b> ; “ (...) ambiente calmo e tranquilo, propício à aprendizagem (...)” <b>UR1</b> ; “O ambiente na escola é agradável, favorável a um relacionamento saudável entre todos os elementos que a integram” <b>UR1</b>	E1 E2 E3 E4
		Instalações	“ (...) instalações não sejam as mais adequadas (...) pois a escola encontra-se em fase de obras” <b>UR2</b>	E3
		Desabafo	“ (...) os pais e encarregados de educação por vezes desabafam sobre a sua vida privada, por isso sei bastante da vida de alguns alunos” <b>UR2</b>	E1
		Famílias	“ O conhecimento que tenho do meio e das famílias dos alunos (...) provém das informações obtidas no âmbito da direção de turma, quer através dos encarregados de educação, quer através dos alunos ou veiculadas pelos diversos elementos dos conselhos de turma (...)” <b>UR2</b> ;	E2

			<p>“(…) conheço bem o meio e as características gerais das famílias dos nossos alunos” <b>UR3</b>;</p> <p>“Dado que desempenho o papel de D. de Turma já há muitos anos, tenho um conhecimento razoável do meio familiar e social a que os alunos pertencem” <b>UR2</b>;</p> <p>“(…) a relação entre a escola e as famílias está dentro da normalidade (…)” <b>UR5</b>;</p> <p>“A relação é bastante boa, uma vez que na maioria das turmas, há uma boa colaboração entre ambas as partes (…)” <b>UR6</b>;</p> <p>“Mais actividades lúdicas e práticas que envolvesse família/escola” <b>UR17</b>;</p> <p>“(…) a tomada de consciência por parte das famílias e da sociedade da extrema eficácia de uma boa colaboração escola-família” <b>UR18</b></p>	E3
				E4
				E2
				E3
				E1
				E3
	Competências	“(…) a escola deve ser o local onde os alunos aprendem conhecimentos e desenvolvem competências (…)” <b>UR4</b>	E3	
	Sociedade	“ Papel interventivo na sociedade” <b>UR3</b> ;	E1	
“(…) para se tornarem cidadãos capazes e conscientes do seu papel na sociedade” <b>UR5</b> ;		E3		
“Um papel que deve promover, essencialmente, a interação entre professores, alunos, E. de Educação e o meio envolvente” <b>UR3</b> ;		E4		

		Participação dos Pais	<p>“Sim, mas não tanto quanto desejável” <b>UR5</b>;</p> <p>“A participação dos pais no processo é fundamental. Eles são um vértice que tem que estar em estreita ligação com a escola e com os alunos (...)” <b>UR9</b>;</p> <p>“Nos últimos anos letivos, a participação tem sido maior e mais constante, porém não tem sido fácil entenderem que a sua participação na escola é essencial para o bom funcionamento da mesma” <b>UR5</b>;</p> <p>“Sim muito positiva, porque é de um conjunto de esforços que nasce o sucesso” <b>UR9</b>;</p> <p>“ A participação dos pais pode não ser positiva se estes não tiverem vontade de funcionar em conjunto, se não tiverem uma postura de colaboração” <b>UR11</b>;</p> <p>“As famílias participam através do encarregado de educação ou de quem o substitua, na vida escolar dos seus educandos” <b>UR8</b>;</p> <p>“Infelizmente, esta participação nem sempre é feita da forma mais correta, pois há pais que pensam que a escola é que deve dar educação e demitem-se dessa função, o que é verdadeiramente negativo para o sucesso dos alunos e de todo o processo escolar” <b>UR9</b>;</p> <p>“A participação deve ocorrer sempre que haja informações pertinentes sobre os alunos em particular ou a turma em geral, na planificação de actividades de complemento curricular” <b>UR12</b>;</p> <p>“Os pais que mais vão à escola são aqueles que mais têm noção do</p>	<p>E1</p> <p>E2</p> <p>E4</p> <p>E1</p> <p>E2</p> <p>E3</p> <p>E4</p> <p>E3</p> <p>E2</p>
--	--	-----------------------	---	---

		<p>seu papel na educação dos filhos, os que se sentem mais responsabilizados e os que percebem as exigências que lhe são colocadas” <b>UR13</b>;</p> <p>“Os pais que não organizam as suas vidas de modo a poderem ir à escola, apesar de os diretores se disponibilizarem a recebê-los noutros horários, desde que combinado, e os pais que estão demasiado ocupados com as suas “coisas” e menos com as dos filhos (...)” <b>UR16</b>;</p> <p>“Os pais mais participativos são os que têm mais habilitações literárias, os que acompanham efetivamente os seus educandos na vida escolar destes, os que são confrontados com o mau desempenho dos filhos e que mostrem real preocupação em ultrapassar problemas (...)” <b>UR13</b>;</p> <p>“Os pais dos alunos que não apresentam grandes problemas, tanto a nível do Aproveitamento como do Comportamento” <b>UR11</b>;</p> <p>“Falta de interesse de alguns pais, falta de tempo e cultura” <b>UR15</b>;</p> <p>“Os pais terem assento nos órgãos de maior importância da escola e participarem das decisões da escola” <b>UR18</b>;</p> <p>“Tem facilitado a participação dos pais (...) a marcação de reuniões com Encarregados de Educação após as 17.30 ou a disponibilidade dos diretores de turma em receber encarregados de educação fora das horas (...)” <b>UR19</b>;</p> <p>“A escola pouco mais pode fazer se os pais não se sentirem motivados a participar. Se houvesse sessões de formação para encarregados de educação, será que eles iam à escola?” <b>UR20</b>;</p>	<p>E2</p> <p>E3</p> <p>E4</p> <p>E1</p> <p>E1</p> <p>E2</p> <p>E2</p>
--	--	--	---

			“Facilita a participação dos pais, o facto de a escola fixar o horário das reuniões de final de período a partir das 17:30, o facto dos DTs marcarem a sua hora de atendimento em horário de almoço ou no final da tarde (...)” <b>UR17</b>	E3
		Ensino/Aprendizagem	“O papel que a escola deve ter hoje é o que sempre teve o ensino/aprendizagem, a ligação com o meio e a ponte com encarregados de educação e alunos (...)” <b>UR3</b> ;  “Actividades para as quais foram solicitados, nomeadamente reuniões de final de período. Para além destes encontros, deveriam participar em actividades que os alunos promovem em parceria com a comunidade escolar e entidades locais” <b>UR10</b>	E2  E4
		Ligação	“(…) a escola não pode substituir os pais mas deve funcionar em articulação com eles e eles com a escola, sempre de uma maneira próxima” <b>UR4</b> ;  “Só vantagens. Para haver uma boa articulação no trabalho com o aluno” <b>UR8</b> ;  “(…) tudo funciona bem com a articulação entre estes três polos (...), sem a participação dos pais, o trabalho desenvolvido não é plenamente conseguido” <b>UR10</b>	E2  E1  E2
		Reuniões	“Reuniões, poucos vêm voluntariamente” <b>UR6</b> ;  “Os encarregados de educação participam nas reuniões (...) no início do ano ou na sequência dos conselhos de turma de final de período (...) são recebidos no âmbito da direção de turma, por sua iniciativa ou convocados (...) por exemplo actividades ligadas com a área de projeto” <b>UR7</b> ;	E1  E2

		<p>“Para além da participação em reuniões para os quais são convocados, também estão presentes em actividades que fazem parte do Plano Anual de Actividades da Escola. Mas, neste caso, são uma minoria” <b>UR6;</b></p> <p>“Devem participar em reuniões com outros encarregados de educação, em reuniões com o diretor de turma, os representantes dos encarregados de educação por turma já participam nos conselhos de turma que não sejam de avaliação (...) há associação de pais e são também convidados para actividades diversas, dirigidas à comunidade <b>UR12;</b></p> <p>“Participam em reuniões, simples contactos com o diretor de turma ou em actividades diversas” <b>UR15;</b></p> <p>“Reuniões de Direção de Turma e actividades realizadas pelos alunos ao longo do ano e abertas à comunidade” <b>UR13;</b></p> <p>“ (...) verificando-se uma comparência assídua às reuniões gerais e individuais que a escola propõe aos encarregados de educação” <b>UR7;</b></p> <p>“A participação verifica-se essencialmente na comparência às reuniões de final de período; Na comparência a reuniões individuais solicitadas quer pelo Diretor de Turma, quer pelos próprios encarregados de educação no horário de atendimento ou em horário alternativo (...) <b>UR9</b></p>	E4
	Contactos	<p>“Telefone, e-mail, caderneta” <b>UR7;</b></p> <p>“O contacto com os pais é feito pelo telefone, por e-mail, por carta, por comunicação através dos seus educandos ou presencialmente” <b>UR8;</b></p>	E1 E2

			<p>“O contacto é feito via email, telefonicamente, por correspondência, através dos serviços administrativos, e pessoalmente” <b>UR7</b>;</p>	E4
			<p>“Normalmente o DT convoca, raramente os pais tomam a iniciativa” <b>UR12</b>;</p>	E1
			<p>“A iniciativa pode vir do diretor de turma ou do próprio encarregado de educação” <b>UR14</b>;</p>	E2
			<p>“A escola convoca-os diretamente ou informa-os simplesmente sobre determinadas actividades” <b>UR17</b>;</p>	E2
			<p>“Para além do contacto pessoal, é usado o telefone e, cada vez mais o email” <b>UR10</b>;</p>	E3
			<p>“Para além dos contactos via mail ou telefone, uma vez por ano, a escola tem solicitado a participação dos representantes dos EE das turmas na autoavaliação que a escola realiza, com vista à melhoria de atuação de toda a instituição” <b>UR15</b>;</p>	E3
			<p>“A escola contacta-os através dos meios mais expeditos e, em último caso, é o Diretor de Turma a ir ao seu encontro, a casa ou ao local de trabalho” <b>UR15</b>;</p>	E4
			<p>“O DT contacta-os e convida-os e convida-os a vir à escola e a arranjar soluções” <b>UR14</b></p>	E1
			Vida Escolar	<p>“ (...) os pais vão participando na vida escolar e vão sendo informados sobre a mesma, sempre através dos encarregados de educação” <b>UR6</b>;</p>
			<p>“As vantagens são enormes, pois, como disse anteriormente, a Escola só está completa se os Encarregados de Educação</p>	E4

		<p>estiverem conscientes do seu verdadeiro papel e o desempenharem a cem por cento” <b>UR8</b>;</p> <p>“ Em toda a vida escolar do aluno” <b>UR10</b>;</p> <p>“Dos alunos bons” <b>UR11</b>”;</p> <p>“Dos alunos problemáticos porque não querem ouvir dizer mal dos filhos e não têm soluções para eles” <b>UR13</b>;</p> <p>“(…) a participação dos EE na vida escolar dos seus filhos/educandos só pode ser benéfica, já que podem aferir medidas de apoio e acompanhamento muito mais eficazes. (…), na minha opinião os alunos só podem progredir com o acompanhamento regular das suas famílias” <b>UR11</b>;</p> <p>“Poucos são os pais que não vêm à escola ao longo do ano. Alguns são menos assíduos, mas acabam por vir ou por falar com o DT ao telefone, ainda que, por vezes, o façam após 2 ou 3 tentativas de contacto por parte da escola” <b>UR14</b>;</p> <p>“A escola sempre tem feito esforços para que a vinda dos E. de Educação à escola seja uma condição normal e sistemática” <b>UR16</b>;</p> <p>“Os próprios horários dos pais ou falta de vontade e responsabilização são obstáculos que a escola tem tido a uma participação mais efetiva dos pais” <b>UR18</b>;</p> <p>“O único real obstáculo é a vontade dos EE em participar, que pode ser pouca ou nenhuma!” <b>UR16</b>;</p> <p>“Talvez a realização de plenários onde se debatessem temas no</p>	<p>E1</p> <p>E1</p> <p>E1</p> <p>E3</p> <p>E3</p> <p>E4</p> <p>E2</p> <p>E3</p> <p>E4</p>
--	--	--	---

			âmbito de todo o processo escolar. Como dinamizadores, estariam professores, pais, psicólogos, sociólogos, entre outros profissionais e técnicos de Educação” <b>UR18</b>	
		Associação de Pais	“A Associação de Pais, abertura da escola para os receber, quando não sabem a quem recorrer mais” <b>UR16</b>	E1
		Projeto Educativo	<p>“Os pais tiveram conhecimento do projeto educativo dando a sua opinião sempre que necessário” <b>UR19</b>;</p> <p>“O Projeto Educativo reforça o papel importante, de acompanhamento e de responsabilização no processo” <b>UR21</b>;</p> <p>“No conselho de escola estão representados os pais/encarregados de educação, os quais são chamados a pronunciar-se sobre o projeto educativo para o aprovar” <b>UR22</b>;</p> <p>“O Projeto Educativo considera 4 dimensões de intervenção para o triénio 2010-2013, sem, contudo definir prioridades. Ainda assim o objetivo 25 prevê o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>25. Promover um maior envolvimento dos pais e encarregados de educação enquanto membros ativos da comunidade educativa e responsáveis pelo sucesso educativo dos alunos”</i> <b>UR19</b></li> </ul> <p>“Prevê-se por isso as seguintes metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>58. Reunir com a associação de pais em pelo menos 3 momentos ao longo do ano letivo;</i></li> <li>• <i>59. Conseguir a participação dos representantes dos pais e encarregados de educação em 80% das reuniões em que os mesmos têm assento;</i></li> <li>• <i>60. Realizar uma assembleia de representantes de encarregados de educação, por período, promovendo o debate</i></li> </ul>	<p>E1</p> <p>E2</p> <p>E2</p> <p>E3</p> <p>E3</p>

			<p><i>de temáticas relacionadas com a vida escolar.” UR20;</i></p> <p>“Participaram no processo de recolha de informações (avaliação interna e externa) cujos relatórios serviram de base à construção do Projeto Educativo” <b>UR21</b></p>	E3
--	--	--	--	----

### Bloco C – Diretor de Turma

**Quadro 2** – Categorização das Respostas das Entrevistas

Temas	Categorias	Indicadores	Unidades de Registo	Unidade de Contexto
<b>Diretor de Turma</b>	Ligação	Atividades	“Sim, se promover actividades onde os alunos possam mostrar os seus dons” <b>UR20</b>	E1
		Ajuda	<p>“Um pouco, no entanto há assuntos sigilosos” <b>UR21;</b></p> <p>“ (...) verei se poderei ter algum papel nesse sentido. Não considero, no entanto, que me deva imiscuir em questões da esfera privada” <b>UR26;</b></p> <p>“É através do DT que a escola tem acesso a informações que não transparecem forçosamente nos documentos escritos e que podem ajudar a resolver problemas ou a encaminhar e procurar soluções mais adequadas a cada caso” <b>UR22;</b></p> <p>“ Como DT, mas, essencialmente, como seres humanos solidários não posso deixar de tentar ajudar a resolver aquilo que está ao meu alcance, ainda que tenha que desencadear processos difíceis e</p>	E1 E2 E3 E3

			<p>morosos, mas que poderão ajudar o aluno ou a família em questão” <b>UR25</b></p>	
		Disponibilidade	<p>“Sempre que haja um horário disponível para ambas as partes” <b>UR22;</b></p> <p>“Na escola, os diretores de turma têm toda a disponibilidade para receber os encarregados de educação, individualmente, fora do horário de atendimento. Também nas reuniões com outros encarregados de educação, as informações particulares sobre cada aluno são dadas individualmente depois de terem sido transmitidas as informações de carácter geral, para todos” <b>UR25</b></p>	<p>E1</p> <p>E2</p>
		Confiança	<p>“Sim, se eles confiarem e se abrirem com o DT” <b>UR23</b></p>	E1
		Apoio em Casa	<p>“Sim, todos os anos o faço várias vezes” <b>UR24;</b></p> <p>“Sim, quando se dá a indicação de que os encarregados de educação devem verificar se os alunos estudam em casa, se fazem os trabalhos de casa, se chegarem a horas à escola (...), estão-se a indicar formas concretas de apoiar os educandos em casa” <b>UR27;</b></p> <p>“Muitas vezes. Por vezes, são os próprios EE que solicitam essa ajuda ou pedem conselho sobre a melhor forma de ajudar os educandos. Quando isso não acontece, tento sempre sensibilizá-los para a sua responsabilidade em acompanhar os filhos ou educandos em casa (...)” <b>UR 26;</b></p>	<p>E1</p> <p>E2</p> <p>E3</p>
			<p>“O diretor de turma tem acesso a mais dados que permitem conhecer melhor os alunos, podendo solicitar outros dados aos diversos elementos do conselho de turma” <b>UR23;</b></p>	E2

		Conhecimento	“ (...) os contactos diretos que o diretor de turma tem com os encarregados de educação (...) permitem a ele conhecer melhor as famílias dos alunos. Assim, o diretor de turma pode transmitir informações aos elementos dos conselhos de turma, ajudando, deste modo, os professores a conhecer melhor as famílias” <b>UR24;</b>	E2
		Soluções	“ (...) através de um contacto mais direto e envolvido com os alunos e as suas famílias, o DT pode ajudar os restantes colegas a melhor entender certas situações, de modo a procurarem em conjunto, as medidas mais adequadas” <b>UR23</b>	E3

### Bloco D – Reunião de Pais

**Quadro 3 – Categorização das Respostas das Entrevistas**

Temas	Categorias	Indicadores	Unidades de Registo	Unidade de Contexto
<b>Reunião de Pais</b>	Proximidade	Aproximação	“Sim, muito importantes” <b>UR25;</b>	E1
			“Sem dúvida que as reuniões de pais no início/final do ano letivo, bem como as reuniões subsequentes às reuniões de final de período ou outras são fundamentais para uma aproximação entre a escola e a família” <b>UR28;</b>	E2
		Reuniões	“São, de facto, o primeiro passo para essa aproximação” <b>UR27</b>	E3
			“Por vezes os alunos também vão às reuniões, há uma maior interligação e apoio” <b>UR26;</b>	E1

			<p>“A partir destes níveis de ensino, muitas vezes os alunos estão também presentes, o que os torna mais conscientes e conhecedores de todas as questões” <b>UR29</b>;</p> <p>“Não sou partidária da junção de pais/filhos nessas reuniões (...) a reunião em si é um espaço para os adultos analisarem os percursos escolares dos alunos, de uma forma geral. Quanto à parte específica de cada aluno, deve ser tratada em particular, depois do plenário ou em hora a combinar na semana da reunião” <b>UR28</b></p>	E2
				E3
		Divulgação Projeto Educativo	<p>“Nem sempre isso acontece, mas há uma tentativa” <b>UR27</b>;</p> <p>“ (...) não há projeto curricular de turma para comunicar aos pais” <b>UR30</b>;</p> <p>“ Não, isso é algo que a escola deve ainda melhorar, quando conseguir melhorar a elaboração e a aplicação do PCT (Projeto Curricular de Turma)” <b>UR29</b></p>	E1
				E2
				E3

**Bloco E - Informações Complementares**

**Quadro 4** – Categorização das Respostas das Entrevistas

Temas	Categorias	Indicadores	Unidades de Registo	Unidade de Contexto
<b>Desafios dos Diretores de Turma</b>	Desafios	Horas Semanais	“As horas semanais dadas aos DTs (90min) são insuficientes para tanta burocracia e problemas a tratar com as famílias e alunos” <b>UR28</b> ;	E1
		Relação Escola-Meio	“A relação escola-meio é fundamental. Quanto mais conseguida ela for, melhores serão os frutos para ambos os lados” <b>UR31</b> ;  “Acho que devo sintetizar a minha posição pessoal em relação ao assunto desta entrevista: penso que a relação escola-família é essencial para um bom funcionamento da escola e para um bom desempenho e um sucesso pleno dos alunos, contudo a participação dos EE e pais deve cingir-se àquilo que lhes diz respeito diretamente: a vida escolar dos alunos e não transbordar para aspetos específicos da escola como a organização e a gestão escolares” <b>UR30</b>	E2  E3



## QUESTIONÁRIO AOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Na sequência de um estudo para o Relatório Final de Mestrado em Supervisão Pedagógica, com o tema: “*A Relação Escola-Família: as suas implicações no processo Ensino-Aprendizagem*”, importa auscultar alguns pais e encarregados de educação, de modo a compreender melhor esta “*relação*”, que deveria ser uma “*aliança forte*” e permanente.

Leia com atenção e responda com um  às questões abaixo mencionadas. Todas as respostas serão anónimas e servirão apenas e somente para tratamento de dados do Relatório Final de Mestrado.

Muito Obrigado pela sua participação!

### 1. Identificação

#### 1.1. Idade

Menos de 25 anos	
26 a 35 anos	
36 a 45 anos	
46 a 55 anos	
56 a 65 anos	
Mais de 65 anos	

#### 1.2. Género

Masculino	
Feminino	

#### 1.3. Habilitações Literárias

1.º Ciclo (4.ºano)	
2.º Ciclo (6.ºano)	
3.º Ciclo (9.ºano)	
Secundário	
Bacharel	
Licenciatura	
Mestrado/Doutoramento	

1.4. Profissão

Trabalhadores Não Qualificados	
Operadores de Máquinas e Trabalhadores de Montagem	
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca	
Pessoas dos Serviços e Vendedores	
Pessoal Administrativo e Similares	
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	
Profissões Intelectuais e Científicas	
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	
Forças Armadas	
Não responde	
Outra Qual? _____	

## 2. Participação dos Pais na Vida Escolar dos seus Encarregados de Educação

2.1. Conhece as atividades oferecidas pela escola aos alunos?

Sim	
Não	

2.2. Em que atividades costuma participar?

Exposições de Trabalhos	
Espectáculos	
Workshops	
Seminários/Palestras	
Visitas de estudo	
Outra Qual? _____	

2.3. Com que frequência é chamado à escola do seu encarregado de educação?

Muitas Vezes	
Algumas Vezes	

Poucas Vezes	
Raramente	
Nunca	

2.4. Sem ser para reuniões com que frequência vai à escola do seu filho/encarregado de educação?

1 Vez por semana	
1 a 2 vezes por mês	
1 Vez de 3 em 3 meses	
1 Vez por período	
1 Vez por ano	

2.5. Quando aparece de surpresa na escola, é bem recebido pelo diretor de turma ou até mesmo por outros professores?

Sim	
Não	

2.6. A escola costuma fazer reuniões com os pais/encarregados de educação?

Sim	
Não	

2.7. Participa nas reuniões para as quais é convocado?

Sempre	
Muitas Vezes	
Algumas vezes	
Poucas Vezes	
Nunca	

2.8. Onde decorrem as Reuniões?

Sala de Professores	
Sala de Aulas	
Sala de Atividades	
Polivalente	
Biblioteca	
Outra Qual? _____	

2.9. Acha que as horas para as quais as reuniões são marcadas são as melhores?

Sim	
Não	

2.9.1. Se respondeu não, diga porquê?

---

---

---

---

---

2.10. Aponte/assinale 3 razões que o(a) impeça de participar regularmente nas reuniões e atividades promovidas pela escola.

---

---

---

---

---

---

---

2.11. Tem conhecimento do Regulamento Interno da Escola?

Sim	
Não	

2.11.1. Como teve conhecimento do Regulamento Interno da Escola?

Reunião do Início do Ano Letivo	
Meio do Ano Letivo	
Fim do Ano Letivo	
Internet: Página da Escola	
Nunca teve conhecimento	

2.12. Na sua opinião, quais os motivos que dificultam a participação dos encarregados de educação na escola?

Trabalho	
Pouca tradição participativa	
Horários das atividades/reuniões	
Falta de confiança nos professores	
Dificuldade de transporte	
Falta de interesse pela vida escola do filho/educando	
Considera que é a escola que deve resolver os problemas	
Só serem chamados quando há problemas	

2.13. Que estratégias considera importantes para incentivar a participação dos encarregados de educação na escola?

Manter diálogo cooperante e transparente com os encarregados de educação sobre percursos individuais dos educandos	
Falar com os encarregados de educação sobre a importância do seu envolvimento na escola	
Informar acerca dos conteúdos programáticos e dos métodos de ensino e estratégia de avaliação	
Outra(s) Qual(ais)? _____ _____ _____ _____	

2.14. Com que frequência é efectuada a comunicação entre a escola e a família?

Diariamente	
Semanalmente	
Mensalmente	
1 Vez por período	
1 Vez por ano	
Nunca	
Não sabe/Não responde	

2.15. Em que meio é efectuada a comunicação acima referida?

Telefone da escola	
Telefone particular	
Caderneta do aluno	
Internet: E-mail	
Carta	
Nunca	
Não sabe/Não responde	

2.16. Que tipo de acompanhamento/aconselhamento, acha que o seu educando deverá ter?

Construir e vigiar os horários semanais	
Apoio nos trabalhos de casa (T.P.C.)	
Pedir para contar o que fizeram no dia-a-dia	
Outra Qual? _____ _____ _____	

2.17. Que tipo de aconselhamento extra-pedagógico considera importante. Enumere por ordem de preferência:

Educação	
Saúde	
Alimentação	
Comportamento	
Cansaço/Sono	
Outros (as) Quais? _____ _____	

2.18. Já alguma vez teve acompanhamento extra-pedagógico?

Sim	
Não	
Não sabe/Não responde	

2.19. Já alguma vez passou por uma situação inconveniente ligada à escola?

Sim	
Não	
Não sabe/Não responde	

2.19.1. Se sim, que situações trouxeram inconvenientes à participação dos encarregados de educação no contexto escolar?

Agressão física ou verbal	
Expressão de opiniões sobre funções a desempenhar pelo Diretor de Turma	
Utilização de conhecimentos pessoais para passar acima da hierarquia do Diretor de Turma	
Manifestações de descontentamento sem ouvir os professores	
Pressão sobre avaliação/classificações	
Expressão de opiniões sobre questões pedagógicas sem conhecimento devido	



Muito Obrigado pelas respostas e pela sua disponibilidade!

Ana Luísa Bibe Picanço